



DIRET/CEPLAC/MAPA

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO - UG 130.010

E

AGREGADOS - UG 137.003

EXERCÍCIO

2012

BRASÍLIA - DF

Março 2013



PODER EXECUTIVO  
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



1

**DIRET/CEPLAC/MAPA - UG 130.010**  
**E**  
**FUNGECAU - UG 130.003**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

RELATÓRIO DE GESTÃO APRESENTADO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO COMO PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL QUE A UNIDADE ESTÁ OBRIGADA, NOS TERMOS DO ART. 70 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ELABORADO DE ACORDO COM AS DISPOSIÇÕES DA INSTRUÇÃO NORMATIVA TCU Nº 63/2010, DA DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 119/2013, DA PORTARIA TCU Nº 150/2013 E DAS ORIENTAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO.

**Brasília – DF**  
**Março/2013**



## SUMÁRIO

<b>PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL .....</b>	<b>1</b>
<b>RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012 .....</b>	<b>1</b>
<b>PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012 – CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO.10</b>	
<b>1 PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.....</b>	<b>11</b>
1.1 RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO E AGREGADO.....	12
1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE.....	3
1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL .....	5
1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS.....	6
1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO.....	6
1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS .....	6
1.7 INTRODUÇÃO .....	7
<b>2 PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.....</b>	<b>9</b>
2.1 PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	10
2.2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS .....	21
2.3 EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES .....	29
2.4 INDICADORES.....	45
DADOS CONSOLIDADOS NO EXERCÍCIO APRECIADO CONFIRMAM 142 PROJETOS DE PESQUISAS EM ÁREAS TEMÁTICAS DIVERSAS ELABORADOS (DESTES 132 EXECUTADOS), 122 PESQUISAS VALIDADAS E CONSUMADAS COMO PROJETOS DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIAS EM EXECUÇÃO E 42 TECNOLOGIAS DISPONIBILIZADAS NO ANO. FÓRMULA DE CÁLCULO APLICADA $I = (132+122+42)$ COM 296 APURADOS – INDICADOR DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO, REPRESENTANDO 1,37% DE INCREMENTO SOBRE A META INICIAL. ESTE RESULTADO REFLETE A PRIORIZAÇÃO QUALITATIVA NA AVALIAÇÃO NACIONAL DA ÁREA TEMÁTICA DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO.....	47
A REALIZAÇÃO DESSE INDICADOR DE INOVAÇÃO TECNOLOGIA SE EXPRESSA NOS ESFORÇOS DAS INICIATIVAS E AÇÕES DE GERAÇÃO, ADAPTAÇÃO, TRANSFERÊNCIA E DIFUSÃO DE TECNOLOGIAS DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA, PROCESSAMENTO E GESTÃO DE NEGÓCIOS RURAIS. COMPÕE UM PORTFÓLIO DE PESQUISAS E RESULTADOS AVANÇADOS EM GENÉTICA, BIOLOGIA MOLECULAR, FITOPATOLOGIA, FISIOLOGIA DA PRODUÇÃO, FERTILIDADE, AGROECOLOGIA, SISTEMAS AGROFLORESTAIS, BIOCONTROLE, SOCIOECONÔMICA, TECNOLOGIAS DE PROCESSAMENTO E GERENCIAMENTO.....	47
AS AÇÕES DE PESQUISA & DESENVOLVIMENTO INTEGRADAS A ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL OPORTUNIZARAM A RETOMADA DA PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DAS PROPRIEDADES AGRÍCOLAS, COM REFLEXO NA DINAMIZAÇÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS REGIONAIS, MANUTENÇÃO DO PARQUE MOAGEIRO DO CACAU E NÍVEIS DE PROCESSAMENTO, COM REDUÇÃO CONSEQUENTE DA IMPORTAÇÃO DE MATÉRIA PRIMA PARA O SETOR CHOCOLATEIRO.....	47
O RESULTADO ESTRATÉGICO DESSE INDICADOR SE TRADUZ NA ELEVAÇÃO DA META DE PRODUTIVIDADE MÉDIA DO CACAU DE 315 KG PARA 375 KG POR HECTARE/ANO, REFLETINDO NO AUMENTO DA PRODUÇÃO NACIONAL DE CACAU DE 202 MIL TONELADAS EM 2008 PARA 257.417 TONELADAS EM 2012 (IBGE, JAN./2013), REPRESENTANDO INCREMENTO DA ORDEM DE 27,43% EM RELAÇÃO AO CICLO DO PPA 2008-2011. ESTA SITUAÇÃO REANIMA O SETOR AO RECOLOCAR O PAÍS NO NOVO CENÁRIO DA CACAUCULTURA MUNDIAL.....	47
<b>3 PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.....</b>	<b>50</b>
3.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA.....	51
3.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS.....	51
3.3 REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES .....	53
3.3.1 Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal ...	53
3.3.2 Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos .....	53
3.3.3 Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos .....	53
3.3.4 Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores.....	53
3.4 SISTEMA DE CORREIÇÃO.....	53
3.5 CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU.....	53
<b>4 PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.....</b>	<b>54</b>
4.1 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ.....	55
4.1.1 Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ .....	55
4.1.2 Informações Sobre Objetivos Vinculados a Prog. Temáticos de Responsabilidade da UJ .....	55
4.1.3 Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ .....	56
4.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ .....	58
4.1.5 Informações Sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ .....	64



4.1.6	Informações Sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ .....	64
4.2	INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA .....	64
4.2.1	Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ .....	64
4.2.2	Programação de Despesas .....	65
4.2.2.1	Programação de Despesas Correntes .....	65
4.2.2.2	Programação de Despesas de Capital .....	66
4.2.2.3	Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência .....	67
4.2.2.4	Análise Crítica .....	68
4.2.3	Movimentação de Créditos Interna e Externa .....	69
4.2.4	Execução Orçamentária da Despesa .....	69
4.2.4.1	Execução da Despesa Com Créditos Originários .....	69
4.2.4.1.1	Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários.....	69
4.2.4.1.2	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários.....	70
4.2.4.2	Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação .....	72
4.2.4.2.1	Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação .....	72
4.2.4.2.2	Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação .....	72
4.2.4.2.3	Análise crítica .....	72
<b>5</b>	<b>PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.....</b>	<b>74</b>
5.1	RECONHECIMENTO DE PASSIVOS .....	75
5.1.1	Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos .....	75
5.1.2	Análise Crítica .....	75
5.2	PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES .....	75
5.2.1	Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores .....	75
5.2.2	Análise Crítica .....	75
5.3	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS.....	77
5.3.1	Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício.....	77
5.3.2	Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios	78
5.3.3	Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vincentes no Exercício de 2013 e seguintes .....	79
5.3.4	Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse	79
5.3.5	Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse .....	79
5.3.6	Análise Crítica .....	79
5.4	SUPRIMENTO DE FUNDOS .....	80
5.4.1	Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos.....	80
5.4.1.1	Suprimento de Fundos – Visão Geral.....	80
5.4.1.2	Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”.....	81
5.4.1.3	Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF).....	81
5.4.1.4	Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão Crédito Corporativo pela UJ .....	84
5.4.1.5	Prestações de Contas de Suprimento de Fundos .....	85
5.4.1.6	Análise Crítica.....	87
5.5	RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB A GESTÃO DA UJ .....	87
5.5.1	Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ.....	87
5.5.2	Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida.....	87
5.5.3	Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica e Física .....	87
5.5.4	Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária - Pessoas Físicas e Jurídica .....	87
5.5.5	Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária .....	87
5.5.6	Prestações de Contas de Renúncia de Receitas .....	87
5.5.7	Comunicações à RFB.....	88
5.5.8	Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas .....	88
5.5.9	Declaração de Situação de Beneficiários de Renúncia Fiscal .....	88
5.5.10	Fiscalizações Realizadas pela RFB .....	88
5.6	GESTÃO DE PRECATÓRIOS .....	88



5.6.1	Requisições e Precatórios da Administração Direta.....	88
5.6.2	Requisições e Precatórios da Administração Indireta .....	88
5.6.3	Análise Crítica .....	88
<b>6</b>	<b>PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.....</b>	<b>89</b>
6.1	COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS.....	90
6.1.1	Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada .....	90
6.1.1.1	Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada .....	90
6.1.2	Qualificação da Força de Trabalho .....	91
6.1.2.1	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade .....	91
6.1.2.2	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade.....	92
6.1.3	Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada .....	93
6.1.4	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	95
6.1.4.1	Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria .....	95
6.1.4.2	Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada.....	95
6.1.5	Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	96
6.1.6	Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	97
6.1.7	Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação.....	97
6.1.7.1	Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC.....	97
6.1.7.2	Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico .....	98
6.1.7.3	Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos .....	98
6.1.8	Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos .....	99
6.2	TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS.....	100
6.2.1	Composição do Quadro de Estagiários .....	100
6.2.2	Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão.....	100
6.2.3	Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público .....	100
6.2.4	Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados .....	100
6.2.5	Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada .....	101
6.2.6	Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão.....	103
6.2.7	Composição do Quadro de Estagiários .....	105
<b>7</b>	<b>PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.....</b>	<b>106</b>
7.1	GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS .....	107
7.2	GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO.....	111
7.2.1	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial .....	111
7.2.2	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros.....	113
7.2.3	Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ .....	114
<b>8</b>	<b>PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.....</b>	<b>119</b>
8.1	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI).....	120
8.2	ANÁLISE CRÍTICA .....	122
<b>9</b>	<b>PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.....</b>	<b>123</b>
9.1	GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS .....	124
9.2	CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA .....	125
<b>10</b>	<b>PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.....</b>	<b>128</b>
10.1	DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO .....	129
10.1.1	Deliberações do TCU Atendidas no Exercício .....	129
10.1.2	Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício .....	129
10.1.3	Recomendações do OCI Atendidas no Exercício.....	129
10.1.4	Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício .....	140
10.2	INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA .....	141
10.3	DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI N.º 8.730/93 .....	141
10.3.1	Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93 .....	142



1.1.1.1.	Análise Crítica.....	143
10.4	MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV.....	143
10.4.1	Modelo da Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV.....	143
<b>11</b>	<b>PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.....</b>	<b>145</b>
11.1	INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO.....	146
11.1.1	Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos.....	146
11.2	DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	146
11.2.1	Declaração Plena.....	153
11.2.2	Declaração com Ressalva.....	154
11.3	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS PREVISTAS NA LEI Nº 4.320/1964 E PELA NBC T 16.6 APROVADA PELA RESOLUÇÃO CFC Nº 1.133/2008.....	154
11.4	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS EXIGIDAS PELA LEI Nº 6.404/1976.....	154
11.5	COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DAS EMPRESAS ESTATAIS.....	155
11.5.1	Composição Acionária do Capital Social como Investida.....	155
11.5.2	Composição Acionária da UJ como Investidora.....	155
11.6	PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE.....	155
<b>12</b>	<b>PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.....</b>	<b>156</b>
12.1	OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ.....	157
	<b>MAPA – CEPLAC - DIRET.....</b>	<b>159</b>
	<b>RELATÓRIO DE GESTÃO.....</b>	<b>159</b>
	<b>AGREGADO - UG = 137.003.....</b>	<b>159</b>
	<b>EXERCÍCIO.....</b>	<b>159</b>
	<b>2012 159</b>	
	<b>BRASÍLIA – DF.....</b>	<b>159</b>
	<b>MARÇO/2013.....</b>	<b>159</b>
	<b>PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012 – CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO</b>	<b>161</b>
1.	PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.....	162
13	165	
14	1.2 APRESENTAÇÃO.....	165
15	1.3 ROL DE RESPONSÁVEIS.....	166
16	QUADRO A.11.2 – DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA. ....	167



## LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.4 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão consolidado e agregado.....	12
Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ.....	51
Quadro A.4.2 – objetivos de programa temático de responsabilidade da uj .....	55
Quadro A.4.2 – objetivos de programa temático de responsabilidade da uj .....	55
Quadro A.4.2 – objetivos de programa temático de responsabilidade da uj .....	56
Quadro A.4.3 – iniciativas de programa temático de responsabilidade da uj.....	56
Quadro A.4.3 – iniciativas de programa temático de responsabilidade da uj.....	57
Quadro A.4.3 – iniciativas de programa temático de responsabilidade da uj.....	57
Quadro A.4.7 – Identificação das Unidades Orçamentárias da uj.....	64
Quadro A.4.8 – Programação de Despesas Correntes.....	65
Quadro A.4.9 – Programação de Despesas de Capital.....	66
Quadro A.4.10 – Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência.....	67
Quadro A.4.12 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários .....	69
Quadro A.4.13 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos originários.....	70
Quadro A.4.15 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos DE MOVIMENTAÇÃO.....	72
Quadro A.5.2 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores .....	75
Quadro A.5.3 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência .....	77
Quadro A.5.3 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência .....	78
Quadro A.5.5 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes .....	79
Quadro A.5.8 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos.....	80
Quadro A.5.9 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos por UG e por Suprido (Conta Tipo “B”).....	81
Quadro A.5.10 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador .....	81
Quadro A.5.11 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica).....	84
Quadro A.5.11 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica).....	84
Quadro A.5.11 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica).....	85
Quadro A.5.12 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF).....	85
Quadro A.5.12 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF).....	85
Quadro A.5.12 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF).....	86
Quadro A.5.12 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF).....	86
Quadro A.6.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12 .....	90
Quadro A.6.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12.....	90
Quadro A.6.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro) .....	91
Quadro A.6.4 – Quantidade de ser. da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12.....	91
Quadro A.6.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12 .....	92
Quadro A.6.6 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores.....	93
Quadro A.6.7 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro.....	95
Quadro A.6.8 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12 .....	95
Quadro A.6.9 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) .....	97
Quadro A.6.10 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) .....	97
Quadro A.6.11 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac .....	98
Quadro A.6.13 – Atuação do OCI sobre os atos submetidos a registro .....	98
Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....	101
Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra .....	103
Quadro A.6.19 - Composição do Quadro de Estagiários .....	105
Quadro A.7.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União.....	111
Quadro A.7.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros.....	113



Quadro A.7.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ.....	114
Quadro A.9.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	124
Quadro A.9.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	125
Quadro A.10.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício .....	140
<b>Quadro A.10.5 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR. ....</b>	<b>142</b>
Quadro A.11.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício Não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada. ....	154



### LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>AGU – ADVOGACIA GERAL DA UNIÃO</b>
<b>BACEN – BANCO CENTRAL DO BRASIL</b>
<b>CABRUCÁ – PRÁTICA AGRÍCOLA DE CULTIVO</b>
<b>CENEX – CENTRO DE EXTENSÃO RURAL</b>
<b>CEPEC - CENTRO DE PESQUISA DO CACAU</b>
<b>CEPLAC – COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA</b>
<b>CGU – COODENADORIA GERAL DA UNIÃO</b>
<b>CNAE – CENTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA</b>
<b>CNPJ – CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL</b>
<b>CPGF – CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO</b>
<b>DN – DECISÃO NORMATIVA</b>
<b>EBDA – EMPRESA BAIANA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO</b>
<b>EMARC – ESCOLA MÉDIA DE AGROPECUÁRIA REGIONAL DA CEPLAC</b>
<b>EMBRAPA – EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA</b>
<b>FAPESPA – FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO ESTADO DO PARÁ</b>
<b>FINEP – FINANCIADORA DE ESTUDOS E PESQUISAS</b>
<b>FUNGECAU – FUNDO GERAL DO CACAU</b>
<b>FUNPAB – FUNDAÇÃO PAU BRASIL</b>
<b>GERAM - GERENCIA DE DESENV. DA REGIÃO CACAUEIRA NO ESTADO DO AMAZONAS</b>
<b>GEREM - GERENCIA DE DESENV. DA REGIÃO CACAUEIRA NO ESTADO DO MATO GROSSO</b>
<b>GERES - GERENCIA DE DESENV. DA REGIÃO CACAUEIRA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO</b>
<b>HA – HECTARE</b>
<b>IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA</b>
<b>ICCO – INTERNACIONAL COCOA ORGANIZATION</b>
<b>IFET – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA</b>
<b>IG – INDICAÇÃO GEOGRÁFICA</b>
<b>IN – INSTRUÇÃO NORMATIVA</b>
<b>INMET – INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA</b>
<b>IPEA – INSTITUTO DE ECONOMIA APLICADA</b>
<b>LOA – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL</b>
<b>M<sup>2</sup> - METRO QUADRADO</b>
<b>M<sup>3</sup> - METRO CÚBICO</b>
<b>MAPA – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO</b>
<b>MCT – MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIAS</b>
<b>MDA - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO</b>
<b>PESA – PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS</b>
<b>PLOA – PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL</b>
<b>PPA – PLANO PLURI ANUAL</b>
<b>PRODECAU – PROGRAMA DE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS REGIÕES PRODUTORAS DE CACAU, BORRACHA E DENDÊ</b>
<b>RFB – RECEITA FEDERAL DO BRASIL</b>
<b>SAF – SISTEMAS AGROFLORESTAIS</b>
<b>SIAFI – SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA</b>
<b>SIAPE – SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS</b>
<b>SIASG – SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS</b>
<b>SICONV – SISTEMA DE CONVÊNIOS</b>
<b>SIGPLAN – SISTEMA DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS E DE PLANEJAMENTO</b>



<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS</b>
<b>SIOP – SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO</b>
<b>SIOR – SISTEMA DE INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DO MAPA</b>
<b>SIORG – SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO E INOVAÇÃO INSTITUCIONAL DO GOVERNO FEDERAL</b>
<b>SIPLAN – SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO</b>
<b>SISCENEX – SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DO CENEX</b>
<b>SISCEPEQ – SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DO CEPEC</b>
<b>SUEBA - SUPERINTENDÊNCIA DE DESENV. DA REGIÃO CACAUEIRA NO ESTADO DA BAHIA</b>
<b>SUEPA - SUPERINTENDÊNCIA DE DESENV. DA REGIÃO CACAUEIRA NO ESTADO DO PARÁ</b>
<b>SUERO - SUPERINTENDÊNCIA DE DESENV. DA REGIÃO CACAUEIRA NO ESTADO DE RONDÔNIA</b>
<b>TON – TONELADAS</b>
<b>UG – UNIDADE GESTORA</b>
<b>UJ – UNIDADE JURISDICIONADA</b>



PODER EXECUTIVO  
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



10

## **PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012 – CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO**



PODER EXECUTIVO  
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



11

**1 PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.**



## 1.1 Relatório de Gestão Consolidado e Agregado

### QUADRO A.1.4 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADA E AGREGADA

Poder e Órgão de Vinculação				
<b>Poder: Executivo</b>				
<b>Órgão de Vinculação ou Supervisão:</b> PRESIDÊNCIA DA REPUBLICA - PR				<b>Código SIORG:</b> 26
<b>Órgão de Vinculação ou Supervisão:</b> Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				<b>Código SIORG:</b> 14
IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA CONSOLIDADORA E AGREGADORA				
<b>Denominação completa:</b> COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA				
<b>Denominação abreviada:</b> CEPLAC				
<b>Código SIORG:</b> 18	<b>Código na LOA:</b> 22101.20		<b>Código SIAFI:</b> 130010	
<b>Natureza Jurídica:</b> Administração Direta				
<b>Principal Atividade:</b> 84.11-6/00 – Administração Pública em Geral – Administração Pública, Pesquisa, Extensão Rural e Educação			<b>Código CNAE:</b> 72.10-0/74.90-1/85.42-2	
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(61) 3966 3250	(61) 3966 3256/3287	(61) 3966 3282	
<b>E-mail:</b> <a href="mailto:diret@CEPLAC.gov.br">diret@CEPLAC.gov.br</a>				
<b>Página na Internet:</b> <a href="http://www.CEPLAC.gov.br">http://www.CEPLAC.gov.br</a>				
<b>Endereço Postal:</b> Rua G – Setor Sudoeste – Campus do INMET / MAPA – CEP 70.680-900 - Cruzeiro – Brasília – DF.				
Identificação das Unidades Jurisdicionadas Consolidadas				
Nome	Código SIAFI	CNPJ	Situação	Código SIORG
<b>CEPLAC/DIRET</b>	<b>130.010</b>	<b>00396895/0088-86</b>	<b>Ativa</b>	<b>18</b>
CEPLAC/ENSINO/BA	130.008	00396895/0083-71	Ativa	88467
CEPLAC/BRAG/PA	130.031	00396895/0091-81	Ativa	72125
CEPLAC/ADM/BA	130.122	00396895/0082-90	Ativa	3754
CEPLAC/GERÊNCIA/ES	130.125	00396895/0078-04	Ativa	81293
CEPLAC/ADM/PA	130.126	00396895/0079-95	Ativa	3756
CEPLAC/GERENCIA/AM	130.127	00396895/0085-33	Ativa	81305
CEPLAC/ADM/RO	130.128	00396895/0089-67	Ativa	3755
CEPLAC/GERENCIA/MT	130.129	00396895/0086-14	Ativa	81305
CEPLAC/CENEX/BA	130.132	00396895/0081-00	Ativa	72194
CEPLAC/CEPEC/BA	130.133	00396895/0080-29	Ativa	72248
CEPLAC/ALTAMIRA/PA	130.134	00396895/0076-42	Ativa	81208
CEPLAC/SANTAREM/PA	130.135	00396895/0084-52	Ativa	81310
CEPLAC/SEREX/PA	130.136	00396895/0087-036	Ativa	81317
CEPLAC/FUNGECAU	137.003	00396895/0090-09	Ativa	18
CEPLAC/ARIQUEMES/EMARC	137.043	00396895/0077-23	Ativa	81304



IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES JURISDICIONADAS AGREGADAS			
<b>Número de Ordem:</b> 01			
<b>Denominação completa:</b> FUNDO GERAL DO CACAU			
<b>Denominação abreviada:</b> FUNGECAU / CEPLAC			
<b>Código SIORG:</b> 18	<b>Código na LOA:</b> 22101.20		<b>Código SIAFI:</b> 137003
<b>Situação:</b> Ativa			
<b>Natureza Jurídica:</b> Fundo			
<b>Principal Atividade:</b> 84.11-6/00 – Administração Pública em Geral - Administração, Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural			<b>Código CNAE:</b> 72.10-0/74.90-1/85.42-2
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(061) 3966-3250	(061) 3966-3256/3287	(061) 3966-3282
<b>E-mail:</b> <a href="mailto:diret@ceplac.gov.br">diret@ceplac.gov.br</a>			
<b>Página na Internet:</b> <a href="http://www.ceplac.gov.br">http://www.ceplac.gov.br</a>			
<b>Endereço Postal:</b> Rua G – Setor Sudoeste – Campus do INMET/MAPA – CEP 70.680-900 - Cruzeiro – Brasília/DF			
Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Agregadora e Consolidadora, Agregadas e Consolidadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
<p>A Comissão Executiva do Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueira – CEPLAC foi instituída pelo Decreto nº 40.987, de 20 de fevereiro de 1957, vinculada ao Ministério da Fazenda, com o objetivo específico de restabelecer o equilíbrio financeiro da lavoura.</p> <p>É um Órgão específico e singular de pesquisa tecnológica em agricultura, assistência técnica e extensão rural vinculada à estrutura organizacional do MAPA, conforme Decreto nº 7.127, de 04/03/2010.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• DECRETO Nº 40.987, DE 20 DE FEVEREIRO DE 1957 - Institui o Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueira do País.</li><li>• A Instituição SEPLAN, inicialmente denominada “Plano de Recuperação Econômico Rural da Lavoura Cacaueira e posteriormente Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira”, foi criada em 25 de fevereiro de 1957 por meio do Decreto nº. 40.987, vinculada ao Ministério da Fazenda, com missão meramente bancária e finalidade de recompor a dívida dos cacauicultores do Sul da Bahia, para o que foi utilizado recurso financeiro do “Fundo dos Ágios”, gerenciado pela CEPLAC.</li><li>• Criação do fundo do cacau e o Decreto nº 539, de 23 de janeiro de 1962, ensejaram a ampliação dos processos que vinham sendo desenvolvidos e garantiram recursos suficientes para execução do modelo CEPLAC. Permaneceu até 1963 no estágio acima citado. A partir de 1964 o regime político foi alterado substancialmente e a CEPLAC assumiu novas características, ampliando seu campo de ação para as áreas técnica e científica.</li><li>• Em 1967, passou a subordinar-se ao Ministério da Agricultura, com base nos artigos 19, 20 e 21 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, tendo sua autonomia administrativa e financeira assegurada pelo Decreto nº 73.960, de 18 de abril de 1974.</li><li>• A partir do ano de 1989, quando foi editada a Resolução nº 1661 do Banco Central do Brasil, a CEPLAC deixou de arrecadar recurso financeiro para manutenção da sua estrutura, em função da extinção da cota das alíquotas do imposto de exportação incidente sobre os produtos de que trata o item I da Resolução nº 900, de 04.04.84.</li></ul>			



### IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES JURISDICIONADAS AGREGADAS

- O regimento Institucional validado inicialmente com a Portaria nº 38, de 01/02/1999, o Regimento publicado no DOU de 05/02/1999 e posteriormente com o Decreto nº 5.351, de 21/01/2005, sendo que o Decreto foi publicado no DO./U de 24/01/2005.
- Decreto Nº 7.127, de 04/03/2010 – Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e dá outras providências.
- Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012 – Institui o Plano Plurianual da União para o período 2012 a 2015.
- Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012 – Estima a Receita e Fixa a Despesa da União para o exercício financeiro 2012.

### Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Agregadora e Consolidadora, Agregadas e Consolidadas

#### Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas

Código SIAFI	Nome
130.010	DIRET/CEPLAC

#### Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas

Código SIAFI	Nome
13903	DIRET/CEPLAC

#### Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões

Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão		
130.010	00001 13903	150	
137.003			
130.008			
130.122		150	181
130.132			
130.133			
130.031			
130.126		150	181
130.134			
130.135			
130.136		150	181
130.128			
137.043			
130.127		150	181
130.125		150	181
130.129		150	181



---

---

## 1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

---

---

Compete à COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA - CEPLAC, órgão específico singular, diretamente subordinado ao Ministro de Estado, com a Missão de “Promover o desenvolvimento rural sustentável das regiões produtoras de cacau do Brasil, através de ações de pesquisa, extensão rural, ensino técnico profissionalizante, certificação, fiscalização e de atração de recurso para o setor produtivo, visando ampliar a competitividade e sustentabilidade dos segmentos do agronegócio, melhorar as condições de vida das populações no campo, e contribuir para o uso racional dos recursos naturais” e:

---

1. *Promover o desenvolvimento rural sustentável das regiões produtoras de cacau do Brasil, por meio de pesquisa e desenvolvimento, transferência de tecnologia, formação e educação agropecuária, certificação, e organização da produção;*

---

2. *Planejar, apoiar e acompanhar ações de fortalecimento do setor produtivo, fortalecendo os arranjos locais, com ênfase em sistemas agroflorestais e na atração de investimentos;*

---

3. *Promover e ampliar a competitividade e sustentabilidade dos segmentos do agronegócio, o aperfeiçoamento da lavoura cacauzeira e o desenvolvimento da produção de cacau no País;*

---

4. *Promover e melhorar as condições de vida das populações rurais e contribuir para uso racional dos recursos naturais nas regiões produtoras de cacau;*

---

5. *Ampliar a renda agropecuária e gerar empregos nas regiões produtoras de cacau, por meio do desenvolvimento das atividades agrossilvopastoris, observando as relações de equilíbrio socioeconômico, a capacidade de uso intensivo de mão-de-obra e a sustentabilidade ambiental;*

---

6. *Administrar os recursos provenientes do Fundo Geral do Cacau – FUNGECAU;*

---

7. *Coordenar a elaboração, promover a execução, acompanhamento e avaliação dos programas e ações pertinentes a sua área de competência;*

---

8. *Propor a programação e acompanhar a implementação de capacitação e treinamento de recursos humanos e colaboradores, em atendimento às demandas técnicas específicas;*

---

9. *Auxiliar o Ministro de Estado na definição das diretrizes e na implementação de ações do Ministério;*

---

10. *Subsidiar a Assessoria de Gestão Estratégica com informações específicas necessárias à operacionalização do planejamento estratégico do Ministério; e*

---

11. *Exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Ministro de Estado.*

---

Compete ainda, através da sua estrutura básica de três Superintendências Regionais nos

---



---

---

Estados da Bahia, Pará e Rondônia e das três Gerências (Amazonas, Espírito Santo e Mato Grosso:

---

1. *Promover a integração da execução das atividades voltadas para a geração, difusão e transferência de tecnologia e ensino técnico e profissionalizante para a sustentação agro econômica das regiões produtoras de cacau;*

---

2. *Manter permanente e estreita articulação com órgãos e entidades públicas e privadas, visando assegurar a Integração e cooperação para o desenvolvimento da cacauicultura, demais atividades agrossilvipastoris e agroindustriais de interesse regional;*

---

3. *Proceder à interação e integração das atividades da CEPLAC com os produtores, nos assuntos relacionados com a geração, adaptação, validação, transferência e difusão de tecnologias de produção e serviço, num processo contínuo de alimentação e retro-alimentação de informações entre os agentes do processo;*

---

4. *Coordenar a impressão e distribuição de trabalhos técnico-científicos para as comunidades científica nacional, internacional e de comunicação rural para os agricultores das regiões produtoras de cacau no âmbito da CEPLAC, com vínculo ao Comitê Científico;*

---

5. *Coordenar e controlar a execução das atividades de apoio administrativo e de comunicação visual no âmbito da CEPLAC;*

---

6. *Promover e identificar tecnologias, bens e serviços passíveis de patenteamento e de comercialização, submetendo-os à apreciação do Diretor da CEPLACIMAPA;*

---

7. *Promover e coordenar as atividades de planejamento, monitoramento, avaliação, revisão e de elaboração do plano gerencial;*

---

8. *Acompanhar e participar do processo de identificação das prioridades e a formulação de propostas, políticas e estratégias das ações desenvolvidas;*

---

9. *Instaurar sindicância e processo administrativo;*

---

10. *Orientar as unidades organizacionais, quanto à aplicação de normas e regulamentos, emitindo parecer;*

---

11. *Elaborar e acompanhar a execução de contratos; e*

---

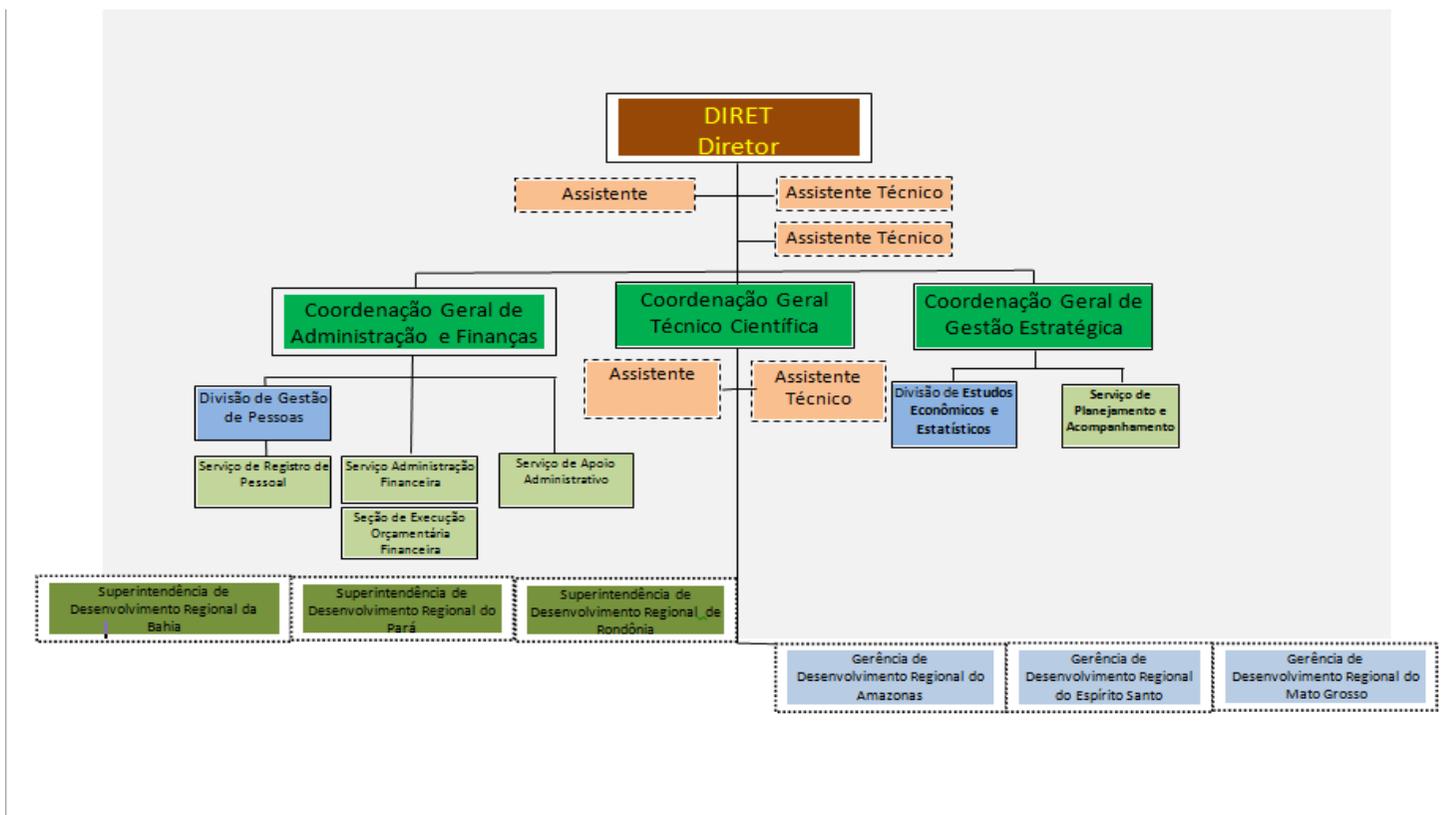
12. *Promover ações de sanidade vegetal em articulação com as Superintendências Federais de Agricultura, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, observadas as regulamentações específicas.*

---

---



### 1.3 Organograma Funcional





---

---

## **1.4 Macroprocessos Finalísticos**

---

---

1. Incrementar a produção agropecuária com base na conservação produtiva;
2. Agregar valor à produção;
3. Ampliar a produção de agroenergéticos;
4. Fortalecer a agricultura familiar;
5. Promover a diversificação agropecuária regional;
6. Ser excelência em P&D;
7. Garantir Excelência em ATER e transferência de tecnologia;
8. Estimular o acesso ao crédito rural.

Todas as informações necessárias ao entendimento dos temas acima estão contidas no item 2 a seguir.

---

---

## **1.5 Macroprocessos de Apoio**

---

---

1. Aprimorar os processos de gestão;
2. Implementar modelo institucional adequado;
3. Articular a execução de políticas públicas e parcerias complementares à ação da CEPLAC;
4. Aperfeiçoar a comunicação com o público externo;
5. Promover a readequação do quadro funcional;
6. Desenvolver e reter competências;
7. Garantir ambiente organizacional adequado;
8. Garantir recursos orçamentários para execução da estratégia;
9. Garantir sistemas de informação adequados à execução da estratégia.

Todas as informações necessárias ao entendimento dos temas acima estão contidas no item 2 a seguir.

---

---

## **1.6 Principais Parceiros**

---

---

1. Agricultores;
2. Sociedade;
3. Organizações representativas;
4. Cooperativas;
5. Universidades;
6. Institutos Federais;
7. Bancos;
8. Órgãos públicos que atuam na área de ação;



9. Órgãos de controle;  
10. Ministério da Agricultura.

## 1.7 INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão da CEPLAC, consolida as ações e projetos executados pelos Centros de Extensão – CENEX e Centros de Pesquisa do CACAU – CEPEC, atuantes em diversos municípios dos Estados do Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Mato Grosso, Pará e Rondônia. Ajusta-se ao modelo de avaliação das entidades públicas, destaca o esforço empreendido no sentido de concretizar as metas, ações e programas sob sua responsabilidade. O presente instrumento se constitui meio de controle, disponibiliza informações de caráter econômico, financeiro e social referentes ao desenvolvimento das atividades agroeconômicas nas áreas de atuação da CEPLAC.

Relata os atos e fatos institucionais com base na Alínea b, Quadro A1, Anexo 1 da DN TCU 119/2012, que determina aos Órgãos da administração direta do Poder Executivo atender o que solicitam os itens descritos no quadro abaixo, com fulcro na estrutura à página 101 do mesmo instrumento.

b) Órgãos da administração direta do Poder Executivo.	1.1	1.2	1.3	1.4	1.5	1.6	2.1	2.2	2.3	2.4
	3.2	3.4	3.5	4.1	4.2	4.3	5.1	5.2	5.3	5.4
	5.5	6.1	6.2	7.1	7.2	8.1	9.1	9.2	10.1	10.3
	10.4	11.1	11.2	12.1						

Em decorrência do acima exposto os demais quadros constantes do Anexo Único da Portaria TCU 150/2013 não foram utilizados na composição do presente relatório, por não se aplicarem à CEPLAC.

Na consecução das ações de sua responsabilidade diversas situações que inibiram ou prejudicaram atingir os objetivos foram registradas, seja de ordem legal ou em consequência de imprevisibilidade, com impacto significativo na possibilidade de oferecer o produto esperado pela sociedade onde atua.

Os principais problemas vivenciados no decorrer do exercício 2012 estão caracterizados nos itens a seguir listados:

1. Inexistência de estrutura organizacional e remuneratória condizente com a complexidade da instituição;
2. Recursos financeiros e orçamentários limitados às definições e liberações do MAPA – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento;
3. Abismo criado pelo continuado egresso de pessoas do quadro de servidores, sem a correspondente recomposição, em especial profissionais da área de pesquisa e extensão, na sua maioria mestres e doutores, que além de desfalcarem o contingente



levam o conhecimento acumulado, haja vista que não há pessoa e tempo suficiente para que seja repassado;

De igual forma, no decorrer do exercício em comento ocorreram perdas de talentos, seja por afastamentos diversos, aposentadoria ou morte. Tal situação coloca a CEPLAC com um universo atual de 2010 servidores, com perda de 22 em relação ao ano de 2011 e de 106 em relação ao ano de 2010, agravado pelo o fato de que 560 servidores estão com idade superior a 60 anos e 988 recebem abono de permanência, estes aptos à aposentadoria.

Assim, vê-se que a instituição convive com um quadro real de 1022 servidores com possibilidade de tocar os projetos e ações constantes no Planejamento Estratégico, que tem como meta o ano de 2022.

4. A inexistência de ferramental de gestão adequada à sistemática de governança descentralizada adotada pela CEPLAC trouxe diversas dificuldades no que diz respeito à mitigação de riscos e a garantia de conformidade com normas e instrumentos legais.

Não obstante os percalços vividos pelos gestores, a CEPLAC finda o exercício 2012 com avanços nas áreas que impactam diretamente nos clientes (pesquisa e extensão), com a realização de 22% de ações acima da meta definida para pesquisa e 81% da meta prevista para a difusão.

Para financiamento das ações foram previstos R\$ 31.983.095,00 (trinta e um milhões, novecentos e oitenta e mil, noventa e cinco reais). Desse foram repassados 71,34%, ou seja, R\$ 22.816.887,00 (vinte e dois milhões, oitocentos e dezesseis mil, oitocentos e oitenta e sete reais) e executado 97,19% - R\$ 22.177.560,00 (vinte e dois milhões, cento e setenta e sete mil, quinhentos e sessenta reais).

Também representativo para as Regiões Cacaueiras onde estão instaladas as EMARCs, foi o andamento do processo de transição de repasse das ações e responsabilidades das Escolas para a gestão dos Institutos Federais do Ministério de Educação nos respectivos Estados, ação esta que contou com participação efetiva do Centro de Educação – CEDUC e da DIRET. Outro ponto de grande relevância para sociedade é a continuidade das Escolas naquelas regiões, com melhoria significativa na estrutura física, oferta de cursos e atendimento da demanda educacional.



PODER EXECUTIVO  
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



9

**2 PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.**



---

## 2.1 Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada

---

### a) Período de abrangência do plano estratégico:

O novo Plano de Gestão Estratégica da CEPLAC foi elaborado em conformidade com as suas respectivas competências constitucional, legal ou normativa e tem uma interface direta com Plano Plurianual. O Plano está alinhado, portanto com os programas temáticos e de apoio à gestão, bem como com as ações planejadas para atingir os objetivos estabelecidos para o exercício em análise.

A Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC, órgão singular específico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, visando promover o Desenvolvimento Rural Sustentável nas Regiões Produtoras de Cacau do Brasil, buscou reestruturar o seu precípuo papel, isto é, sua “Razão de Ser”, “Missão” e Objetivos Estratégicos, Iniciativas, Ações e Projetos etc. através da revisão do Planejamento Estratégico da CEPLAC - PEC, que teve início no último trimestre de 2011, mantendo-se em fase de elaboração em 2012, com perspectivas de realinhamento, construção e implantação dos Planos e Projetos Estratégicos em 2013, com horizonte de tempo previsto até o ano de 2022. O planejamento para esse ciclo de gestão, além de traduzir a estratégia em objetivos mais claros, passíveis de comunicação, direcionam comportamentos, desempenhos e, promove o alinhamento entre os diversos planos.

Esse esforço se alinha às orientações estratégicas do Governo Federal, definidas a partir da: implantação do Plano de Gestão Estratégica do MAPA, concebido em 2006, revisado em 2009 e, mais recentemente, ao processo de reestruturação dos programas, objetivos, iniciativas, ações, etc., do Plano Plurianual – PPA empreendida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP, em 2011.

A CEPLAC adotou o método básico do Balanced Scorecard (BSC), modelo desenvolvido pelos professores: Robert Kaplan e David Norton da Harvard Business School, com apoio de consultoria externa, orientações da equipe técnica do MAPA, e de resultado das diretrizes e prioridades que orientam a recuperação, o crescimento e o desenvolvimento das Regiões Produtoras de Cacau. Esse instrumento está convertendo em uma ferramenta gerencial básica para assegurar racionalidade ao processo decisório, com previsão de implantação dos instrumentos de gestão estratégica, tática e operacional para o prazo estabelecido 2012 a 2022 com a seguinte estrutura resumo e Mapa Estratégico:

**Missão:** Promover o desenvolvimento rural sustentável das regiões produtoras de cacau no Brasil.

**Visão:** Ser reconhecida, até 2022, pela excelência no desenvolvimento de modelos competitivos e sustentáveis de produção para agricultura tropical perene nas regiões produtoras de cacau no Brasil.

### **Objetivos estratégicos:**

#### ➤ **Resultados para Sociedade:**

- Melhorar a qualidade de vida nas regiões produtoras de cacau por meio da geração de empregos e incremento da renda em bases sustentáveis;

- **Público-alvo:**

- Ser promotora da competitividade do setor agrícola;
- Ser agente de desenvolvimento territorial e inclusão social;



- Fortalecer a imagem institucional da CEPLAC;
- **Processos Internos:**
- **Desenvolvimento**
- Incrementar a produção agropecuária com base na conservação produtiva:
  - Cacau;
  - Borracha;
  - Dendê;
  - Agrofloresta.
- Promover a diversificação agropecuária regional;
- Agregar valor à produção;
- Ampliar a produção de agroenergéticos;
- Fortalecer a agricultura familiar;
- **Inovação**
- Ser excelência em P&D:
  - ABC – Agricultura de Baixa Emissão de Carbono;
  - Certificação;
  - Sanidade;
  - Sustentabilidade;
- Garantir excelência em ATER e transferência de tecnologia;
- Estimular o acesso ao crédito rural;
- **Comunicação**
- Aperfeiçoar a comunicação com o público externo;
- **Instituição**
- Aprimorar os processos de gestão:
  - Gestão da Estratégia;
  - Gestão de Projetos;
  - Gestão de processos.
- Implementar modelo institucional adequado;
- Articular a execução de políticas públicas e parcerias complementares à ação da CEPLAC;
- **Aprendizado e Crescimento**
- **Gestão de Pessoas**
- Promover a readequação do quadro funcional;
- Desenvolver e reter competências;
- **Ambiente Organizacional**
- Garantir ambiente organizacional adequado:
  - Comunicação Interna;
  - Endomarketing;
  - Motivação;
  - Transversalidade.
- **Orçamento**
- Garantir recursos orçamentários para a execução da estratégia
- **Gestão de TI**



- Aperfeiçoar a gestão da informação para execução da estratégia

O MAPA ESTRATÉGICO da CEPLAC identifica sua Missão e Visão, os objetivos na perspectiva dos resultados para a sociedade, o público alvo, processos internos, Aprendizado e conhecimento.

**b) Demonstração da vinculação do plano estratégico da unidade com suas competências constitucionais, legais ou normativas;**

O plano estratégico da CEPLAC ao redefinir sua missão, visão, seus objetivos estratégicos na perspectiva dos resultados para a sociedade, que é: a) Melhorar as condições de vida nas regiões produtoras de cacau por meio da geração de trabalho, emprego e renda em bases sustentáveis, bem como os definir os objetivos para o Público Alvo: b) Ser promotora da sustentabilidade e competitividade do setor agrícola; c) Ser agente de desenvolvimento territorial e inclusão social e ainda, d) Fortalecer a imagem institucional da CEPLAC, adotou como primeira premissa vincula-lo as suas competências constitucionais, legais ou normativas.

Quanto à perspectiva dos Processos Internos, da área de **DESENVOLVIMENTO**: Agregar valor à produção; Promover a diversificação agropecuária regional; Fortalecer a agricultura familiar; Ampliar a produção de agroenergético. Na área de **INOVAÇÃO**: Ser excelência em P&D; Garantir excelência em ATER e transferência de tecnologia; Estimular o acesso ao crédito rural; e na área de **COMUNICAÇÃO**: Aperfeiçoar a comunicação com o público externo, também estão alinhados diretamente com as respectivas competências.

No que tange aos demais objetivos estratégicos na perspectiva dos “**PROCESSOS INTERNOS**” da INSTITUIÇÃO tais como: Aprimorar os processos de gestão; Implementar modelo institucional adequado; Articular a execução de políticas públicas e parcerias complementares a ação da CEPLAC, assim como, no âmbito do “**APRENDIZADO E CRESCIMENTO**”, mais especificamente: Gestão de pessoas; Ambiente organizacional; Orçamento e Gestão de TI, não tem uma relação direta com sua competência legal e sim com a área meio do processo de gestão da área fim.

**c) Demonstração da vinculação do plano estratégico da unidade com o Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal, identificando os Programas Temáticos, os Objetivos, as Iniciativas e os Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado do Plano Plurianual vigente em que estejam inseridas ações de responsabilidade da unidade:**

O plano estratégico da unidade CEPLAC adotou como segunda premissa, estabelecer uma vinculação com o Plano Plurianual - PPA do Governo Federal.

Vale destacar também que, como terceira premissa buscou alinhar-se o seu planejamento de suas aos vincular-se ao planejamento estratégico do Mapa em função da vinculação formal ao Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento.

Ao exemplo do alinhamento com as competências legais e normativas, a CEPLAC ao redefinir sua missão, visão, seus objetivos estratégicos na perspectiva dos resultados para a sociedade, que é: a) Melhorar as condições de vida nas regiões produtoras de cacau por meio da geração de trabalho, emprego e renda em bases sustentáveis, bem como os definir os objetivos para o Público Alvo: b) Ser promotora da sustentabilidade e competitividade do setor agrícola; c) Ser agente de desenvolvimento territorial e inclusão social e ainda, d) Fortalecer a imagem institucional da CEPLAC, adotou como segunda e terceira premissas vincula-lo ao Plano Plurianual – PPA 2012/2015



e ao Planejamento do Mapa, respeitando algumas especificidades.

Quanto à perspectiva dos Processos Internos, da área de **DESENVOLVIMENTO**: Agregar valor à produção; Promover a diversificação agropecuária regional; Fortalecer a agricultura familiar; Ampliar a produção de agroenergético. Na área de **INOVAÇÃO**: Ser excelência em P&D; Garantir excelência em ATER e transferência de tecnologia; Estimular o acesso ao crédito rural; e na área de **COMUNICAÇÃO**: Aperfeiçoar a comunicação com o público externo, também estão alinhados diretamente com o Plano Plurianual – PPA 2015 e ao Planejamento do Mapa.

No que tange aos demais objetivos estratégicos na perspectiva dos “**PROCESSOS INTERNOS**” da INSTITUIÇÃO tais como: Aprimorar os processos de gestão; Implementar modelo institucional adequado; Articular a execução de políticas públicas e parcerias complementares a ação da CEPLAC, assim como, no âmbito do “**APRENDIZADO E CRESCIMENTO**”, mais especificamente: Gestão de pessoas; Ambiente organizacional; Orçamento e Gestão de TI, não tem uma relação direta com as áreas fins de sua competência legal prevista no Plano Plurianual – PPA 2015 e ao Planejamento do Mapa e sim com a área meio do processo de gestão dos objetivos, iniciativas, ações projetos da área fim.

**d) Se a unidade jurisdicionada estiver inserida no contexto de planejamento estratégico maior (de um órgão ou ministério, por exemplo), demonstração dos objetivos estratégicos, dos processos e dos produtos desse planejamento estratégico aos quais se vincula: (\*).**

Não se aplica.

**e) Principais objetivos estratégicos traçados para a unidade para o exercício de referência do relatório de gestão;**

Os principais objetivos estratégicos traçados para a CEPLAC no exercício em análise, em conformidade com a perspectiva da sociedade, público interessado, processos internos e aprendizado e crescimento, são:

**Objetivos estratégicos**

➤ **Resultados para Sociedade**

• **Melhorar a qualidade de vida nas regiões produtoras de cacau por meio da geração de trabalho, emprego e renda em bases sustentáveis.**

Busca a elevação dos níveis de qualidade de vida das populações e em particular das famílias de produtores e trabalhadores rurais das regiões produtoras de cacau do Brasil, através de ações de fortalecimento da economia local. Como exemplo, dinamização das cadeias produtivas agrícolas regionais e articulação de políticas públicas de inclusão social e produtiva, em bases sustentáveis.

➤ **Público-alvo**

➤ **Ser promotora da sustentabilidade e competitividade do setor agrícola.**

A competitividade e sustentabilidade do setor agrícola das regiões produtoras de cacau do Brasil estão associadas ao recorte regional de atuação da CEPLAC, onde se inserem os Biomas: Mata Atlântica e Floresta Amazônica, receptores dos agrossistemas cacau e cultivos integrados, bem como da matriz tecnológica e da base de organização da produção. Integração com os agentes das cadeias produtivas, tecnologia de ponta e conservação produtiva são atributos essenciais.

➤ **Ser agente de desenvolvimento territorial e inclusão social.**

Articular a base de representação dos segmentos públicos e sociedade civil junto aos colegiados de cada território e promover a organização da produção junto às famílias agricultoras, quilombolas, indígenas, ribeirinhos e pescadores artesanais assistidos. Os quais estão, localizados nos



22 territórios cacaueiros situados nos Biomas de Mata atlântica e Floresta Amazônica, tendo como eixo a integração de políticas públicas de inclusão social e produtiva, em bases sustentáveis.

➤ **Fortalecer a imagem institucional da CEPLAC**

Promover, tanto no ambiente interno como externo, o fortalecimento da imagem institucional do órgão destacando o nível de excelência, das ações e políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável das regiões onde atua. Realçar a imagem da CEPLAC junto à sociedade em geral, visando acima de tudo, divulgar seu papel, o conhecimento científico e, resultados alcançados no fortalecimento do agronegócio nas regiões produtoras de cacau do Brasil.

➤ **Processos Internos**

➤ **Desenvolvimento**

➤ **Incrementar a produção agropecuária com base na conservação produtiva**

- Cacau
- Borracha
- Dendê
- Agroflorestas

Objetiva aumentar a renda média marginal das regiões produtoras de cacau do Brasil, por meio de aumento da produtividade, expansão da área produtiva, agregação de valor às matérias-primas, produtos e derivados e, promoção dos produtores aos demais elos da cadeia produtiva. A revitalização da cacauicultura no Brasil estará realçada em dois flancos definidos pelo Programa para o próximo ciclo do PPA: de um lado os esforços para recuperação do parque produtivo da Bahia e Espírito Santo, com potencial instalado de incremento rápido da produção física de amêndoa pela melhoria da produtividade e qualidade dos produtos. Por outro lado, os estados do Norte que tem registrado franca expansão de crescimento da área colhida e plantada, tem-se a expectativa de incremento da área em torno de 10 mil hectares/ano de cacaueiros implantados até o final do ciclo do próximo PPA. O cumprimento dessas metas propostas consolidará a posição do Brasil no rol dos países produtores, segundo a dinâmica do mercado internacional de cacau, com perspectiva de aumento de produtividade nacional para o patamar de 480 kg/ha/ano e superação das 380 mil toneladas/ano, ao final do ciclo do próximo PPA.

• **Agregar valor à produção**

A agregação de valor ao cacau continuará a ser prioridade através da difusão de tecnologia de processamento, com fomento a investimentos da iniciativa privada em fábricas de chocolate, bem como através de parcerias com os produtores rurais para garantir maior produtividade, produção e matéria-prima de qualidade. Consoante este esforço, a certificação orgânica e indicação de origem serão fomentadas, assim como a produção de cacau fino de qualidade Premium.

A tática para agregação de valor à cadeia do cacau se expressa na referência de tecnologia de produtos e de processos já desenvolvidas pela CEPLAC, bem como nos avanços na área de equipamentos, com vistas à replicagem de unidades com porte adequado para cooperativas de produtores rurais. Buscando gerar e oferecer novas perspectivas de saída da condição de exportador de amêndoa para produtor de chocolate. Em paralelo estão sendo desenvolvidos esforços para elevação dos níveis de qualidade da produção, visando garantir e proporcionar novas formas de agregação de valor aos produtos e gerar novos nichos e oportunidades de negócio.

• **Promover a diversificação agropecuária regional**

Apoio às cadeias produtivas complementares: fruticultura, palmiteiros, apicultura, seringueira e pecuária. Objetiva integrar e promover novos arranjos produtivos, com foco nos níveis de eficiência



produtiva, qualidade dos produtos e verticalização da produção.

- **Fortalecer a agricultura familiar**

Consiste na promoção e inclusão produtiva da agricultura familiar, e desenvolvimento territorial rural por meio da ampliação e qualificação dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural junto às famílias agricultoras, quilombolas, indígenas, ribeirinhos e pescadores artesanais assistidos nos 22 territórios cacaueiros situados nos Biomas de Mata Atlântica e Floresta Amazônica. O atual contexto do campo brasileiro tem influenciado sobremaneira o crescimento das demandas de organização social e produtiva da agricultura familiar, considerando o assessoramento e assistência técnica na agropecuária, agroindústria e comercialização, bem como na ampliação do acesso aos programas e políticas públicas conquistadas por esse importante segmento.

- **Ampliar a produção de agroenergéticos**

Desenvolvimento de estudos e ações de melhorias e otimização do agronegócio dendê, voltados para consolidação da agricultura familiar e médias propriedades agrícolas, visando atingir níveis de viabilidade agroindustrial e econômica de produção e utilização de óleo, especialmente como matéria-prima para produção de biodiesel nas regiões cacaueiras do Brasil. Contribuirá com a expansão de cultivos agroenergéticos e de fontes renováveis para as regiões produtoras de cacau, assim como para a matriz energética do Brasil.

- **Inovação**

- **Ser excelência em P&D**

- Sustentabilidade
- ABC – Agricultura de Baixa Emissão de Carbono
- Sanidade agropecuária
- Certificação

A busca pela excelência em P&D consiste no desafio de aumentar a eficiência técnica e produtiva nas regiões produtoras de cacau e tem como requisito na ação principal da CEPLAC, gerar e desenvolver tecnologias sustentáveis para o desenvolvimento agrossilvipastoril nas regiões produtoras de cacau do Brasil.

- **Garantir excelência em ATER e transferência de tecnologia**

A ação extensionista rural desenvolvida pela CEPLAC nos territórios rurais das regiões cacaueiras do Brasil tem revelado forte inserção junto às comunidades rurais, em especial nos segmentos antes identificados como de pequena produção e que atualmente compõe espectro mais amplo denominado agricultura familiar. Este esforço consiste em modalidade de exploração vegetal e/ou animal socialmente justa, economicamente viável e ecologicamente sustentável. Conforme CAPORAL; RAMOS, 2010, este campo de conhecimento adota conceitos e princípios da agroecologia no manejo e desenho de agrossistemas sustentáveis. Além de orientação para os aspectos ecológicos, econômicos, agrônômicos, sociológicos e antropológicos, incorpora também as dimensões sociais, culturais, políticas e éticas. Os processos de difusão, transferência e adaptação de tecnologias agrícolas devem estar focados nos resultados e avaliados por meio da eficiência técnica e produtiva.

- **Estimular o acesso ao crédito rural**

Fortalecer o acesso ao crédito rural como instrumento de inclusão produtiva sustentável nos territórios rurais circunscritos às regiões produtoras de cacau, de forma articulada com outras políticas de inclusão social e delineadas para a superação da extrema pobreza ainda presente no campo. As políticas de crédito devem estar associadas à eficiência produtiva e resultados para os produtores, bem como à oferta de bens e serviços para a melhoria da infraestrutura nos territórios rurais, abordagem



estratégica para o desenvolvimento rural sustentável e promoção de políticas públicas integradas nos níveis federativo, setorial e escalar.

- **Comunicação**
- **Aperfeiçoar a comunicação com o público externo**

O objetivo de desenvolver canais de comunicação com o público externo de interesse, nos dois sentidos, para fora e para dentro, visa captar as reais necessidades dos clientes, incrementar e divulgar os programas e ações executados pela CEPLAC.

- **Instituição**
- **Aprimorar os processos de gestão**
  - Gestão da estratégia
  - Gestão de projetos
  - Gestão de processos

O aprimoramento dos processos de gestão e da governança corporativa não se concentra apenas em disciplinar as relações entre as diversas áreas de uma organização e o ambiente externo. A implementação das boas práticas de governança corporativa possibilita uma gestão mais profissionalizada e transparente, diminuindo a assimetria informacional, minorando problemas e procurando convergir os interesses de todas as áreas temáticas, buscando promover a eficiência de mecanismos e processos (boas práticas) para o rito da administração e criação de valor. O ajuste de processos organizacionais tem como foco os princípios de eficiência, eficácia, economicidade e efetividade e buscam aperfeiçoar o fluxo de informação e enfrentamento de desafios dentro e fora do órgão, para facilitar a tomada de decisão, em apoio ao alcance da estratégia.

- **Implementar modelo institucional adequado**

O projeto prevê a reformulação da competência institucional, a adequação da estrutura organizacional e o resgate da autonomia compatível com suas atribuições e responsabilidades. Em termos programáticos, incorporam-se novas ações, imprescindíveis ao alcance pleno da nova missão institucional. No aspecto operacional, avança para valorizar as ações compartilhadas, através de parcerias com outros organismos governamentais e do terceiro setor, cujas competências sejam demandadas para a consecução dos objetivos estabelecidos. Propõe-se conferir à nova CEPLAC personalidade jurídica de autarquia, na forma de um instituto, com capacidade de autoadministração sob controle do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Tal personalidade faculta ainda a possibilidade de buscar-se a qualificação de Agência Executiva, o que certamente facilitaria sobremaneira a nova instituição adaptar-se às alterações de cenário, atendendo as demandas e expectativas de seus clientes e usuários, atuais e potenciais.

- **Articular a execução de políticas públicas e parcerias complementares à ação da CEPLAC**

Otimizar as ações transversais de governos, no âmbito Federal, Estadual, Municipal e entidades afins, visa à indução, formulação e promoção de políticas públicas junto ao MAPA e outros Ministérios, voltadas a fortalecer, projetar e dar maior visibilidade às ações diretas da CEPLAC, bem como de entidades afins da iniciativa privada, que contemplem as especificidades do ambiente institucional e organizacional das regiões produtoras de cacau do Brasil.

- **Aprendizado e Crescimento**
  - **Gestão de Pessoas**
  - **Promover a readequação do quadro funcional**

O objetivo de renovação do quadro funcional nos diversos níveis de conhecimento técnico da



CEPLAC é atualizar e renovar o quadro de pessoal, que está sem contratação desde 1988. Esse esforço visa em caráter de urgência e no curtíssimo e médio prazo, a realização de concurso público e promoção da integração dos novos servidores com os atuais e, conseqüentemente, preservar, assegurar e manter transferência de conhecimento acumulado há mais de meio século, sobre a economia do cacau do Brasil.

- **Desenvolver e reter competências**

O objetivo de desenvolver e manter as competências existentes no quadro de pessoal com programas de capacitação, transferência de conhecimentos, visa à integração dos servidores, compatível com a missão e visão de futuro da organização.

- **Ambiente Organizacional**
- **Garantir ambiente organizacional adequado**
  - Motivação
  - Transversalidade
  - Comunicação Interna
  - Endomarketing

Um ambiente organizacional adequado, além de requerer estrutura compatível com as mudanças e demandas inerentes ao aperfeiçoamento dos processos de gestão alinhados com a estratégia, requer no plano da administração de pessoas, atributos relativos à motivação, transversalidade e comunicação interna, além do desenvolvimento intenso no processo de endomarketing.

- **Orçamento**
- **Garantir recursos orçamentários para a execução da estratégia**

O objetivo de garantir recursos orçamentários visa manter e buscar novas formas de financiar a execução da estratégia, quer seja por meio de orçamento tradicional ou buscando meios alternativos, maximizando a captação através de outras fontes de recursos e parcerias interinstitucionais.

- **Gestão de TI**
- **Garantir sistemas de informação adequados à execução da estratégia.**

O objetivo de aperfeiçoar a gestão de informação visa incrementar o desenvolvimento de sistemas de TI, alinhados à gestão da estratégia e às necessidades dos processos críticos nos níveis estratégico, tático e operacional.

**f) Principais ações planejadas para que a unidade pudesse atingir, no exercício de referência, os objetivos estratégicos estabelecidos.**

As ações, iniciativas ou projetos estratégicos indicam, em linhas gerais, as ações a serem implementadas a longo e médio prazos para assegurar a realização dos objetivos estabelecidos no mapa estratégico e para preencher as lacunas existentes entre a performance atual da organização e a situação desejada. As iniciativas traçadas impactam, de forma diferenciada, os objetivos estratégicos da organização.

Os Planos Diretores das Unidades foram baseados no Planejamento Estratégico da CEPLAC, construídos participativamente até o nível de iniciativas. Equilibrar a relação entre o PEC, que tem abrangência nacional, com as condições individuais e específicas de cada Unidade, reconhecendo os desafios que cada unidade tem que superar, foi uma preocupação sempre presente nas práticas desenvolvidas pela consultoria. Para isso, foi essencial analisar e estabelecer junto aos membros das Unidades os objetivos, as estratégias ou outros pontos que permitiram estabelecer esta relação e, ao mesmo tempo, respeitar as intenções do grupo de profissionais de cada Unidade e das tendências de



seus respectivos mercados.

Os PDUs contêm as Contribuições das Unidades para os corporativos da CEPLAC, que são as estratégias das unidades para garantir seu bom desempenho e seu crescimento de modo alinhado com Planejamento Estratégico. Esses Planos precisam ser aperfeiçoados para a continuidade de ações que permitam o alcance de metas de médio e longo prazo. Além disso, um processo contínuo de gestão da estratégia precisa ser implantado.

As principais ações planejadas para que a CEPLAC pudesse atingir, no exercício em análise, os objetivos estratégicos estabelecidos, são:

- Aumento da produção e produtividade da cacauicultura nacional em bases sustentáveis;
- Melhoria da qualidade e agregação de valor à produção de cacau;
- Valorização do cultivo do cacauzeiro em várzeas na Amazônia Brasileira;
- Aumento da produção e produtividade da dendeicultura em bases sustentáveis;
- Processamento local da produção e melhoria da qualidade do óleo de palma nas regiões produtoras na Bahia;
- Otimização de equipamentos para processamento da produção em pequena escala;
- Melhoria da infraestrutura botânica para produção de propágulos;
- Aumento da produção e produtividade da heveicultura em bases sustentáveis;
- Melhoria da qualidade e verticalização da produção de borracha natural;
- Incremento sustentável da produção de borracha natural em seringais nativos da Amazônia;
- Apoio às cadeias produtivas complementares (fruticultura; palmiteiros e apicultura);
- Aumento da eficiência técnica e produtiva nas regiões produtoras de cacau – PROPESQUISA;
- Modernização da gestão da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC;
- Geração e transferência de tecnologias sustentáveis;
- Ampliação e modernização da infraestrutura física de apoio à geração e difusão de tecnologia;
- Controle e prevenção de pragas endêmicas e quarentenárias;
- Desenvolver potencialidades agroenergéticas das regiões produtoras de cacau;
- Inclusão produtiva da agricultura familiar e desenvolvimento territorial por meio de ATER;
- Desenvolver e adaptar tecnologias de processamento e equipamentos para pequenas plantas.
- Fortalecimento do associativismo e cooperativismo.
- Qualificação da mão-de-obra das cadeias produtivas regionais.
- Plano de reorientação institucional da CEPLAC.
- Plano de comunicação institucional.
- Plano de carreira.
- Estruturação do concurso público.
- Desenvolvimento de pessoas.
- Melhoria do clima organizacional.



- Captação de recursos externos.
- Modernização da tecnologia da informação da CEPLAC.

A elaboração e definição da matriz a seguir permitiu identificar o grau de impacto das iniciativas sobre os objetivos estratégicos da CEPLAC.

A elaboração e definição da matriz a seguir permitiu identificar o grau de impacto das iniciativas sobre os objetivos estratégicos da CEPLAC.





---

## 2.2 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

---

O Plano Estratégico adotou como estratégias de atuação para alcançar os objetivos estratégicos traçados, aperfeiçoar o processo de gestão, identificar os pontos fracos e fortes, as principais limitações internas e as prováveis ameaças externas, para o atingimento dos objetivos traçados. Estão sendo elaborados planos projetos e buscado melhorar seus processos internos para minimizar os impactos dos entraves identificados e alavancar os objetivos de curto, médio e longo prazo. Como estratégia, instituí dois instrumentos de trabalho: o Planejamento Estratégico da CEPLAC – PEC – e os Planos Diretores das Unidades Descentralizadas – PDUs. Vide descrições dos campos da *Parte A, item 2 e subitens 2.2, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012*, constantes na Nota de Fim, n<sup>o</sup> e comentários e esclarecimentos a seguir.

Os Planos Diretores foram baseados no Planejamento Estratégico da CEPLAC, construído participativamente até o nível de iniciativas, mas que precisam ser aperfeiçoados para a continuidade de ações que permitam o alcance de metas de médio e longo prazo. Além disso, um processo contínuo de gestão da estratégia precisou ser implantado.

Neste contexto, foram utilizados cenários alternativos do ambiente de atuação das organizações públicas de P&D voltada para o agronegócio para a elaboração do PEC e PDUs, considerando os cenários colocados pelas diversas áreas de pesquisa, como: agroenergia; aspectos e impactos ambientais; agroindústria (agregação de valor); defesa agropecuária; agroecologia; agricultura orgânica; agricultura familiar; biotecnologia; técnicas de monitoramento georeferenciadas; integração agrosilvopastoril; fruticultura; além de aspectos sociais.

É intenção dessa estratégia adotada pela CEPLAC foi definir uma sistemática que permitisse estabelecer uma visão de futuro a ser alcançado por toda a organização e, ao mesmo tempo, considerar as condições individuais e específicas das diversas Unidades. Equilibrar essa relação, reconhecendo os desafios que cada unidade tem que superar, foi uma preocupação sempre presente nas práticas desenvolvidas pela consultoria.

Considerando essa premissa, a convergência entre os objetivos do projeto aconteceu da seguinte forma: O Planejamento Estratégico da CEPLAC – PEC será o instrumento que determinará e orientará o caminho a ser seguido pela CEPLAC no sentido de realizar os grandes objetivos planejados. O PEC incluirá Missão, Visão de Futuro, Mapa estratégico, Indicadores e suas metas e as Iniciativas estratégicas.

O Modelo de Gestão e de Governança será o instrumento que garantirá a execução e acompanhamento contínuo da estratégia, possibilitando fazer as correções de rumo necessárias em direção à Visão de Futuro da CEPLAC.

Os Planos Diretores das Unidades – PDUs conterão sua contribuição com os objetivos corporativos da CEPLAC, que são as estratégias das unidades para garantir seu bom desempenho e seu crescimento de modo alinhado com Planejamento Estratégico.

Assim, assegurar o alinhamento entre PEC e PDUs sem perder de vista às características próprias de cada instrumento e as realidades vivenciadas em cada Unidade Estadual foram pontos fundamentais ao projeto. Para isso, foi essencial estudar e estabelecer os objetivos, as estratégias ou outros pontos que permitiram estabelecer esta relação e, ao mesmo tempo, respeitar as intenções do grupo de profissionais de cada Unidade e Diretoria e as tendências de seus respectivos mercados.



**a) Avaliação dos riscos que poderiam impedir ou prejudicar o cumprimento dos objetivos estratégicos do exercício de referência das contas:**

Os riscos identificados no processo de revisão dos macroprocessos, como limitações, entraves internos, que prejudicaram ou que continuam ameaçando o alcance dos objetivos estratégicos estão diretamente relacionados com o modelo de governança, hora adotado, ou a ser adotado no curto, médio e longo prazo. No âmbito de ameaças externas, tem haver com o nível de organização do público **estratégico**, isto é, dos *Stakeholder's*, representantes dos elos das cadeias produtivas, agrícolas, regionais, contempladas com os serviços de ATER E P&DT e ainda, do apoio e reconhecimento recebido dos representantes das sociedades regionais, das esferas públicas: municipal, estadual e principalmente da esfera federal.

A falta de priorização e medidas adequadas para implantar, executar, monitorar e avaliar as ações constante na matriz de impacto das iniciativas sobre os objetivos estratégicos, levando em conta o grau de importância e relevância dos projetos, definidos e agrupados em três etapas ou três (3) ondas de implementação das iniciativas, em conformidade com o item b) subitem “**MATRIZ – OBJETIVOS X INICIATIVAS DA CEPLAC**”, poderá prejudicar ou retardar o alcance dos objetivos constantes no Mapa Estratégico, assim como os, **resultados estratégicos**, esperados, constantes nos quadros a seguir:

<b>RISCOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO RESULTADO ESTRATÉGICO – CEPLAC. RE. 1</b>	
<b>PRODUÇÃO NACIONAL E PRODUTIVIDADE DO CACAU AUMENTADAS</b>	
<b>RISCOS - R1</b>	<b>AÇÕES MITIGANTES</b>
Contingenciamento ou insuficiência de dotação orçamentária e financeira;	Articulação com as demais áreas de Governo, envolvidas com o tema;
Apoio insuficiente da alta administração do MAPA ao Plano de Gestão Estratégica da CEPLAC	Repactuação das dívidas dos produtores e abertura de novas linhas de crédito
	Execução periódica das RAEs

<b>RISCOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO RESULTADO ESTRATÉGICO – CEPLAC. RE. 2</b>	
<b>PRODUÇÃO E NÍVEIS DE PRODUTIVIDADE DO DENDÊ PARA FINS AGROENERGÉTICOS AUMENTADOS</b>	
<b>RISCOS – R2</b>	<b>AÇÕES MITIGANTES</b>
Contingenciamento ou insuficiência de dotação orçamentária e financeira;	Articulação com as demais áreas de Governo, envolvidas com o tema;
Falta de apoio creditício para os produtores rurais com as características de: suficiência, oportunidade, adequação e facilidade de acesso.	Articulação institucional direta com os agentes creditícios ou via câmara setorial de oleaginosas.

<b>RISCOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO RESULTADO ESTRATÉGICO – CEPLAC. RE. 3</b>	
<b>CONSERVAÇÃO PRODUTIVA NOS IMÓVEIS RURAIS NAS REGIÕES CACAUEIRAS IMPLEMENTADA</b>	
<b>RISCOS – R3</b>	<b>AÇÕES MITIGANTES</b>
Contingenciamento ou insuficiência de dotação orçamentária e financeira;	Articulação com as demais áreas de Governo, envolvidas com o tema;
Quadro de pessoal insuficiente	Contratação de pessoal.
	Planejamento e definição de política pública creditícia apropriada



<b>RISCOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO RESULTADO – CEPLAC. RE. 4</b>	
<b>PRODUÇÃO DE CACAU COM VALOR AGREGADO AUMENTADA</b>	
<b>RISCOS – R4</b>	<b>AÇÕES MITIGANTES</b>
Ausência de linha de crédito especial; Insuficiência de dotação orçamentária e financeira da CEPLAC;	Articulação com as demais áreas de Governo, envolvidas com o tema;
Dificuldade de articulação com os demais membros parceiros do projeto	Implementação do programa de agregação de valores pela Câmara Setorial do Cacau Nacional Articulação com as Câmaras Setoriais do cacau Estaduais

<b>RISCOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO RESULTADO</b>	
<b>SERVIÇOS DE ATER E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA AMPLIADOS E QUALIFICADOS</b>	
<b>RISCOS – R5</b>	<b>AÇÕES MITIGANTES</b>
Contingenciamento e insuficiência: orçamentário / financeira	Articulação de políticas públicas transversais.
Quadro de pessoal insuficiente	Formalização de parcerias, proposição de emendas parlamentares e ampliação das receitas próprias. Contratação de pessoal.

**b) Revisão de macroprocessos internos da unidade, caso tenha sido necessária;**

A revisão dos macroprocessos internos da instituição iniciou em abril de 2011, em Ilhéus, onde se realizou uma oficina “Conferência de Busca do Futuro” com o objetivo de apresentar e discutir cenários e direcionadores estratégicos para o Planejamento Estratégico, assim como obter a Missão e Visão de Futuro da CEPLAC. Nesta conferência estavam presentes líderes da CEPLAC, seus colaboradores, representantes das Associações de Produtores e do Ministério da Agricultura e outros atores que impactam ou são impactados pela atuação da CEPLAC.

Primeiramente, foi realizada a construção da linha do tempo com os fatos positivos que marcaram a história da CEPLAC. Além disso, fez-se a apresentação de tendências externas e validação das que mais impactam a organização. Ademais, participantes puderam expor o que desejam para o futuro da CEPLAC. Finalmente, foram identificados e priorizados os principais direcionadores/alavancas para que o futuro desejado realmente aconteça.

Como principal oportunidade, foi colocada a agenda ambiental nacional junto ao crescimento do mercado interno e externo de chocolate. Além disso, a busca pela verticalização da produção, a elaboração de políticas públicas para agricultura familiar e a agregação de valor em novos nichos também foram colocadas como fatores positivos no cenário nacional. As principais ameaças levantadas foram à falta de política agrícola que contemple as especificidades da cacauicultura, representatividade política reduzida e o forte endividamento dos produtores.

Diversos pontos fortes foram identificados como competências internas da CEPLAC, dentre eles podemos mencionar o fato de que a CEPLAC atende a uma demanda legítima, possui visão desenvolvimentista, alta qualidade dos recursos humanos, forte capacidade de transferência de tecnologia e capacidade de inovar no estabelecimento de novas relações. Como ponto fraco foi identificado a sua indefinição institucional.

Os principais direcionadores estratégicos levantados foram: Incremento da produção dos cultivos por meio do aumento da produtividade; Dinamização dos arranjos produtivos visando à agregação de valor; Estímulo aos processos educativos de organização e gestão da produção; Ser agente de organização do produtor rural; Modernização dos processos, visando à oferta de produtos



e serviços de qualidade ao público-alvo; Renovação do quadro de pessoal sem perda da qualidade técnica e aperfeiçoamento do processo de gestão estratégica da CEPLAC.

No contexto desses direcionadores foi considerado o fato de que o mundo vai demandar um acréscimo maior de cacau. A partir de 2003, o País saiu de um consumo per capita de 400 gramas de cacau para algo em torno de um quilo e 300 gramas. Nas projeções realizadas, baseando-se na curva de consumo nos últimos 40 anos, foi verificado que dentro de cinco anos o mundo vai demandar um acréscimo de algo em torno de 650 mil toneladas de cacau. Isso sem considerar os efeitos de curto prazo dos últimos dez anos, em que houve um incremento maior de consumo de chocolate e de cacau no Brasil, como também em países como a China e a Rússia, e com a própria abertura do leste europeu. O Brasil hoje tem tecnologia para reagir e voltar a ser grande no mercado de cacau, se posicionando com destaque nesse novo cenário.

Nessa perspectiva mundial onde o Brasil se insere e conforme a Prof.<sup>a</sup> Tânia Bacelar, o Brasil está diante de muitas janelas de oportunidades se considerados o ambiente mundial favorável aos países em desenvolvimento (BRIC), constituir-se em ator relevante no final da era do petróleo, ser fronteira de recursos para produção de novas formas de energia, para suprir parte da demanda mundial de alimentos e liderar novas formas de aproveitamento das reservas de biodiversidade, além de poder disputar novos segmentos produtivos baseados em conhecimento avançado. “Em 2022, o Brasil será um Estado ainda mais soberano e cada vez mais democrático; uma sociedade mais justa e progressista; um país em acelerado desenvolvimento sustentável”. Revista Brasil 2022, 2010, p. 57.

#### A MATRIZ – OBJETIVOS X INICIATIVAS DA CEPLAC

A priorização das iniciativas foi realizada a partir da análise da matriz de impacto das iniciativas nos objetivos estratégicos e a partir de uma priorização quanto à urgência e desafio realizada em dinâmica com todos os servidores da CEPLAC em seminários nas regionais que marcaram o início do desdobramento da estratégia.

Esta priorização requereu um exercício de pontuação dos objetivos estratégicos nos critérios de urgência e grau de desafio para o alcance dos mesmos. De acordo com a pontuação alcançada, deu-se origem a definição de 3 ondas e ou etapas de implementação das iniciativas como segue abaixo.

#### ETAPAS OU ONDAS DE IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA

1ª ONDA – CURTO PRAZO	2ª ONDA – MÉDIO PRAZO	3ª ONDA – LONGO PRAZO
Implementar modelo institucional adequado.	Agregar valor à produção.	Ser excelência em P&D.
Promover a readequação do quadro funcional.	Garantir ambiente organizacional adequado.	Articular a execução de políticas pública complementares à ação da CEPLAC.
Incrementar a produção agropecuária com base na conservação produtiva.	Garantir excelência na difusão e transferência de tecnologia.	Garantir o acesso ao crédito rural.
Garantir recursos orçamentários para a execução da estratégia.	Aprimorar os processos de gestão.	Desenvolver e reter competências.
	Aperfeiçoar a comunicação com o público externo.	Promover a diversificação agropecuária regional.
	Fortalecer a agricultura familiar.	Ampliar a produção de agroenergéticos.
		Garantir sistemas de informação adequados à execução da estratégia.



**c) Adequações nas estruturas de pessoal, tecnológica, imobiliária, etc., caso tenham sido necessárias ao desenvolvimento dos objetivos estratégicos;**

O objetivo contemplado no Mapa Estratégico referente à renovação do quadro funcional nos diversos níveis de conhecimento técnico da CEPLAC se justifica em função da necessidade urgente de atualizar e renovar o quadro de pessoal, que está sem contratação desde 1988. Esse esforço visa em caráter de urgência e no curtíssimo e médio prazo, a realização de concurso público e promoção da integração dos novos servidores com os atuais e, conseqüentemente, preservar, assegurar e manter transferência de conhecimento acumulado há mais de meio século, sobre a economia do cacau do Brasil. Vale lembrar que, qualquer retardamento deste processo, implicará em prejuízos para a economia das regiões produtoras de cacau do PAÍS.

O objetivo é desenvolver e manter as competências existentes no quadro de pessoal com programas de capacitação, transferência de conhecimentos, visa à integração dos servidores, compatível com a missão e visão de futuro da organização.

▪ **Ambiente Organizacional**

• **Garantir ambiente organizacional adequado**

- Motivação
- Transversalidade
- Comunicação Interna
- Endomarketing

Um ambiente organizacional adequado, além de requerer estrutura compatível com as mudanças e demandas inerentes ao aperfeiçoamento dos processos de gestão alinhados com a estratégia, requer no plano da administração de pessoas, atributos relativos à motivação, transversalidade e comunicação interna, além do desenvolvimento intenso no processo de endomarketing.

**d) Estratégias de divulgação interna dos objetivos traçados e dos resultados alcançados;**

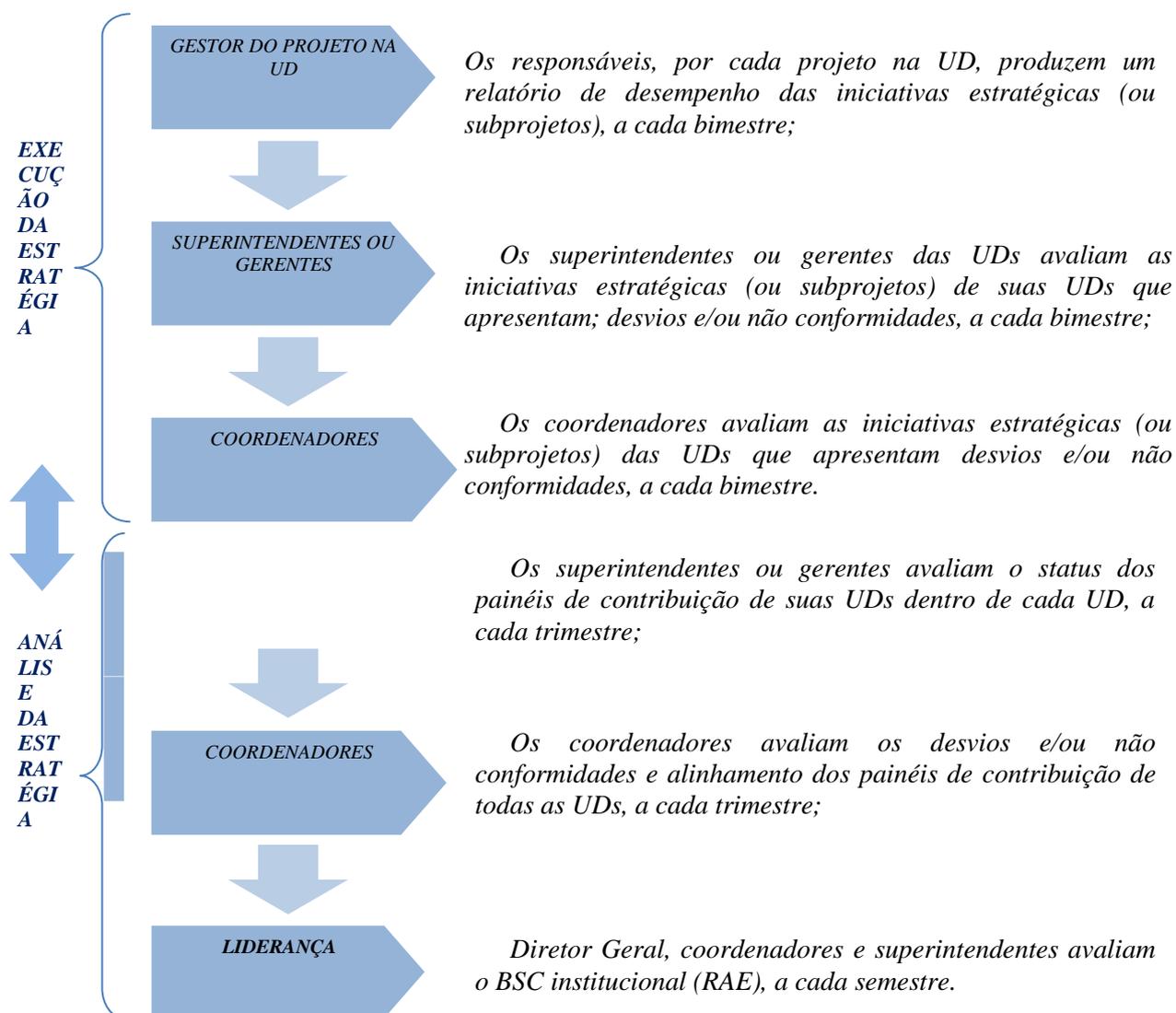
A Coordenação-Geral de Gestão Estratégica, conjuntamente com as Coordenações-Geral Técnica e Científica e de Administração e Finanças e Assessoria de Comunicação Social, têm mantido esforços para divulgar os objetivos traçados, com o propósito de desenvolver canais de comunicação com o público interno e externo de interesse, nos dois sentidos, para fora e para dentro. Visa também, captar as reais necessidades dos clientes, incrementar e divulgar os programas e ações executados pela CEPLAC.

Para minimizar os entresves nesta área, o planejamento estratégico prevê no âmbito da Comunicação da Estratégia as seguintes ações e eventos:

- Elaboração de um Plano de Comunicação: Interno e Externo;
- Seminário Interno: apresentação anual de todos os Painéis de Contribuição.
- Comitê Externo de Avaliação (Regional)
- Comitê Externo de Avaliação (Nacional) e:



## GESTÃO DA ESTRATÉGIA



### e) Outras estratégias consideradas relevantes pelos gestores da unidade para o atingimento dos objetivos estratégicos.

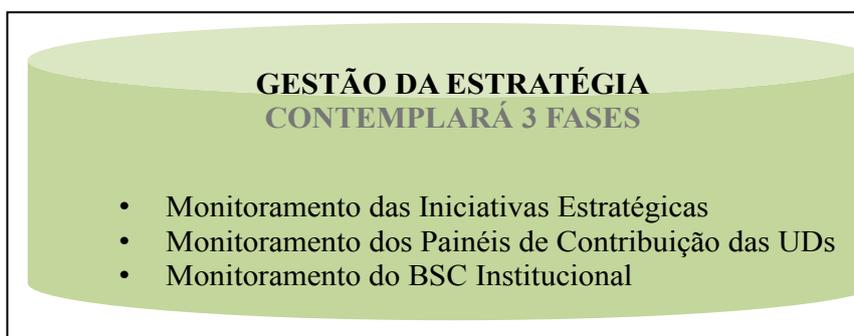
A importância do modelo de gestão e da governança corporativa não se concentra apenas em disciplinar as relações entre as diversas áreas de uma organização ou com partes externas. A implementação das boas práticas de governança corporativa possibilita uma gestão mais profissionalizada e transparente, diminuindo a assimetria informacional, minorando problemas e procurando convergir os interesses de todas as partes relacionadas, buscando promover uma estrutura eficiente de mecanismos e processos (boas práticas) para a administração da instituição e maximizar a criação de valor na mesma.



O ambiente corporativo atual é complexo e proporcionam as mais variadas situações que requerem decisões mais assertivas. Assim, a aplicação de diferentes recursos para gerenciar pode permitir uma visão ampliada para tratar temas conhecidos sob uma nova ótica.

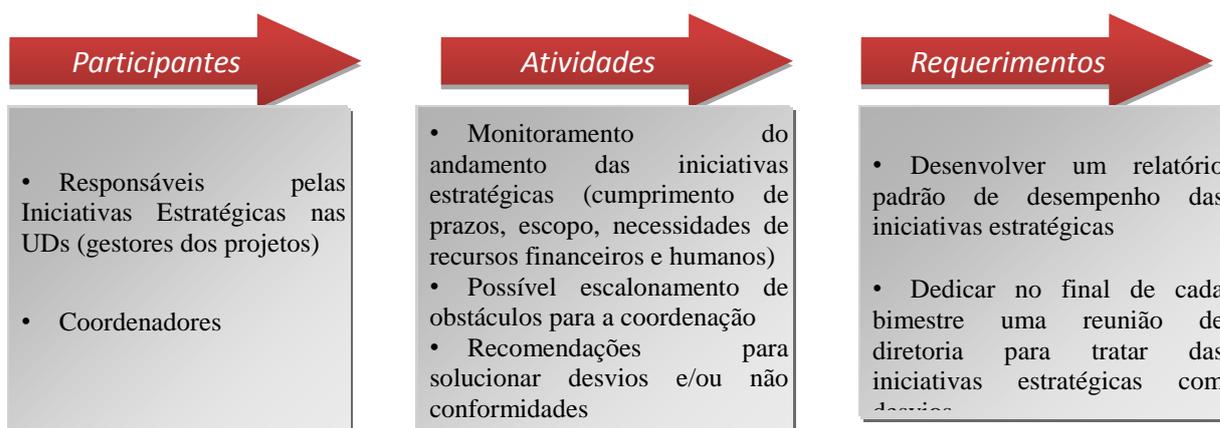
Meios adequados devem ser utilizados para viabilizar atividades estratégicas a fim de promover as linhas de atuação e a imagem da CEPLAC como um todo nas iniciativas de caráter institucional, e então, gerando ações de visibilidade nacional e internacional, e integrando seus públicos de interesse (*stakeholders*).

Assim, o Modelo de Gestão da Estratégia a ser adotado pela CEPLAC contemplará 3 fases: Monitoramento das Iniciativas Estratégicas, Monitoramento dos painéis de contribuição das UD's e Monitoramento do BSC Institucional.



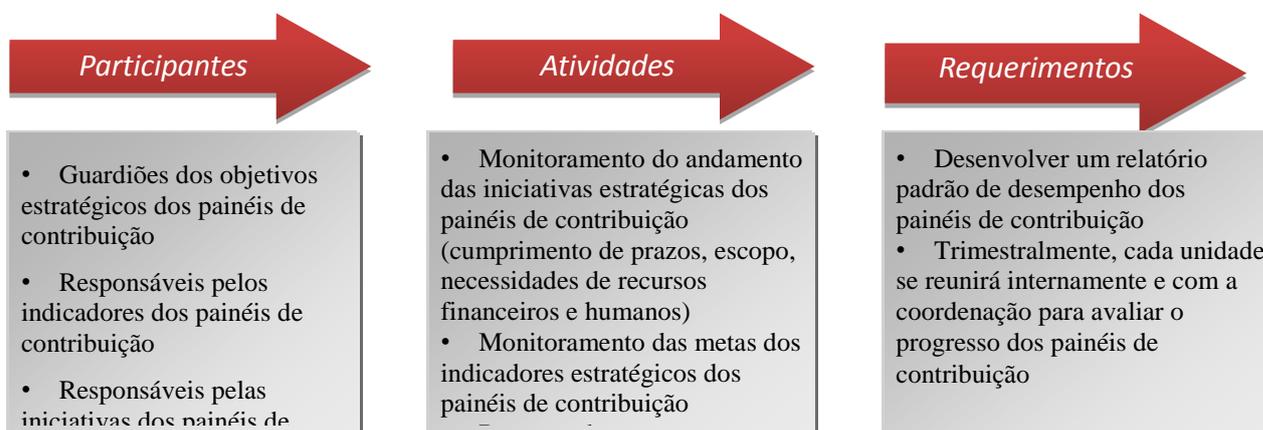
**REUNIÕES DA CEPLAC NO PROCESSO DE GESTÃO ESTRATÉGICA:**

**a) Reuniões bimestrais de monitoramento das Iniciativas Estratégicas: reuniões gerenciais em cada Unidade e conjunta com Coordenadores:**

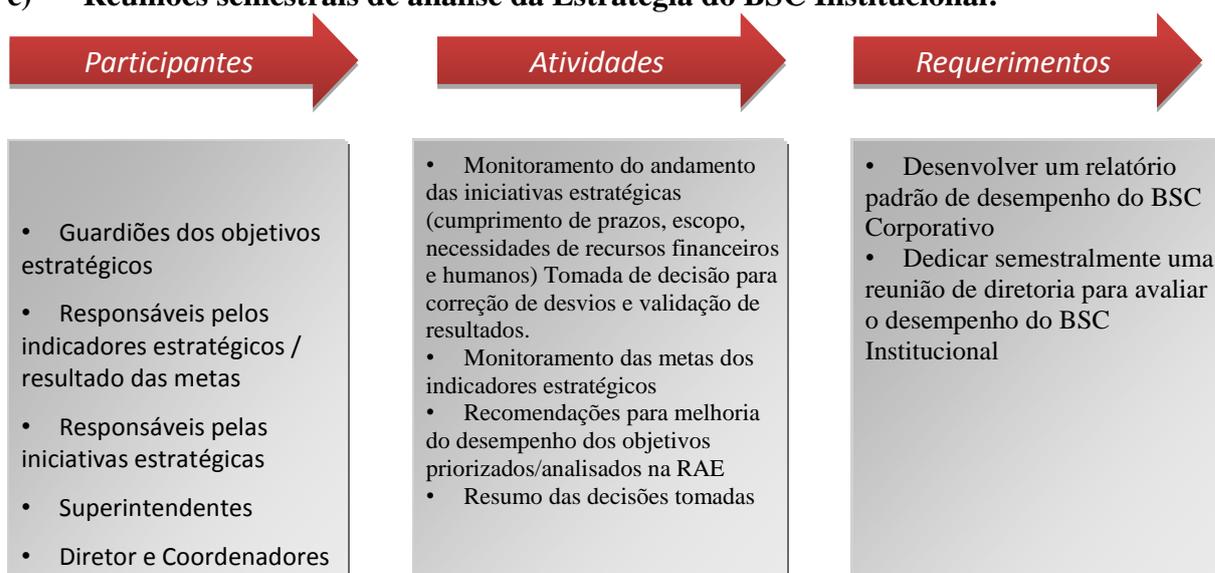




**b) Reuniões trimestrais de análise dos Painéis de Contribuição: reuniões gerenciais em cada Unidade e conjunta com Coordenadores:**



**c) Reuniões semestrais de análise da Estratégia do BSC Institucional:**





## 2.3 Execução do Plano de Metas ou de Ações

### a) Resultado das ações planejadas, explicitando em que medida as ações foram executadas:

O resultado de execução do Plano de Metas ou de Ações planejadas, os entraves, as justificativas para o não atingimento das metas estabelecidas ou a não execução da ação planejada. Vide, as descrições dos campos da “Parte A, item 2 e subitens 2.3, do Anexo II da DN TCU n.º 119, de 18/01/2012”, constantes na Nota de Fim, nº e comentários a seguir.

<b>Programa:</b>	2014 - AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO							
<b>Ação:</b>	8544 - Desenvolvimento da potencialidade agroenergética das regiões produtoras de cacau							
<b>U. Adm. Responsável:</b>	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira							
Finalidade: Implementar estudos e ações de melhoria e otimização do agronegócio do dendê, tanto na consolidação da agricultura familiar quanto nas pequenas e médias propriedades agrícolas, para atingir níveis de viabilidade agroindustrial e econômica de produção e utilização do óleo de dendê como matéria-prima para a produção de biodiesel. Viabilizar a implementação de um programa sustentável de produção de biocombustível nas regiões produtoras de cacau. Promover a ampliação e renovação de dendezaís nas áreas zoneadas para o cultivo, além de auxiliar na difusão de tecnologias que permitam a capacitação técnica dos produtores rurais e o aumento dos investimentos nesta fonte de energia renovável.								
Produto (Unidade)	Financeiro (R\$ 1,00)				Físico		Indicadores (%)	
Subtítulo - Medição	Dotação Inicial	Dotação Atual	Executado	(%) Execução	Meta LOA	Realizado	Eficiência	Eficácia
Área atendida – hectare	1.453.500	1.453.500	274.119	18,86	13.000	9.435	384,83	72,58
0001 - Nacional - 31/12/12	1.453.500	1.453.500	274.119	18,86	13.000	9.435	384,83	72,58

<b>Programa:</b>	2028 - DEFESA AGROPECUÁRIA							
<b>Ação</b>	2143 - Controle da doença vassoura-de-bruxa							
<b>U. Adm. Responsável:</b>	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira							
Finalidade: Recuperar a produção, a produtividade e melhorar a qualidade do cacau brasileiro. Aumentar a competitividade, de forma a favorecer a balança comercial do Agronegócio, e recuperar e aumentar o número de empregos. Maximizar o potencial moageiro do parque industrial instalado e sustentar o retorno dos investimentos financeiros do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira, gerando renda no ambiente da cadeia produtiva do cacau.								
Produto (Unidade)	Financeiro (R\$ 1,00)				Físico		Indicadores (%)	
Subtítulo – Medição	Dotação Inicial	Dotação Atual	Executado	(%) Execução	Meta LOA	Realizado	Eficiência	Eficácia
Área controlada – ha	3.039.262	3.039.262	2.637.806	86,79	550.000	550.000	115,22	100,00
0001 - Nacional - 31/10/12	3.039.262	3.039.262	2.637.806	86,79	550.000	550.000	115,22	100,00



<b>Programa:</b>	2042 - Inovações para a Agropecuária							
<b>Ação</b>	2127 - Geração e Adaptação de Tecnologias para o Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Cacaueira e Sistemas Agroflorestais							
<b>U Adm. Responsável:</b>	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira							
<b>Finalidade:</b>	Desenvolver tecnologias sustentáveis, capazes de assegurar as bases para a consolidação, ampliação e diversificação das cadeias produtivas do cacau e de outras explorações nas regiões de atuação da CEPLAC, reduzindo custos de produção, gerando empregos, favorecendo a inclusão social e elevando renda, contribuindo, por conseguinte, para o processo de desenvolvimento regional.							
<b>Produto (Unidade)</b>	<b>Financeiro (R\$ 1,00)</b>				<b>Físico</b>		<b>Indicadores (%)</b>	
Subtítulo - Medição	<b>Dotação Inicial</b>	<b>Dotação Atual</b>	<b>Executado</b>	<b>(%) Execução</b>	<b>Meta LOA</b>	<b>Realizado</b>	<b>Eficiência</b>	<b>Eficácia</b>
Pesquisa desenvolvida	7.414.037	7.414.037	5.016.845	67,67	103	122	175,04	118,45
0001 - Nacional - 31/12/12	7.064.037	7.064.037	5.016.845	71,02	100	122	171,78	122,00
0056 - Desenv. Sust. Das	350.000	350.000	0	-	3	0	-	0,00

<b>Programa:</b>	2042 - Inovações para a Agropecuária							
<b>Ação</b>	14IL - Reforma e Adequação dos Centros de Pesquisa em Cacaucultura e em Sistemas Agroflorestais							
<b>U Adm. Responsável:</b>	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira							
<b>Finalidade:</b>	Imprimir maior eficiência e eficácia no desenvolvimento de pesquisas agropecuárias de forma a contribuir com o desenvolvimento sustentável das regiões produtoras de cacau do Brasil.							
<b>Produto (Unidade) (%)</b>	<b>Financeiro (R\$ 1,00)</b>				<b>Físico</b>		<b>Indicadores (%)</b>	
Subtítulo - Medição	<b>Dotação Inicial</b>	<b>Dotação Atual</b>	<b>Executado</b>	<b>(%) Execução</b>	<b>Meta LOA</b>	<b>Realizado</b>	<b>Eficiência</b>	<b>Eficácia</b>
Centro reformado -	1.050.000	1.050.000	22.880	2,18	5	0	-	0,00
0001 - Nacional - 31/12/12	1.050.000	1.050.000	22.880	2,18	5	0	-	0,00

<b>Programa:</b>	2042 - INOVAÇÕES PARA A AGROPECUÁRIA							
<b>Ação</b>	4715 - Difusão e Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável da Agricultura e de Sistemas Agroflorestais nas Regiões Cacaueiras							
<b>U Adm. Responsável:</b>	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira							
<b>Finalidade:</b>	Promover o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais, por meio do fortalecimento das atividades produtivas, elevando o seu padrão de qualidade de vida e estimulando a geração de emprego, de renda e a inclusão social, por meio da transferência de conhecimentos tecnológicos e gerenciais, da organização social e produtiva e do uso sustentável dos recursos naturais, tendo como enfoque a conservação produtiva, a verticalização da produção e a construção de redes de comercialização.							
<b>Produto (Unidade) (Nº)</b>	<b>Financeiro (R\$ 1,00)</b>				<b>Físico</b>		<b>Indicadores (%)</b>	
Subtítulo - Medição	<b>Dotação Inicial</b>	<b>Dotação Atual</b>	<b>Executado</b>	<b>(%) Execução</b>	<b>Meta LOA</b>	<b>Realizado</b>	<b>Eficiência</b>	<b>Eficácia</b>
Produtor atendido -	10.155.405	10.155.405	2.751.111	27,09	60.000	48.847	300,52	81,41
0001 - Nacional - 31/12/12	10.155.405	10.155.405	2.751.111	27,09	60.000	48.847	300,52	81,41



<b>Programa:</b>	2105 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento							
<b>Ação</b>	20R3 – Coordenação e Gestão do Desenvolvimento das Regiões Cacaueira							
<b>U Adm. Responsável:</b>	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira							
<b>Finalidade:</b>	(*)Atender despesas que compreendem: serviços administrativos; administração de pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, manutenção e conservação de imóveis próprios, cedidos ou alugados, suporte administrativo e acordos de cooperações técnicas nacionais e internacionais, tecnologia da informação, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção; sistemas de informações gerenciais internos; promoção de eventos para discussão e formulação de políticas públicas para o setor; desenvolvimento sustentável das regiões produtoras de cacau do Brasil; e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da CEPLAC.							
<b>Produto Um. Mant.)</b>	<b>Financeiro (R\$ 1,00)</b>				<b>Físico</b>		<b>Indicadores (%)</b>	
<b>Subtítulo – Medição</b>	<b>Dotação Inicial</b>	<b>Dotação Atual</b>	<b>Executado</b>	<b>(%) Execução</b>	<b>Meta LOA</b>	<b>Realizado</b>	<b>Eficiência</b>	<b>Eficácia</b>
Unidade Mantida (*)					16	7		
0001 - Nacional - 31/10/12 (*)								

**b) Justificativas para a não execução de ações ou não atingimento de metas, se for o caso;**

- Contingenciamento do Orçamento específico para custeio das capacitações;
- Quantidade insuficiente de pessoas, insuficiência de treinamento adequado em conhecimento com habilidades e atitudes para formar a equipe;
  - Descontinuidade da gestão, o que prejudica as ações de médio e longo prazo das políticas de pessoal do MAPA;
  - Ausência de uma força de trabalho motivada e adequada para o desenvolvimento dos processos de gestão de pessoas;
  - O volume de tarefas/servidor e o cumprimento de prazos é fator restritivo para permanência dos mesmos nestas áreas;
  - Pessoal da área específica da área de gestão com habilidades para a realização da tabulação de dados e a análise dos resultados.
  - Ausência de Software que facilite o processo de gestão do conjunto de informações, inclusive para elaboração desse relatório;
  - Pessoal habilitado para a realização da tabulação dos dados e a análise dos resultados.

**c) Impactos dos resultados das ações nos objetivos estratégicos da unidade.**

<b>ÓRGÃO</b>	<b>22000</b>	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA
<b>CÓD. /UNID./ RESPONSÁVEL</b>		18 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA
<b>CÓD./PROGRAMA/PPA</b>		2014 - AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO.
<b>TIPO DE PROGRAMA</b>		TEMÁTICO
<b>MACRODESAFIO</b>		DAR SEGUIMENTO AO PROJETO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO
<b>EIXO</b>		DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO



<b>CÓDIGO / OBJETIVO</b>	
0750 - Ampliar, diversificar e monitorar a produção de biomassa agropecuária destinada ao suprimento energético, visando à consolidação da agroenergia como vetor de desenvolvimento rural e ao aumento da sua participação na matriz energética.	
<b>PÚBLICO ALVO</b>	
Produtores e trabalhadores rurais, de perfis socioeconômicos diversos: grandes, médios e pequenos agricultores familiares, quilombolas, indígenas, ribeirinhos e pescadores artesanais das regiões produtoras de cacau, contemplados na ação finalística 8544 - Desenvolvimento da Potencialidade Agroenergética das Regiões Produtoras de Cacau do Programa 2014, através dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER e de Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologia da CEPLAC.	
<b>ANÁLISE SITUACIONAL DO OBJETIVO:</b>	
(*) Não se aplica a essa unidade	
<b>CÓDIGO / INICIATIVA</b>	02Y0 - Desenvolvimento da potencialidade agroenergética das regiões produtoras de cacau.

<b>META</b>	Modernizar duas (2) unidades artesanais de extração de óleo de dendê
<b>ANÁLISE SITUACIONAL DA META:</b>	
Em parceria com a Petrobras foram adquiridas duas mini usinas de processamento de dendê, aguardando nesse momento os recursos para a infraestrutura de Instalação e funcionamento. Busca-se a superação de obstáculos para a utilização do óleo de dendê como matéria-prima na produção de biodiesel e comercialização para a Unidade de Biodiesel de Candeias. Estas unidades serão utilizadas como piloto de processamento e no treinamento de agricultores familiares dos territórios da cidadania do Baixo Sul e Litoral Sul da Bahia.	

<b>Quantidade alcançada</b>	2			<b>Data de Ref.</b> 31/12/2012
				Em N°
<b>Regionalização da Meta</b>		<b>Programado 2015</b>		<b>Qtde. Alcançada 2012</b>
Região Nordeste		2		2
<b>Brasil</b>		2		2

**Análise Situacional da Meta:**

Informações consolidadas da gerência do projeto estratégico de dendê na Bahia constata expansão de novos cultivos da ordem de 450 hectares em 2012, por conta de cerca de 70.000 (setenta mil) mudas de dendê distribuídas aos produtores no período 2011/2012. Destas, cerca de 80% destinaram-se à renovação, cerca de 960 hectares e o restante à formação de novas áreas. Constatam dificuldades operacionais nas linhas de crédito, especialmente aos agricultores familiares, como entrave para a expansão de novas áreas. Verifica-se baixo desempenho na execução orçamentária com índice realizado de apenas 12,56% da dotação para o exercício. Constata-se falta de priorização no financiamento da ação em relação aos limites totais liberados.



<b>Quantidade alcançada</b>	<b>450,00</b>	<b>Data de Ref. 31/12/2012</b>
		Em ha
<b>Regionalização da Meta</b>	<b>Programado 2015</b>	<b>Qtde. Alcançada 2012</b>
Região Nordeste	6.000,00	450,00
Região Norte	4.000,00	0,00
<b>Brasil</b>	<b>10.000,00</b>	<b>450,00</b>

**Promover a renovação de 6.000 ha de dendê zais:**

**Análise Situacional da Meta:** Informações consolidadas da gerência do projeto estratégico de dendê na Bahia realçam avanços na recuperação dos cultivos tradicionais do dendê. De 70.000 (setenta mil) mudas de dendê distribuídas aos produtores no período 2011/2012, cerca de 80% destinaram-se à renovação, com estimativa de 960 hectares modernizados e o restante destinado a formação de novas áreas. Constatam dificuldades operacionais nas linhas de crédito, especialmente aos agricultores familiares, como entrave para a expansão de novas áreas. Verifica-se baixo desempenho na execução orçamentária com índice realizado de apenas 12,56% da dotação para o exercício. Constata-se falta de priorização no financiamento da ação em relação aos limites totais liberados.

Em ha

<b>Quantidade alcançada</b>	<b>960,00</b>		<b>Data de Ref. 31/12/2012</b>
<b>Regionalização da Meta</b>		<b>Programado 2015</b>	<b>Quede. Alcançada 2012</b>
Região Nordeste			960,00
<b>Brasil</b>		<b>6.000,00</b>	<b>960,00</b>

<b>ÓRGÃO</b>	<b>22000</b>	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA.
<b>CÓD. /U./ RESPONSÁVEL</b>		18 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA
<b>CÓD. /PROGRAMA/PPA</b>		2028 - DEFESA AGROPECUARIA
<b>TIPO DE PROGRAMA</b>		TEMÁTICO
<b>MACRODESAFIO</b>		DAR SEGUIMENTO AO PROJETO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO
<b>EIXO</b>		DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

**CÓDIGO / OBJETIVO**

0364 - Promover a sanidade na agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas e doenças e fortalecendo as ações de prevenção e controle.

**PÚBLICO ALVO:**

Produtores e trabalhadores rurais, de perfis socioeconômicos diversos: grandes, médios e pequenos agricultores familiares, quilombolas, indígenas, ribeirinhos e pescadores artesanais das regiões produtoras de cacau contemplados na ação finalística 2143, do Programa 2028, através dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER e de Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias da CEPLAC.

**ANÁLISE SITUACIONAL DO OBJETIVO:**

(\*) Não se aplica a essa unidade



<b>CÓDIGO / INICIATIVA</b>	012H - Prevenção, controle e erradicação das pragas dos vegetais.
----------------------------	-------------------------------------------------------------------

<b>META 2012-2015</b>	Ampliar de 470mil para 600 mil hectares a área controlada de Vassoura de Bruxa nos cacauais.
-----------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------

<b>ANÁLISE SITUACIONAL DA META:</b>	
-------------------------------------	--

A Ação de controle da doença vassoura de bruxa nos cacauais brasileiros constitui esforço da Iniciativa 012H - Prevenção, controle e erradicação das pragas dos vegetais, dentro do Objetivo 364 - Defesa Agropecuária e, possui meta física apurada de modo não cumulativo. Da superfície de área em hectares programados para cobertura de monitoramento e controle integrado da doença, registra-se alcance de 100,0%, com 550 mil ha realizado em relação ao programado na LOA 2012. A cobertura de área controlada da vassoura de bruxa toma como referência o esforço institucional de controle integrado da enfermidade diretamente nas propriedades rurais por meio dos processos de inovação e difusão tecnológica, bem como nas campanhas educativas e/ou difusão dos conhecimentos por meio de eventos diversos focados no público alvo, assim como na sociedade dentro do recorte regional das regiões produtoras de cacau.

Destaca-se como resultado relevante a criação e registro tanto para a agricultura convencional como para sistemas orgânicos, do Biofungicida Tricovab, com alto potencial de controle ao fungo da vassoura de bruxa, sem resíduos químicos, bem como a continuação do seqüenciamento do genoma do patógeno *Moniliophthora perniciosa* e do hospedeiro *Theobroma cacao*, permitindo com isso uma nova estratégia de controle de pragas.

A CEPLAC conjuntamente com DSV/SDA/MAPA, dinamizou-se o plano de contingência da Monilíase do cacauieiro, visando proteger a cacauicultura nacional dos danos econômicos, sociais e ambientais associados ao risco de entrada, dispersão e estabelecimento dessa grave doença do cacauieiro, ainda não ocorrente em território brasileiro. Consolidada a análise do exercício registra-se a realização de ações relevantes para o controle da vassoura de bruxa: o lançamento do Programa de Revitalização das áreas Produtoras de Cacau do Espírito Santo que contempla diversas medidas para o enfrentamento da catástrofe advinda da contaminação de mais de 95% das lavouras cacauieiras do estado, bem como a II Reunião Técnica – Programa Nacional de Pesquisa para Prevenção e Controle da Mobiliasse do Cacauieiro. A Ação controle da doença vassoura de bruxa reúne os esforços de controle integrado da doença, campanhas e demais medidas com cobertura de alcance em toda área de cacauieiros nos estados de atuação: AM, BA, ES, MT, PA e RO.

<b>Quantidade alcançada</b>	<b>550.000,00</b>			<b>Data de Ref.</b> 31/12/2012
				Em há
<b>Regionalização da Meta</b>		<b>Programado 2015</b>		<b>Qtde. Alcançada 2012</b>
Região Centro-Oeste		240,00		1.300,00
Região Nordeste		481.300,00		406.100,00
Região Norte		95.460,00		120.500,00
Região Sudeste		23.000,00		22.100,00
<b>Brasil</b>				<b>550.000,00</b>



<b>ÓRGÃO</b>	<b>22000</b>	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA
<b>CÓD. /U./ RESPONSÁVEL</b>		18 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA
<b>CÓD./PROGRAMA/PPA</b>		2042 - INOVAÇÕES PARA A AGROPECUÁRIA
<b>TIPO DE PROGRAMA</b>		TEMÁTICO
<b>MACRODESAFIO</b>		DAR SEGUIMENTO AO PROJETO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO
<b>EIXO</b>		DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

<b>CÓDIGO / OBJETIVO</b>
0845 - Pesquisar e desenvolver tecnologias para os sistemas agrossilvopastoris das regiões cacaueiras dos biomas Mata Atlântica e Amazônia.
<b>PÚBLICO ALVO:</b>
Produtores e trabalhadores rurais, de perfis socioeconômicos diversos: grandes, médios e pequenos agricultores familiares, quilombolas, indígenas, ribeirinhos e pescadores artesanais das regiões produtoras de cacau contemplados na ação finalística 2127, do Programa 2042, através dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER e de Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologia da CEPLAC.
<b>ANÁLISE SITUACIONAL DO OBJETIVO:</b>
<p>A estratégia de execução do objetivo consistiu num contínuo intercâmbio dos processos de inovações tecnológicas e transferência de tecnologia entre os centros de pesquisas regionais, de forma a atender o foco de elevação da renda dos agronegócios regionais por meio da produção de excedentes exportáveis, contribuindo, por conseguinte para a geração de empregos no campo, promoção do desenvolvimento socioeconômico regional e ingresso de divisas no País.</p> <p>Constatou-se nesse processo o desenvolvimento de competências locais visando agregar maior valor aos produtos agrícolas, por meio da verticalização, do licenciamento socioambiental e de conceitos voltados às demandas do mercado. Ampliou-se a competitividade das cadeias produtivas do cacau, borracha, dendê e outros produtos nas regiões produtoras de cacau do Brasil, evidenciando um novo diferencial de qualidade no aspecto da conservação produtiva, bem como na ênfase aos processos de inclusão sócioprodutiva e promoção do desenvolvimento territorial sustentável.</p> <p>Os esforços da iniciativa e ação de geração e adaptação de tecnologias compõem um portfólio de pesquisas avançadas em genética, biologia molecular, fitopatologia, fisiologia da produção, fertilidade, agroecologia, sistemas agroflorestais, biocontrole, socioeconômica e tecnologias de processamento. Dados consolidados no exercício apreciado confirmam 142 projetos de pesquisas elaborados em áreas temáticas diversas, destes 132 em desenvolvimento, consumando-se a validação de 122 pesquisas desenvolvidas e convertidas em projetos de transferência de tecnologias, com 42 tecnologias disponibilizadas no ano. Destacam-se no contexto os processos de pesquisas e de qualificação da transferência de tecnologia, a seguir:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Criação e registro tanto para a agricultura convencional como orgânica, do Biofungicida Tricovab, com alto potencial de controle ao fungo da vassoura de bruxa, sem resíduos químicos, bem como a continuação do sequenciamento do genoma do patógeno <i>Moniliophthora perniciosa</i> e do hospedeiro <i>Theobroma cacao</i>, permitindo com isso uma nova estratégia de controle de pragas do cacaueiro;</li><li>• Validação de atributos de melhoramento à série de clones tolerantes às doenças, 39 cultivares registrados; Com relação a recursos genéticos, a CEPLAC mantém os bancos de germoplasma (ex-situ) em estações experimentais localizadas nos estados da Bahia, Pará e</li></ul>



Rondônia, contendo 5.538 acessos: 4.452 clonais e 1.086 seminais, ocupando área total de 70 hectares.

- Desenvolvimento de tecnologia de processamento de chocolate fino e de equipamentos para pequenas plantas industriais, contribuído assim para um novo salto tecnológico na agroindústria regional e na capacitação de produtores e mão-de-obra na verticalização da produção – 133 toneladas de cacau já processadas em pequenas agroindústrias regionais.
- Implantação de 21 unidades demonstrativas ou unidades de referência tecnológica – URT, em parceria com os produtores rurais, em sistemas de produção e manejo integrado de pragas;
- Realização do III Congresso Brasileiro de Cacau e a II Reunião Técnica do Programa Internacional de Prevenção e Controle da Moníliasse do Cacaueiro, significando marco relevante da área de inovação durante o exercício de 2012.

As ações de Pesquisa & Desenvolvimento integradas a Assistência Técnica e Extensão Rural oportunizaram a retomada da produção e produtividade das propriedades agrícolas, com reflexos na dinamização das cadeias produtivas regionais, manutenção do parque moageiro do cacau e níveis de processamento, com redução conseqüente da importação de matéria prima para o setor chocolateiro.

O resultado estratégico desse esforço se traduz na elevação da meta de produtividade média do cacau de 315 kg para 375 kg por hectare/ano, refletindo no aumento da produção nacional de cacau de 202 mil toneladas em 2008 para 257.417 toneladas em 2012 (IBGE, jan./2013), representando incremento da ordem de 27,43% em relação ao ciclo do PPA 2008-2011. Esta situação reanima o setor ao recolocar o país no novo cenário da cacauicultura mundial.

Os níveis de produtividade dos cacaueiros no Bioma da Mata Atlântica, ainda aquém do programado é consequência do fenômeno da praga vassoura de bruxa, instalada nos cultivos da Bahia e Espírito Santo desde final da década de 1980.

Diante deste quadro gerador de acentuada e prolongada crise na economia do cacau, agravada pela limitação de recursos orçamentários e financeiros, bem como pela insuficiência de crédito e investimento no setor, construiu-se nova estratégia e cenário prospectivo para o período de até 2022.

O desafio da cacauicultura no Brasil a partir de 2013 estará realçado em dois flancos definidos pelo Plano de Gestão Estratégica da CEPLAC e contemplado no PPA: de um lado os esforços para recuperação do parque produtivo da Bahia e Espírito Santo, com potencial instalado de incremento rápido da produção física de amêndoa pela elevação da produtividade e qualidade dos produtos, de outro os estados do Norte registrando franca expansão das áreas plantadas e colhidas, com expectativa de incremento em até 10 mil hectares/ano até o final da década em curso. Alinhado aos esforços de inovação e difusão tecnológica, assistência técnica e crédito rural – repactuação de dívidas dos produtores, encontra-se em curso a validação de atributos de melhoramento à série de clones tolerantes às doenças, 39 cultivares registrados com foco na recuperação de cacauais na Mata Atlântica e a produção e distribuição anual de 24 milhões de propágulos de espécies diversas com destaque para 20 milhões de sementes de cacau distribuídas por ano nos estados do Norte, contribuindo assim para a recuperação e expansão de sistemas agrossustentáveis, em consonância com o Programa de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono – ABC.

Consolidada a análise do monitoramento das ações no exercício em apreço, verifica-se significativa melhoria nos níveis de execução da meta física, com desempenho final superior ao programado na LOA. A realização foi de 122 pesquisas desenvolvidas no período com índice de alcance de 122,0% diante da meta programada de 100 pesquisas para a LOA no exercício em análise. Não obstante aos reiterados contatos com o centro de pesquisas do Pará a consolidação das



metas físicas da ação só foram validadas no início de 2013 pela superintendência daquele estado, carecendo revisão do relatório nacional.

Mesmo verificando-se que foi a Ação finalística melhor aquinhada dentro do financeiro liberado, sua execução sofreu condicionamentos dos limites disponibilizados, registrando apenas 52,81%, com R\$3.730.649,67 realizado até o fechamento do exercício em relação à dotação orçamentária anual de R\$7.064.037,00. Do orçamentário liberado 96,68% foram empenhados.

Com referência às dotações de Crédito Extraordinário na Ação/Localizador 20ZY incluídos em 2012 pela MP 598, não houve execução, conforme justificativa padronizada recomendada pela COF: "Dotação incluída pela MP 598 e não executado em 2012".

<b>CÓDIGO / INICIATIVA</b>	03GK - Desenvolvimento de processos de avaliação, conservação e uso sustentável dos recursos naturais para as regiões cacaueiras
<b>CÓDIGO / INICIATIVA</b>	03GM - Geração de tecnologias sustentáveis, adequadas aos sistemas agrossilvopastoris das regiões cacaueiras dos Biomas da Mata Atlântica e Amazônia.

#### **ANÁLISE SITUACIONAL DA META - 2012 – 2015:**

Incrementar a produção nacional de cacau de 234 mil para 334 mil toneladas nas regiões cacaueiras.

A meta apresenta tendência de crescimento continuado considerando-se os índices apurados dentro do ciclo histórico do último PPA e do exercício ora consumado. As ações de Pesquisa & Desenvolvimento integradas a Assistência Técnica e Extensão Rural oportunizaram a retomada da produção e produtividade das propriedades agrícolas, com reflexos na dinamização das cadeias produtivas regionais, manutenção do parque moageiro do cacau e níveis de processamento, com redução conseqüente da importação de matéria prima para o setor chocolateiro.

O resultado estratégico desse esforço se traduz na elevação da meta de produtividade média do cacau de 315 kg para 375 kg por hectare/ano, refletindo no aumento da produção nacional de cacau de 202 mil toneladas em 2008 para 257.417 toneladas em 2012 (IBGE, jan./2013), representando incremento da ordem de 27,43% em relação ao ciclo do PPA 2008-2011. Esta situação reanima o setor ao recolocar o país no novo cenário da cacauicultura mundial.

<b>Quantidade alcançada</b>	<b>257.417,00</b>		<b>Data de Ref.</b> 31/12/2012	<b>Quantidade alcançada</b>
				Em ton.
<b>Regionalização da Meta</b>		<b>Programado 2015</b>		<b>Qtde. Alcançada 2012</b>
Região Centro-Oeste		805,00		576,00
Região Nordeste		208.818,00		160.209,00
Região Norte		116.242,00		88.323,00
Região Sudeste		8.402,00		8.309,00
<b>Brasil</b>		<b>334.267,00</b>		<b>257.417,00</b>

- Incrementar a produtividade de cacau de 360 Kg/ha para 480 Kg/ha das regiões cacaueiras dos Biomas Mata Atlântica e Floresta Amazônica.

Os dados apurados no exercício confirmam a tendência de elevação continuada dos níveis



de produtividade média do cacau no Brasil.

Conforme dados do IBGE considerou-se, no âmbito dos Biomas Amazônico e de Mata Atlântica, uma área colhida de 686.131 hectares de cacauzeiros para uma produção alcançada de 257.417 toneladas de amêndoas de cacau seco para a safra de 2012 (dados consolidados pelo IBGE no fechamento do exercício). Constata-se elevação significativa dos níveis de produtividade na Amazônia, particularmente no estado do Pará, bem como recuperação gradual na Bahia onde se situa o maior parque produtivo do País.

Os níveis de produtividade dos cacauzeiros no Bioma da Mata Atlântica, ainda aquém do programado é consequência do fenômeno da praga vassoura de bruxa, instalada nos cultivos da Bahia e Espírito Santo desde final da década de 1980. Diante deste quadro gerador de acentuada e prolongada crise na economia do cacau, agravada pela limitação de recursos orçamentários e financeiros, bem como pela insuficiência de crédito e investimento no setor, construiu-se nova estratégia e cenário prospectivo para o período de até 2022.

O desafio da cacauicultura no Brasil estará realçado em dois flancos definidos pelo Plano de Gestão Estratégica da CEPLAC e contemplado no PPA: de um lado os esforços para recuperação do parque produtivo da Bahia e Espírito Santo, com potencial instalado de incremento rápido da produção física de amêndoa pela elevação da produtividade e qualidade dos produtos, de outro os estados do Norte registrando franca expansão das áreas plantadas e colhidas, com expectativa de incremento em até 10 mil hectares/ano até o final da década em curso. Alinhado aos esforços de inovação e difusão tecnológica, assistência técnica e crédito rural – repactuação de dívidas dos produtores, encontra-se em curso a validação de atributos de melhoramento à série de clones tolerantes às doenças, 39 cultivares registrados com foco na recuperação de cacauais na Mata Atlântica e a produção e distribuição anual de 24 milhões de propágulos de espécies diversas com destaque para 20 milhões de sementes de cacau distribuídas por ano nos estados do Norte, contribuindo assim para a recuperação e expansão de sistemas agrossustentáveis, em consonância com o Programa de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono – ABC.

Quantidade alcançada	375	Data de Ref. 31/12/2012
		Em Kg
Regionalização da Meta	Programado 2015	Qtde. Alcançada 2012
Bioma Amazônia	480,00	683,00
Bioma Mata	480,00	303,00
<b>Brasil</b>		<b>375,00</b>

<b>ÓRGÃO</b>	<b>22000</b>	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA
<b>CÓD./ U. RESPONSÁVEL</b>		18 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA
<b>CÓD. / PROGRAMA / PPA</b>		2042 - INOVAÇÕES PARA A AGROPECUÁRIA
<b>TIPO DE PROGRAMA</b>		TEMÁTICO
<b>MACRODESAFIO</b>		DAR SEGUIMENTO AO PROJETO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO
<b>EIXO</b>		DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

<b>CÓDIGO / OBJETIVO</b>
0846 - Modernizar a infraestrutura, a estrutura organizacional - institucional e a gestão, visando à inovação e a consolidação da atuação interna e externa em PD&I agropecuária.
<b>PÚBLICO ALVO:</b>



Produtores e trabalhadores rurais, de perfis socioeconômicos diversos: grandes, médios e pequenos agricultores familiares, quilombolas, indígenas, ribeirinhos e pescadores artesanais das regiões produtoras de cacau contemplados na ação finalística 14IL, do Programa 2042, através dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER e de Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologia da CEPLAC.

**ANÁLISE SITUACIONAL DO OBJETIVO:**

(\*) Não se aplica a essa unidade

<b>CÓDIGO / INICIATIVA</b>	03GO – Ampliação e modernização da infraestrutura física e laboratorial dos Centros de Pesquisas da CEPLAC nos Estados da Bahia, Pará e Rondônia.
----------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

**ANÁLISE SITUACIONAL DA META - 2012 – 2015:**

<b>META</b>	Incrementar a produção nacional de cacau de 234 mil para 334 mil toneladas nas regiões cacaueiras.
-------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------

<b>ÓRGÃO</b>	<b>22000</b>	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA
<b>CÓD. / UNIDADE</b>		18 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA
<b>DENOMINAÇÃO</b>		<b>2042 - INOVAÇÕES PARA A AGROPECUÁRIA</b>
<b>TIPO DE PROGRAMA</b>		TEMÁTICO
<b>MACRODESAFIO</b>		DAR SEGUIMENTO AO PROJETO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO
<b>EIXO</b>		DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

<b>CÓDIGO / OBJETIVO</b>	
	0968 - Difundir e adaptar tecnologias sustentáveis para os sistemas agrossilvopastoris nas regiões cacaueiras dos Biomas Mata Atlântica e Amazônia.
<b>PÚBLICO ALVO:</b>	
	Produtores e trabalhadores rurais, de perfis socioeconômicos diversos: grandes, médios e pequenos agricultores familiares, quilombolas, indígenas, ribeirinhos e pescadores artesanais das regiões produtoras de cacau contemplados na ação finalística 4715, do Programa 2042, através dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER e de Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologia da CEPLAC.

<b>CÓDIGO / INICIATIVA</b>	044F - Difusão de tecnologias agrícolas e planos de negócios sustentáveis para as regiões cacaueiras.
----------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------

**Análise Situacional do Objetivo:**

Constata-se que a dinamização do objetivo se consolida por meio das iniciativas e ação extensionistas rural desenvolvida pela CEPLAC/mapa nos territórios rurais das regiões cacaueiras do Brasil, revelando-se forte inserção junto às comunidades rurais em especial nos segmentos da agricultura familiar. A forma de implementação, além do enfoque nas metodologias participativas, priorizou a transferência de conhecimentos tecnológicos e gerenciais, a organização socioprodutiva e o uso sustentável dos recursos naturais, tendo como eixos a conservação produtiva, verticalização da produção e construção de redes de comercialização.

Verifica-se que está política pública de ATER cada vez mais se integra à dinâmica do



desenvolvimento territorial, incluindo produtiva e socialmente agricultores familiares, quilombolas, indígena e ribeirinhos em 17 territórios da cidadania, além de 5 territórios rurais de identidade, com cadastramento de 70 mil produtores rurais no sistema de gerenciamento da extensão e, apoio técnico e associativo a cerca de 900 cooperativas e associações rurais, de um público alvo demandante superior a 150 mil agricultores.

Avançou-se na superação de gargalos intrínsecos ao desenvolvimento rural nas regiões, especialmente sobre a repactuação de dívidas dos produtores rurais, bem como na qualificação de metodologias de transferência e difusão de tecnologias através das unidades demonstrativas e instalação de sistemas agroflorestais implantados participativamente com os agricultores. Estas iniciativas oportunizaram a retomada da produção e produtividade dos imóveis rurais, com reflexos na dinamização das cadeias produtivas regionais, manutenção do parque moageiro do cacau e níveis de processamento, com redução conseqüente da importação de matéria prima para as indústrias processadoras de chocolate.

Evidencia-se melhoria na participação associativa e na eficácia de gestão do sistema associativo e/ou cooperativistas rural, com saldos positivos na elevação da competitividade e oferta de produtos e serviços, por meio de esforço solidário na verticalização e integração das cadeias produtivas regionais. Isto favorecido pelo atual contexto do campo brasileiro que tem influenciado sobremaneira o crescimento das demandas de organização social e produtiva, bem como na ampliação do acesso aos programas e políticas públicas transversais. Além de 48.847 produtores atendidos diretamente nos imóveis rurais dos 70 mil cadastrados, registra-se a existência de 949 organizações associativas acompanhadas no exercício. Garantiu-se o acesso dos Agricultores Familiares ao crédito qualificado do PRONAF, bem como ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, do Governo Federal.

O registro consolidado de atendimento direto às unidades produtivas, considerando a superfície em hectares dos cultivos definidos na estratégia institucional como cultivos foco das ações e do objetivo: cacau, seringueira e dendê; alcança assistência técnica à superfície 683.983 hectares dos 3 cultivos somados.

Consolidada a análise das informações do exercício, mesmo considerando as adversidades registradas pelos coordenadores de ação estaduais CAEs, registra-se atendimento direto pelos serviços de ATER a 48.847 produtores rurais, aferindo índice de 88,01% em relação ao previsto corrigido para o exercício, 55.501. Considerada a meta inicial da LOA de 60 mil produtores o índice aferido é de 81,41% realizado no período. A meta realizada aquém do programado está associada á redução drástica dos recursos orçamentários e financeiros liberados para a ação, bem como prejuízos nas atividades de extensão rural decorrente de suspensão das indenizações de campo.

Num cenário prospectivo para 2013, o desafio da cacauicultura no Brasil estará realçado em dois flancos definidos pelo Plano de Gestão Estratégica da CEPLAC e contemplado no PPA: de um lado os esforços para recuperação do parque produtivo da Bahia e Espírito Santo, com potencial instalado de incremento rápido da produção física de amêndoa pela elevação da produtividade e qualidade dos produtos, de outro os estados do Norte registrando franca expansão das áreas plantadas e colhidas, com expectativa de incremento em até 10 mil hectares/ano até o final da década em curso. Alinhado aos esforços de inovação e difusão tecnológica, assistência técnica e crédito rural, encontra-se em curso a validação de atributos de melhoramento à série de clones tolerantes às doenças, 39 cultivares registrados com foco na recuperação de cacauais na Mata Atlântica e a produção e distribuição anual de 24 milhões de propágulos de espécies diversas com



destaque para 20 milhões de sementes de cacau distribuídas por ano nos estados do Norte, contribuindo assim para a recuperação e expansão de sistemas agrossustentáveis, em consonância com o Programa de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono – ABC.

Em sintonia com as demandas territoriais o Centro de Extensão da CEPLAC na Bahia tem atuado na perspectiva do fortalecimento da agricultura familiar, com especial atenção à questão da sucessão rural, de modo a desestimular o movimento migratório para os centros urbanos, a partir de ações que venham favorecer a permanência do jovem na propriedade, com trabalho, renda e cidadania. Para tanto, tem estimulado a constituição de empreendimentos produtivos por jovens rurais. Uma das ações é a formação de jovens em organização social e produtiva: já foram formadas 349 jovens rurais em 08 turmas de 124 horas de conteúdo. Objetivando ainda qualificar as metodologias de extensão rural foram implantadas 21 unidades demonstrativas ou unidades de referência tecnológica (URT), em parceria com os produtores rurais, em sistemas de produção e manejo integrado de pragas.

A execução orçamentária sofreu no exercício de redução drástica e falta de priorização aos esforços de ATER, diante dos limites financeiros disponibilizados para a ação até o momento. Registra-se desempenho muito aquém dos níveis efetivamente realizado historicamente, com apenas 19,33% realizado em relação ao programado na LOA para o ano de 2012, R\$10.155.405,00. Dos recursos liberados 79,46% foram empenhados e deste 73,65% foram realizados.

Com referência às dotações de Crédito Extraordinário na Ação/Localizador 20ZY incluídos em 2012 pela MP 598, não houve execução, conforme justificativa padronizada recomendada pela COF: "Dotação incluída pela MP 598 e não executado em 2012".

**Metas 2012-2015:** Ampliar de 5.300 para 7.000 o número de produtores associados em organizações nas regiões cacaueiras.

**Análise Situacional da Meta:** O alcance do resultado com índice superior à meta estabelecida é decorrência da priorização de metodologias coletivas e atendimento preferencial às organizações associativas do campo, em particular junto ao público da agricultura familiar.

Evidencia-se melhoria na participação associativa e na eficácia de gestão do sistema associativo e/ou cooperativistas rural, com saldos positivos na elevação da competitividade e oferta de produtos e serviços, por meio de esforço solidário na verticalização e integração das cadeias produtivas regionais. Isto favorecido pelo atual contexto do campo brasileiro que tem influenciado sobremaneira o crescimento das demandas de organização social e produtiva, bem como na ampliação do acesso aos programas e políticas públicas transversais.

Além de 48.847 produtores atendidos diretamente nos imóveis rurais, registra-se a existência de 949 organizações associativas acompanhadas no exercício, com 8.767 agricultores associados beneficiados. Promoveu-se o acesso dos Agricultores Familiares ao crédito qualificado do PRONAF, bem como ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, do Governo Federal.

Quantidade alcançada	8.767,00		Data de Ref. 31/12/2012
			Em N°
Regionalização da Meta	Programado 2015		Qtde. Alcançada 2012
Região Centro-Oeste	138,00		110,00
Região Nordeste	2.393,00		7.317,00



Região Norte	4.279,00		1.250,00
Região Sudeste	190,00		90,00
<b>Brasil</b>			<b>8.767,00</b>

- **Metas 2012-2015:** Ampliar de 53 mil para 70 mil o número de produtores atendidos por ATER nas regiões cacauceiras.

**Análise Situacional da Meta:** Consolidada a análise das informações do exercício, mesmo considerando algumas adversidades apontadas pelos coordenadores de ação estaduais CAEs, registra-se atendimento direto pelos serviços de ATER a 48.847 produtores rurais, aferindo índice de 88,01% em relação ao previsto corrigido para o exercício, 55.501. Considerada a meta inicial da LOA de 60 mil produtores o índice aferido é de 81,41% realizado no período.

A extensão rural desenvolvida pela CEPLAC está integrada à dinâmica do desenvolvimento territorial, incluindo produtiva e socialmente agricultores familiares, quilombolas, indígena e ribeirinhos em 17 territórios da cidadania, além de 5 territórios rurais de identidade, com envolvimento direto de cerca de 70 mil produtores rurais inclusos no Programa e apoio técnico e associativo a cerca de 900 cooperativas e associações rurais, de um público alvo demandante superior a 150 mil agricultores.

Avançou-se na superação de gargalos intrínsecos ao desenvolvimento rural nas regiões, especialmente sobre a repactuação de dívidas dos produtores rurais, bem como na qualificação de metodologias de transferência e difusão de tecnologias através das unidades demonstrativas e instalação de sistemas agroflorestais implantados participativamente com os agricultores. Estas iniciativas oportunizaram a retomada da produção e produtividade dos imóveis rurais, com reflexos na dinamização das cadeias produtivas regionais, manutenção do parque moageiro do cacau e níveis de processamento, com redução conseqüente da importação de matéria prima para as indústrias processadoras de chocolate.

Em sintonia com as demandas territoriais o Centro de Extensão da CEPLAC na Bahia tem atuado na perspectiva do fortalecimento da agricultura familiar, com especial atenção à questão da sucessão rural, de modo a desestimular o movimento migratório para os centros urbanos, a partir de ações que venham favorecer a permanência do jovem na propriedade, com trabalho, renda e cidadania. Para tanto, tem estimulado a constituição de empreendimentos produtivos por jovens rurais. Uma das ações é a formação de jovens em organização social e produtiva: já foram formadas 349 jovens rurais em 08 turmas de 124 horas de conteúdo.

Objetivando ainda qualificar as metodologias de extensão rural foram implantadas 21 unidades demonstrativas ou unidades de referência tecnológica (URT), em parceria com os produtores rurais, em sistemas de produção e manejo integrado de pragas. A execução orçamentária padeceu no exercício de redução drástica e falta de priorização aos esforços de ATER, diante dos limites financeiros disponibilizados para a ação até o momento. Registra-se desempenho muito aquém dos níveis efetivamente realizado historicamente, com apenas 19,33% realizado em relação ao programado na LOA para o ano de 2012, R\$10.155.405,00. Dos recursos liberados 79,46% foram empenhados e deste 73,65% foram realizados.

<b>Quantidade alcançada</b>	<b>48.763,00</b>		<b>Data de Ref. 31/12/2012</b>
-----------------------------	------------------	--	--------------------------------

Em N°

<b>Regionalização da Meta</b>	<b>Programado 2015</b>	<b>Qtde. Alcançada 2012</b>
Região Centro-Oeste	1.373,00	1.570,00



Região Nordeste		23.934,00		16.873,00
Região Norte		42.790,00		29.037,00
Região Sudeste		1.902,00		1.283,00
<b>Brasil</b>				<b>48.763,00</b>

- **Metas 2012-2015:** Ampliar de 649,4 mil ha para 696,4 mil ha a área assistida de cacau, dendê e seringueira.

**Análise Situacional da Meta:** Consiste no registro consolidado de atendimento direto às unidades produtivas pelos serviços de assistência técnica e extensão rural, considerando-se a superfície em hectares dos cultivos definidos na estratégia institucional como cultivos foco das ações e do objetivo: cacau, seringueira e dendê. A meta apurada de atendimento direto às unidades produtivas contemplou cobertura de assistência técnica a uma superfície de 683.983 hectares, somando-se as áreas dos 3 cultivos priorizados.

A distribuição da área assistida atende a seguinte regionalização, conforme registro da base de dados dos indicadores de resultados estratégicos: Centro Oeste - 1.170 hectares de cacau no Mato Grosso; Nordeste: Cacau - 450.000ha; Dendê - 17.291ha e Seringueira - 14.290ha, de cultivos instalados no estado da Bahia; Norte: AM - 10.800ha de cacau; PA - 128.669ha de cacau e RO - 40.762ha de cacau e, Sudeste - 21.000 hectares de cacau no Espírito Santo.

<b>Quantidade alcançada</b>	<b>683.983,00</b>		<b>Data de Ref. 31/12/2012</b>
-----------------------------	-------------------	--	--------------------------------

Em ha°

Regionalização da Meta	Programado 2015	Qtde. Alcançada 2012
Região Centro-Oeste	2.013,00	1.170,00
Região Nordeste	522.044,00	481.581,00
Região Norte	151.328,00	180.232,00
Região Sudeste	21.005,00	21.000,00
<b>Brasil</b>		<b>683.983,00</b>

<b>ÓRGÃO</b>	<b>22000</b>	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA
<b>CÓD. / UNIDADE</b>		18 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA
<b>CÓDIGO / PPA</b>		2105 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.
<b>TIPO / PROGRAMA</b>		(*)
<b>MACRODESAFIO</b>		(*)
<b>EIXO</b>		(*)

<b>CÓDIGO / OBJETIVO</b>	
Não se aplica a essa Unidade	
<b>PÚBLICO ALVO:</b>	
Servidores da CEPLAC, vinculados à ação 20R3 do Programa 2105 e tem como papel, dar suporte administrativo e logístico, principalmente àqueles servidores vinculados aos Programas: 2014, 2028, 2042 da área de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER e Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologia da CEPLAC.	
<b>Análise Situacional do Objetivo:</b>	



Não se aplica a essa Unidade
------------------------------

<b>CÓDIGO / INICIATIVA</b>	(*)
----------------------------	-----

<b>META 2012-2015</b>	
-----------------------	--

(\*) - Sem informações para os filtros informados e pesquisado no sistema - SIOP - SOF / SPI / DEST / MP.



## 2.4 Indicadores

Os indicadores de desempenho da gestão definidos na PEC - CEPLAC e utilizados para monitorar e avaliar a efetividade dos principais processos e os resultados alcançados pela gestão no exercício em análise estão detalhados nos seus respectivos quadros abaixo. Nestes, estão constando as principais informações sobre os indicadores, a exemplo dos nomes, suas fórmulas de cálculos, os índices de referência, as metas previstas, as metas alcançadas, os graus de utilidade, e de mensurabilidade, os quais estão classificados em: A = Alta, M = Média, e B = Baixa. Os resultados destes indicadores serão utilizados para monitorar e avaliar a gestão, acompanhar o alcance das metas, identificar os avanços e as melhorias na qualidade dos serviços prestados, identificar necessidade de correções e de mudanças de rumos, etc. Vide, as descrições dos campos da “*Parte A, item 2, subitens 2.4, do Anexo II da DN TCU n.º 119, de 18/01/2012*”, constantes na Nota de Fim, n<sup>oiii</sup> e comentários a seguir.

Os resultados estratégicos são derivados do alinhamento do PPA 2012-2015 e do Plano Estratégico em curso e explicita as entregas priorizadas pela estratégia organizacional. Decorrente do método utilizado pelo Ministério do Planejamento, os programas temáticos do PPA repercutiram nos objetivos estratégicos, sobretudo na perspectiva de processos internos do Plano Estratégico da CEPLAC- MAPA, com impactos nas perspectivas da sociedade. Este alinhamento facilitará a gestão da estratégia do órgão, faz com os executivos, monitorando a execução do PPA, simultaneamente, monitorem a execução da estratégia.

### RESULTADOS ESTRATÉGICOS APURADOS

CEPLAC - RE. 1		Produção Nacional e níveis de produtividade de cacau aumentados.									
Indicador – 1		Produção nacional de cacau aumentada									
Indicador – 2		Produtividade nacional do cacau elevada.									
		ANOS/EXERCÍCIOS									
RE. 1 - I – ½		2011 (Ref.)		2012		2013		2014		2015	
Índices		Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.
Produção Nac. (t/ano)				250.000	257.417	295.000		334.000		380.000	
Produtividade (kg/ha)				400	375	450		480		525	

CEPLAC - RE.2		Produção e níveis de produtividade do dendê para fins de agroenergéticos aumentados.									
Indicador – 1		Produção nacional do agroenergético dendê incrementada									
Indicador – 2		Produtividade nacional do agroenergético dendê elevada									
		ANOS									
RE.2 - I – ½		2011 (Ref.)		2012		2013		2014		2015	
Índices		Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.
Produção Nac. (t/ano)				120.000	114.000	150.000		200.000		240.000	
Produtividade (kg/ha)				4.000	3800	5.000		6.000		6.000	





Fonte: CEPLAC

Responsável:

Fórmula:  $I = a + b + c$  a) Número de projetos de PD&I implantados e em execução; b) Número de projetos de TT implantados e em execução; c) Número de Tecnologias disponibilizadas. a) Data: Dezembro 2010. Valor: 132 projetos de P&D implantados e em execução. b) Data: Dezembro 2010 Valor: 112 projetos de TT implantados e em execução. c) Data: Dezembro 2010. Valor: 48 Tecnologias disponibilizadas.

	Índice de Referência	PPA*	Apurado em 2012
	292		296
Data de apuração	31/12/2010		31/12/2012

\* Resultado a ser alcançado ao final do PPA.

Dados consolidados no exercício apreciado confirmam 142 projetos de pesquisas em áreas temáticas diversas elaborados (destes 132 executados), 122 pesquisas validadas e consumadas como projetos de transferência de tecnologias em execução e 42 tecnologias disponibilizadas no ano. Fórmula de cálculo aplicada  $I = (132+122+42)$  com 296 apurados – indicador de desenvolvimento científico, representando 1,37% de incremento sobre a meta inicial. Este resultado reflete a priorização qualitativa na avaliação nacional da área temática de desenvolvimento científico e tecnológico.

A realização desse indicador de inovação tecnologia se expressa nos esforços das iniciativas e ações de geração, adaptação, transferência e difusão de tecnologias de produção agropecuária, processamento e gestão de negócios rurais. Compõe um portfólio de pesquisas e resultados avançados em genética, biologia molecular, fitopatologia, fisiologia da produção, fertilidade, agroecologia, sistemas agrofloretais, biocontrole, socioeconômica, tecnologias de processamento e gerenciamento.

As ações de Pesquisa & Desenvolvimento integradas a Assistência Técnica e Extensão Rural oportunizaram a retomada da produção e produtividade das propriedades agrícolas, com reflexos na dinamização das cadeias produtivas regionais, manutenção do parque moageiro do cacau e níveis de processamento, com redução conseqüente da importação de matéria prima para o setor chocolateiro.

O resultado estratégico desse indicador se traduz na elevação da meta de produtividade média do cacau de 315 kg para 375 kg por hectare/ano, refletindo no aumento da produção nacional de cacau de 202 mil toneladas em 2008 para 257.417 toneladas em 2012 (IBGE, jan./2013), representando incremento da ordem de 27,43% em relação ao ciclo do PPA 2008-2011. Esta situação reanima o setor ao recolocar o país no novo cenário da cacauicultura mundial.

**Indicador:** 980 - Índice de Conservação Ambiental - ICA das propriedades rurais assistidas nas regiões cacaueiras:

Unidade de Medida: %

Indicador em apuração: Sim

Periodicidade: Anual

Base Geográfica: Nacional

Fonte: CEPLAC

Responsável:

Fórmula:  $IIAaC = IAaC / (IAaC + IAaNC)$  onde a) IAaC = Imóveis agrícolas, com área conservada, assistidos com ATER e P&D / CEPLAC; b) IAaNC - imóveis agrícolas com área não



conservada, assistidos com ATER e P&D / CEPLAC; c) IIAaC = Índice dos imóveis agrícolas, com área conservada, dividido pela área dos imóveis agrícolas total, assistidos com ATER e P&D / CEPLAC, em %. Obs. A estimativa da CEPLAC para este Indicador é atingir 60% dos imóveis agrícolas com área conservada.

	Indicador	
	Índice de Referência	Apurado em 2012
	56	61
Data de apuração	31/12/2010	31/12/2012

\* Resultado a ser alcançado ao final do PPA.

### Comentários

A consolidação da base de informações gerenciais dos imóveis rurais assistidos pela CEPLAC nas regiões cacaueiras constatou índice de conservação ambiental – ICA de 61,0%, já superando a meta estabelecida para o final do ciclo do PPA, de 60,0%. A apuração consiste na aplicação de fórmula específica já implantada no SisCENEX – Sistema de Gerenciamento das Ações de Extensão Rural, que avalia o coeficiente de cobertura vegetal conservacionista instalada nas propriedades assistidas. A fórmula de cálculo após aperfeiçoamento é a seguinte:  $ICA (\%) = (\sum Cult.Perm.*100) + (\sum Cult.Temp.*10) + (\sum Pastagens*20) + (\sum Outros *100) : (\sum da \text{ área total dos imóveis assistidos})$ . O resultado real apurado no ano foi 61,4%.

Os esforços ora em curso envolvem parcerias institucionais públicas e privada concebem a conservação produtiva numa articulação harmônica dos aspectos sociais, econômicos e ambientais na gestão dos agrossistemas regionais. Assenta-se em princípios éticos, culturais, conservacionistas e preconiza medidas de baixo custo e impacto ambiental - conforto ambiental (térmico, eólico, hídrico, e nutricional) ao homem, flora e fauna. Foca-se primordialmente na inclusão sócioprodutiva e constitui referência na conservação produtiva ou adequação ambiental dos imóveis rurais estabelecidos nas regiões cacaueira.

A dinamização desse monitoramento e gestão dos recursos naturais já conta com ajuizamento da Comissão Técnica de Garantia Ambiental – CTGA, instância criada pela CEPLAC e regulamentada e homologada pelo Instituto do Meio Ambiente da Bahia – INEMA. Representa instrumento de gestão e controle ambiental e orienta a regularização ambiental das propriedades rurais e manejo agroflorestal das lavouras e criações.

**Indicador:** 981 - Volume de produção de cacau processada por organizações de produtores nas regiões cacaueiras

Unidade de Medida: %

Indicador em apuração: Sim

Periodicidade: Anual

Base Geográfica: Nacional

Fonte: CEPLAC

Responsável:

Fórmula:  $ICPpP = VCPpP / (VCPpP + VCPgP)$  onde a) VCPpP = Volume de cacau processado em pequenas plantas em Kg; b) VCPgP = Volume de cacau processado em grandes plantas em Kg; c) ICPpP = Índice do volume de cacau processado em pequenas plantas, dividido pelo volume total de cacau processado. (Em %). Obs. A estimativa da CEPLAC para este Indicador é atingir 1% do volume de total de cacau, processado em pequenas plantas.



	Indicador		
	Índice de Referência	PPA*	Apurado em 2012
	0,1000		0,5420
Data de apuração	31/12/2010		31/12/2012
* Resultado a ser alcançado ao final do PPA.			

### Comentários

A consolidação do resultado do indicador consistiu na apuração da relação percentual entre o volume de produção de cacau processado em pequenas plantas gerenciadas pelos produtores - 133 toneladas no ano, e o volume total de cacau processado no país - 245.040 toneladas no ano. Fórmula de cálculo aplicada:  $ICP_{PP} = (133t : 245.040t) \times 100$ . Resultado apurado igual a 0,542%.

Constatou-se nesse processo o desenvolvimento de competências locais visando agregar maior valor aos produtos agrícolas, por meio da verticalização e da certificação dos produtos e processos. A tática para agregação de valor aos produtos da cadeia do cacau se expressa no incremento de tecnologia de produtos e de processos, já desenvolvidas pela CEPLAC, bem como nos avanços na área de equipamentos, com vistas à replicagem de tecnologias e linhas de processamento com porte adequado para cooperativas de produtores rurais, oferecendo perspectivas de saída da condição de exportador de amêndoa para produtor de chocolates e derivados.



**3 PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.**



### 3.1 Estrutura de Governança

OBS - Não há ocorrência para registro neste item.

### 3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

QUADRO A.3.1 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		X			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.		X			
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
<b>Avaliação de Risco</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	X				
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	X				



QUADRO A.3.1 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<b>Procedimentos de Controle</b>	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.		X			
<b>Informação e Comunicação</b>	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.		X			
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.	X				
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
<b>Monitoramento</b>	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.	X				
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.	X				



QUADRO A.3.1 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
<b>Análise Crítica:</b> A CEPLAC não dispõe de ferramental que permita fazer uma gestão integrada de todas as unidades. Observa-se a utilização de sistemas diferentes para atendimento das mesmas funções entre as unidades. Inexiste sistema de controle interno formal, tendo em vista que a CEPLAC é atualmente órgão vinculado ao MAPA, porém o sistema de controle interno do MAPA não atua juntamente à CEPLAC. Para mitigar o problema está sendo proposta a criação de um Comitê Gestor de Tecnologia da Informação, cuja primeira ação será o estabelecimento de um diagnóstico e levantamento de necessidades (com análise detalhada do processo crítico para o negócio e gestão), de forma a subsidiar a construção de um Plano Estratégico de Tecnologia da Informação.					

---

---

### 3.3 Remuneração Paga a Administradores

---

---

OBS - Não há ocorrência para registro neste item.

---

---

#### 3.3.1 Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal

---

---

OBS - Não há ocorrência para registro neste item.

---

---

#### 3.3.2 Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos

---

---

OBS - Não há ocorrência para registro neste item.

---

---

#### 3.3.3 Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos

---

---

OBS - Não há ocorrência para registro neste item.

---

---

#### 3.3.4 Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores

---

---

OBS - Não há ocorrência para registro neste item.

---

---

### 3.4 Sistema de Correição

---

---

OBS – Não há ocorrência para registro neste item.

---

---

### 3.5 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

---

---

OBS – Não há ocorrência para registro neste item.



**4 PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.**



## 4.1 Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ

### 4.1.1 Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

**OBS** – Não há programa sob a responsabilidade da instituição. Responde por ações de programas sob a responsabilidade do MAPA.

### 4.1.2 Informações Sobre Objetivos Vinculados a Prog. Temáticos de Responsabilidade da UJ

QUADRO A.4.2 – OBJETIVOS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação do Objetivo						
Código	845					
Descrição	Pesquisar e desenvolver tecnologias para os sistemas agrossilvopastoris nas regiões cacaueiras dos Biomas Mata Atlântica e Amazônia.					
Programa	Inovação para a Agropecuária					
Órgão Responsável	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
7.064.037,00	5.680.624,17	5.523.631,67	5.016.844,74	138.454,86	506.786,93	4.878.389,88
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Pesquisa Desenvolvida	Uma	100	122	7.064.037,00	4.878.389,88

QUADRO A.4.2 – OBJETIVOS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação do Objetivo						
Código	846					
Descrição	Modernizar a infraestrutura, a estrutura organizacional-institucional e a gestão, visando a inovação e a consolidação da atuação interna e externa em PD&I agropecuária.					
Programa	Inovação para a Agropecuária					
Órgão Responsável	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.050.000,00	22.879,61	22.879,61	22.879,61	0,00	0,00	22.879,61
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Unidade Reformada	Uma	05	00	1.050.000,00	22.879,61



QUADRO A.4.2 – OBJETIVOS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação do Objetivo						
Código	968					
Descrição	Difundir e adaptar tecnologias sustentáveis para os sistemas agrossilvopastoris nas regiões cacaueiras dos Biomas Mata Atlântica e Amazônia.					
Programa	Inovação para a Agropecuária					
Órgão Responsável	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
10.155.405,00	4.872.391,40	4.474.684,12	2.751.111,40	197.246,58	1.723.572,72	2.553.864,82
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Produtor Atendido	Um	60.000	48.847	10.155.405,00	2.553.864,82

### Análise Crítica

Os quadros acima estão diretamente vinculados às ações descritas nos A.4.4 contidos no item 4.1.4, que contém as solicitadas análises críticas.

### **4.1.3 Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ**

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	03GM					
Descrição	Geração de tecnologias sustentáveis, adequadas aos sistemas agrossilvopastoris das regiões cacaueiras dos Biomas Mata Atlântica e Amazônia. Desenvolvimento de processo de avaliação, conservação e uso sustentável dos recursos naturais para as regiões cacaueiras.					
Objetivo	Pesquisar e desenvolver tecnologias para os sistemas agrossilvopastoris nas regiões cacaueiras dos Biomas Mata Atlântica e Amazônia					
Órgão ou Unidade Responsável	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
7.064.037,00	5.680.624,17	5.523.631,67	5.016.844,74	138.454,86	506.786,93	4.878.389,88
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Pesquisa Desenvolvida	Uma	100	122	7.064.037,00	4.878.389,88



QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	03G0					
Descrição	Ampliação e modernização da infraestrutura física e laboratorial dos Centros de Pesquisas da CEPLAC nos Estados do Pará, Bahia e Rondônia.					
Objetivo	Modernizar a infraestrutura, a estrutura organizacional – institucional e a gestão, visando a inovação e a consolidação da atuação interna e externa em P&DI agropecuário.					
Órgão ou Unidade Responsável	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.050.000,00	22.879,61	22.879,61	22.879,61	0,00	0,00	22.879,61
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
<b>01</b>	<b>Unidade Reformada</b>	<b>Uma</b>	<b>05</b>	<b>00</b>	1.050.000,00	22.879,61

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	044F					
Descrição	Difusão de tecnologias agrícolas e planos de negócios sustentáveis para as regiões cacaueiras, - difusão e transferência de tecnologia para o desenvolvimento sustentável da agricultura e de sistemas agroflorestais nas regiões cacaueiras.					
Objetivo	Difundir e adaptar tecnologias sustentáveis para os sistemas agrossilvopastoris nas regiões cacaueiras dos Biomas Mata Atlântica e Amazônia.					
Órgão ou Unidade Responsável	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
10.155.405,00	4.872.391,40	4.474.684,12	2.751.111,40	197.246,58	1.723.572,72	2.553.864,82
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
<b>01</b>	<b>Produtor Atendido</b>	<b>Um</b>	<b>60.000</b>	<b>48.847</b>	10.155.405,00	2.553.864,82

### Análise Crítica

Os quadros acima estão diretamente vinculados às ações descritas nos A.4.4 contidos no item 4.1.4, que contém as solicitadas análises críticas.



#### 4.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Quadro A.4.4 – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	20R3					
Descrição	Operacionalização da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira					
Iniciativa	Operacionalização e Gestão das Unidades					
Unidade Responsável	130.010 – CEPLAC/DIRET					
Unidade Orçamentária	22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
9.220.891,00	8.872.780,34	8.823.072,40	7.939.436,44	417.868,21	883.635,96	7.521.568,23
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Unidade Mantida	07	07	07	9.220.891,00	7.521.568,23

Fonte: SIAFI GERENCIAL

#### Análise Crítica:

A referida ação identifica os recursos provenientes das “Despesas com Contratos” e de “Outras Despesas”, vinculados ao programa financeiro do orçamento em questão. Verifica-se que as metas foram cumpridas, principalmente quanto às Despesas de Contratos, pois esses são caracterizados pelo Ministério da Agricultura como prioritários, sendo diariamente acompanhados por cada unidade responsável e mensalmente comunicados os resultados das atividades para emissão de ordem de pagamento. Ainda referente às “Despesas de Contratos” (água e esgoto, telefone fixo, energia elétrica) todos esses compromissos foram honrados.

Quadro A.4.4 – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	14IL					
Descrição	Reforma e adequação dos Centros de Pesquisa em Cacaueicultura e Sistemas Agroflorestais					
Iniciativa	Ampliação e modernização da infraestrutura física e laboratorial dos Centros de Pesquisas da CEPLAC nos Estados da Bahia, Pará e Rondônia.					
Unidade Responsável	130.010 – CEPLAC/DIRET					
Unidade Orçamentária	22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.050.000,00	22.879,61	22.879,61	22.879,61	0,00	0,00	22.879,61
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Unidade Reformada	Uma	05	00	1.050.000,00	22.879,61



### **Análise Crítica:**

A meta física estabelecida para reforma, adequação dos laboratórios e estrutura física dos Centros de Pesquisa foi da ordem de R\$ 1.050.000,00. Entretanto, verifica-se que da dotação inicial estabelecida, apenas 2,17% foi efetivamente utilizada, causando impacto incipiente no objetivo, que era em médio prazo recuperar a infraestrutura com gasto na ordem de R\$ 10.000.00,00.

No projeto de recuperação da infraestrutura física dos Centros de Pesquisa, está previsto um gasto da ordem de aproximadamente 10.000.00,00 até o ano de 2015, com execução de atividades a partir de 2012.

#### **Quadro A.4.4 – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ**

<b>Identificação da Ação</b>						
Código	2127					
Descrição	Geração e Adaptação de tecnologias para o desenvolvimento sustentável da agricultura cacaueira e de sistemas agroflorestais.					
Iniciativa	Geração de Tecnologias sustentáveis adequadas aos sistemas agrossilvopastoris da regiões cacaueiras e dos Biomas Mata Atlântica e Amazônia e desenvolvimento de processos de avaliação, conservação e uso sustentável dos recursos naturais para as regiões cacaueiras.					
Unidade Responsável	130.010 – CEPLAC/DIRET					
Unidade Orçamentária	22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
7.064.037,00	5.680.624,17	5.523.631,67	5.016.844,74	138.454,86	506.786,93	4.878.389,88
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
<b>01</b>	<b>Pesquisa Desenvolvida</b>	<b>Um</b>	<b>100</b>	<b>122</b>	7.064.037,00	4.878.389,88

### **Análise Crítica:**

Tem como objetivo gerar tecnologias buscando inovações tecnológicas para o aperfeiçoamento dos processos das cadeias produtivas dos produtos trabalhados pela CEPLAC, visando aumentar a sua produtividade em bases sustentáveis, gerar emprego e renda, atender a demanda interna e produzir excedentes exportáveis.

A ação é composta de projetos de pesquisa que contemplam as diferentes demandas do processo produtivo de cacau e de outros sistemas agroflorestais, envolvendo seringueira, dendezeiro, palmiteiros, fruteiras e pastagens. Essas pesquisas se concentram em áreas de melhoramento genético e biotecnologia, desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis, controle integrado de pastagens, manejo e exploração dos cultivos, melhoria da qualidade dos produtos e expansão da agroindústria, além de estudos econômicos de mercado e de custos de produção, buscando a sua eficácia.



O número de pesquisas desenvolvidas é o padrão de medida utilizado na aferição das metas alcançadas. No exercício de 2012, foram desenvolvidas 122 pesquisas correspondendo a um índice de execução de 122%, considerando-se a meta programada de 100 pesquisas desenvolvidas.

Verificaram-se avanços no desenvolvimento de novas variedades de cacau, mais produtivas e resistentes às pragas e doenças, assim como nas técnicas de manejo da cultura, com ênfase no controle integrado de pragas, adubação e nutrição mineral do cacau, além de avanços na melhoria qualidade do produto e no estímulo ao crescimento da agroindústria. É oportuno destacar a ênfase dada aos novos projetos de pesquisas visando ao melhoramento genético preventivo, particularmente relacionado à doença monilíase do cacau, causada pelo fungo *Moniliophthora roreri*, uma ameaça eminente às plantações de cacau do Brasil, que vem causando sérios estragos nos países onde é constatada essa doença. Os reflexos da geração, difusão e adoção dessas tecnologias são observados no gradual aumento da produção de cacau do Brasil. Quanto aos sistemas agroflorestais, envolvendo cacau, seringueira e outros cultivos, as tecnologias disponibilizadas possibilitaram o aperfeiçoamento de modelos sustentáveis de produção que têm uma boa receptividade pelos produtores da agricultura familiar, além dos médios e grandes produtores, os quais identificam nos SAFs uma alternativa mais competitiva que os modelos convencionais de produção, tanto pelas interações biológicas dos sistemas, como pelos resultados mais expressivos sob o aspecto econômico. Modelos exitosos alcançados com centenas de famílias levaram a CEPLAC a propor um programa de desenvolvimento ao Governo do Estado da Bahia visando o fomento de 100.000 hectares de SAF com seringueira, cacau e outros cultivos, que já foi oficializado como programa de governo voltado ao desenvolvimento rural sustentável. Do mesmo modo a parceria da CEPLAC com o Senar, Sindicatos Rurais e a Embrapa vem viabilizando iniciativas setoriais objetivando o aumento da produtividade na pecuária de corte e de leite, sendo este trabalho fundamentado na geração e difusão de tecnologia.

Na diversificação agrícola das regiões registraram-se pesquisas desenvolvidas para indicação de novas variedades de seringueira para cultivo em sistemas agroflorestais, de novo cultivar de gramínea forrageira e novas técnicas de manejo sustentável de pastagens.

Ponto relevante das atividades desenvolvidas pelos Centros de Pesquisas do Cacau é a realização de seminários técnicos, que integram a pesquisa, a extensão rural e os produtores nas discussões relativas aos principais temas de interesse do agronegócio regional. Também merece destaque a realização do Congresso Brasileiro do Cacau que possibilitou a exposição de temas atuais da cacaucultura mundial, apresentados por especialistas que levaram informações relevantes a um público superior a 900 participantes no Centro de Convenções de Ilhéus e que oportunizou ampla exposição das tecnologias publicadas e difundidas no evento. Outras iniciativas importantes foram a Reunião de Avaliação da pesquisa que integrou nacionalmente as unidades da CEPLAC, visando intercambiar resultados e qualificar cada vez mais os trabalhos de pesquisa, além do Workshop Internacional sobre Pesquisas para o Controle da Monilíase que contou com a participação de representantes de cinco países e a II Reunião Técnica sobre a Monilíase do Cacau que estabeleceram as diretrizes e prioridades para uma cooperação internacional visando ao desenvolvimento de ciência e tecnologia para o controle dessa doença.

As pesquisas desenvolvidas também contribuíram para a elaboração de dissertações e teses sobre temas de interesse da cacaucultura e da diversificação agroeconômica, contribuindo na formação de novos recursos humanos para a pesquisa.



Apesar de aporte de recursos inferior ao previsto orçamentariamente os Centros de Pesquisas do Cacau desenvolveram ações relevantes para o desenvolvimento científico e tecnológico da região cacauzeira.

O contingenciamento de recursos, no início do ano e a subsequente descontinuidade na sua liberação comprometeram a execução dos cronogramas de alguns projetos de pesquisa. Como consequência, observou-se atraso na obtenção de resultados experimentais, retardando a sua difusão. A dotação orçamentária insuficiente e os entraves burocráticos na licitação e operacionalização na compra de materiais, principalmente equipamentos e reagentes de uso laboratorial, também comprometeram a normalidade na execução dos trabalhos. Outro entrave verificado nesse exercício foi a insuficiência de pessoal de pessoas, técnico, administrativo e operacional.

#### Quadro A.4.4 – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	4715					
Descrição	Difusão e Transferência de Tecnologia para o desenvolvimento sustentável da agricultura cacauzeira e sistemas agroflorestais					
Iniciativa	Difusão de Tecnologias agrícolas e planos de negócios sustentáveis para as regiões cacauzeiras – difusão e transferência de tecnologia para o desenvolvimento sustentável da agricultura e de sistemas agroflorestais das regiões cacauzeiras,					
Unidade Responsável	130.010 – CEPLAC/DIRET					
Unidade Orçamentária	22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
10.155.405,00	4.872.391,40	4.474.684,12	2.751.111,40	197.246,58	1.723.572,72	2.553.864,82
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Produtor Atendido	Um	60.000	48.847	10.155.405,00	2.553.864,82

#### Análise Crítica:

Os valores disponibilizados foram usados no pagamento de serviços de terceiros pessoa jurídica, aquisição de bens permanentes, material de consumo, na participação de pesquisadores em eventos científicos e outras atividades ligadas ao agronegócio cacau e sistemas agroflorestais. As metas foram cumpridas, permitindo alcançar os objetivos.

Além das ações mencionadas, foram realizadas as seguintes ações de difusão de tecnologia: orientação de produtores rurais sobre técnicas de plantio de mudas enraizadas de cacauzeiro, palestras técnicas sobre manejo de sistemas agroflorestais com cacauzeiro e seringueira, manejo do dendezeiro visando à implantação e a renovação em áreas subspontâneas e comerciais, treinamento sobre o cultivo do cacauzeiro em áreas não tradicionais do sudoeste da Bahia e em outros estados do Brasil, bem como manejo e recuperação de pastagens degradadas. Foram promovidos dias de campo nas áreas de cacauzeiros clonados, sistemas agroflorestais com cacau



seringueira, assim como demonstrações de técnicas de adubação e manejo de pastagens, além de cursos de Meliponicultura, criação racional de abelhas e produção de abelha rainha,

Outras ações de difusão e transferência de tecnologia foram aulas ministradas para estudantes de graduação e pós-graduação sobre melhoramento genético da seringueira e sobre sistemas agroflorestais. Há também publicação de cartilhas técnicas sobre os sistemas agroflorestais voltados para a agricultura familiar, boletins técnicos, artigos completos em periódicos, bem como Anais de Congressos nacionais e internacionais, livros, capítulos de livros, artigos em magazines e revistas, que são listados em anexo.

Os profissionais participaram de ações destinadas à promoção do agronegócio cacau e chocolate em eventos, tais como: Fórum Internacional do Cacau & Chocolate, Salon du Chocolat de Paris, Salon du Chocolat da Bahia, Festival do Chocolate de Ilhéus, Expo Brasil Chocolate, Bahia Farm Show, Reunião da Sociedade Brasileira de Zootecnia, entre outros. A CEPLAC apoiou esses eventos com palestrantes, mas também selecionando amostras de cacau de qualidade visando à concorrência em concursos de cacau fino, líquido e chocolate, distribuindo material informativo e/ou instalando stands onde ocorreram vistas e divulgação das ações da CEPLAC.

Quadro A.4.4 – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	2143					
Descrição	Controle da Doença Vassoura de Bruxa					
Iniciativa	Prevenção, controle e erradicação das pragas dos vegetais.					
Unidade Responsável	130.010 – CEPLAC/DIRET					
Unidade Orçamentária	22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.039.262,00	3.022.333,73	3.016.237,18	2.637.804,79	138.923,16	378.432,39	2.498.881,63
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Área Controlada	Há	550.000	550.000	3.039.258,83	2.498.881,63

### Análise Crítica:

Tem como objetivo recuperar a produção e a produtividade da lavoura cacaueira, através do controle integrado da doença vassoura de bruxa (VB), a fim de promover a geração de emprego e renda, suprir a capacidade ociosa do parque industrial moageiro instalado nas regiões cacaueiras e melhorar a qualidade do cacau brasileiro, aumentando a sua competitividade no mercado internacional.

O produto da lei que serve como parâmetro para medir o alcance da ação é denominado de **área controlada**, cujo trabalho é realizado sobre a responsabilidade dos Centros de Extensão, que utilizam as tecnologias geradas pelos Centros de Pesquisas do Cacau.



As investigações se concentram no manejo integrado da vassoura de bruxa e outras doenças do cacau. Nesse contexto foram desenvolvidas 122 pesquisas. Os resultados contribuíram para ampliar o conhecimento sobre a epidemiologia e variabilidade de patógenos com ênfase para o fungo *Moniliophthora perniciosa*, agente causal da VB, e sobre os agentes de controle biológico, além do controle cultural e químico, componentes importantes do manejo integrado para controle dessa doença.

Nessa Ação, a principal limitação das técnicas preconizadas para o controle da VB e, conseqüentemente, ampliação da área controlada é a descapitalização e endividamento dos produtores. Soma-se a esses entraves, a desfavorável relação benéfico/custo do cacau, uma vez que os custos de produção se elevam anualmente e o preço do cacau que alcançou R\$ 90,00 por arroba (@ - 15 kg no ano 2010, variou entre R\$ 53,00 e R\$ 65,00 em 2012. Contudo, cumpre registrar que a tecnologia gerada e difundida pela CEPLAC para o aumento da produtividade e resistência à vassoura de bruxa vem dando suporte ao aumento da produção de cacau no Brasil, que evoluiu de 132.000 toneladas de cacau na safra 2011/2012 para 156.000 toneladas na safra 2012/2013.

As limitações à melhor execução dessa ação foram à descontinuidade na liberação de recursos, que embora de forma moderada, comprometeu a execução do cronograma de algumas pesquisas. A insuficiência e o retardamento de recursos referentes às despesas de capital impediram a aquisição de equipamentos importantes na execução das pesquisas. Nesse caso, a exemplo do que aconteceu com outras ações de pesquisa, a priorização na execução dos projetos foi de fundamental importância para o melhor alcance dos resultados. A deficiência de pessoal técnico e operacional, principalmente nos laboratórios, dificultou os trabalhos para o desenvolvimento e produção de agentes de biocontrole de doenças. Outro fator que tem comprometido o andamento das atividades é a restrição de recursos financeiro para as atividades de campo.

#### Quadro A.4.4 – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	8544					
Descrição	Desenvolvimento da potencialidade agroenergética das regiões produtoras de cacau.					
Iniciativa	Desenvolvimento da potencialidade agroenergética das regiões produtoras de cacau.					
Unidade Responsável	130.010 – CEPLAC/DIRET					
Unidade Orçamentária	22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
328.272,27	328.272,27	312.595,64	274.119,01	80.563,68	38.476,63	232.031,96
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Área Atendida	Há	13.000	9.435	328.272,27	232.031,96

#### Análise Crítica:

Tem como objetivos ampliar a participação da agroenergia na matriz energética nacional, com redução da dependência de energia fóssil, redução das emissões de gases de efeito estufa além de promover o crescimento econômico sustentável, geração de emprego e distribuição de renda.



Tem como público alvo, a agricultura familiar, pequenos e médios produtores rurais e suas associações corporativas, a agroindústria, fabricantes de bens de capital, instituições de pesquisa e de extensão rural e consumidores finais de energia. Visa a implantação de programa de produção de biocombustível apoiada na utilização do óleo de dendê ou palma como matéria prima para produção de biodiesel. Nesse contexto, tem como foco a modernização do agronegócio dendê, com a utilização de tecnologias modernas para aumentar a produção e produtividade de óleo, através da ampliação dos plantios e renovação dos dendezaís decadentes com vistas a atingir níveis de viabilidade agroindustrial e econômica. As ações institucionais se concentram na geração e difusão de tecnologias, assistência técnica, extensão rural, capacitação dos produtores rurais, fomento de material genético mais produtivo e disponibilização de crédito rural.

O produto da lei utilizado para avaliar o desempenho na execução dessa ação é área assistida, registrada pelos Centros de Extensão. Para respaldar a atividade os Centros de Pesquisas desenvolvem pesquisas no âmbito dessa ação. Neste exercício foram desenvolvidas pesquisas com destaque para os avanços naquelas de avaliação visando ao desenvolvimento de novos cultivares de dendê.

As limitações observadas para a execução de pesquisas no âmbito dessa ação, foram semelhantes às mencionadas para as outras, como a irregularidade na liberação dos recursos de acordo com o cronograma dos projetos, assim com limitação de pessoal na área técnica e operacional.

---

#### **4.1.5 Informações Sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ**

---

OBS – não há ocorrência para registro.

---

#### **4.1.6 Informações Sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ**

---

OBS – Não há ocorrência para registro neste item.

---

### **4.2 Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa**

---

---

#### **4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ**

---

QUADRO A.4.7 – IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DA UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
CEPLAC/ENSINO/BA	130.008	130.008
CEPLAC/CENEX/VALENÇA	130.009	130.009
CEPLAC/DIRET	130.010	130.010
CEPLAC/BRAG/PA	130.031	130.031
CEPLAC/ADM/BA	130.122	130.122
CEPLAC/CENEX/CAMACAN	130.123	130.123
CEPLAC/CENEX/TEIXEIRA DE FREITAS	130.124	130.124
CEPLAC/GERÊNCIA/ES	130.125	130.125



QUADRO A.4.7 – IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DA UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
CAPLAC/ADM/PA	130.126	130.126
CEPLAC/GERENCIA/AM	130.127	130.127
CEPLAC/ADM/RO	130.128	130.128
CEPLAC/GERENCIA/MT	130.129	130.129
CEPLAC/CENEX/BA	130.132	130.132
CEPLAC/CEPEC/BA	130.133	130.133
CEPLAC/ALTAMIRA/PA	130.135	130.135
CEPLAC/SANTAREM/PA	130.135	130.135
CEPLAC/SEREX/PA	130.136	130.136
CEPLAC/FUNGECAU	137.003	137.003
CEPLAC/ARIQUEMES/EMARC	137.043	137.043

## 4.2.2 Programação de Despesas

### 4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes

QUADRO A.4.8 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

Valores em R\$  
1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO						27.527.863,00	23.579.372,00
	PLOA						27.527.863,00	23.579.372,00
	LOA						27.527.863,00	23.579.372,00
CRÉDITOS	Suplementares							2.430.000,00
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
Reabertos								
Créditos Cancelados								
Outras Operações								
Total						27.527.863,00	26.009.372,00	

Fonte:SIAFI



#### 4.2.2.2 Programação de Despesas de Capital

QUADRO A.4.9 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO	4.455.232,00	6.500.000,00				
	PLOA	4.455.232,00	6.500.000,00				
	LOA	4.455.232,00	6.500.000,00				
CRÉDITOS	Suplementares			2.875.000,00			
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
Créditos Cancelados							
Outras Operações							
Total		4.455.232,00	9.375.000,00				

Fonte: SIAFI



### 4.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

QUADRO A.4.10 – QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		7 - Despesas Correntes		8 - Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO	27.527.863,00	23.579.372,00	4.455.232,00	6.500.000,00		
	PLOA	27.527.863,00	23.579.372,00	4.455.232,00	6.500.000,00		
	LOA	27.527.863,00	23.579.372,00	4.455.232,00	6.500.000,00		
CRÉDITOS	Suplementares		2.430.000,00		2.875.000,00		
	Especiais						
	Extraordinários						
	Créditos Cancelados						
Outras Operações							
<b>Total</b>		27.527.863,00	26.009.372,00	4.455.232,00	9.375.000,00		

Fonte: SIAFI



---

#### 4.2.2.4 Análise Crítica

---

A dinâmica do agronegócio brasileiro trás como desafio a construção de novos cenários para a cadeia produtiva do cacau e demais cadeias produtivas regionais, tendo como perspectivas a recuperação e modernização do parque produtivo, elevando os níveis de produção e produtividade dos cultivos com ênfase nos sistemas agrícolas sustentáveis, bem como avançar em ações voltadas para a agregação de valor à produção, por meio da verticalização agroindustrial, melhoria da qualidade dos produtos e prospecção de mercados potenciais.

Os sinais de recuperação da economia cacaueira, saindo do patamar de 97 mil toneladas na safra 1999/2000 para 240 mil toneladas em 2010, estimularam à CEPLAC a elaboração e concepção de um novo Plano de Metas denominado PRODECAU, Programa de Desenvolvimento Sustentável das Regiões Produtoras de Cacau, promovendo a sua integração e alinhamento com as estratégias e metas definidas para o ciclo do PPA 2012-2015.

Além de continuidade na manutenção das ações em curso, o programa define como objetivos a expansão e recuperação das áreas de cultivos e aumento da produção e produtividade até 2019, ciclo seguinte do PPA, com ênfase para as culturas do Cacau, Dendê, Seringueira e Fruticultura, focados em sistemas agroflorestais – SAFs. Estes sistemas atendem ao apelo de uma agricultura de baixa emissão de carbono, propugnado pelo plano ABC deste Ministério da Agricultura.

Para fazer frente a estes desafios a CEPLAC elaborou o seu Planejamento Estratégico, com a construção de cenários para um horizonte que vai até 2022, com alinhamento aos objetivos propostos no PPA. Nesse sentido os recursos orçamentários visam fazer frente às demandas de funcionamento, deslocamento e outras despesas de CUSTEIO bem como de investimento e vislumbram, acima de tudo, adequar, reestruturar e ou manter a infra-estrutura logística dos Centros de Pesquisas, Difusão de Tecnologias e Administração, construídos há mais de 50 anos.

Quanto aos recursos de investimento, foram estimados com vistas a: renovação: da frota de veículos, alguns com mais de 15 anos de uso; desenvolvimento e ou aquisição de Softwares, como Sistemas Operacionais e de Gestão Integrada; aquisição e estruturação do Banco de Dados e Segurança; Equipamentos e Acessórios de comunicação em rede, buscando a integração dos serviços administrativos, pesquisa e assistência técnica de extensão rural – ATER em funcionamento nos estados do AM, BA, ES, MT, PA e RO, com o intuito de atender as demandas geradas pelo PAC do Cacau, Programa de Desenvolvimento das Regiões Produtoras de Cacau e Ações do Programa de Agroenergia. Estas medidas estruturantes tiveram o condão de gerar mais eficiência, eficácia e economicidade nos processos de gestão do programa/ação/projetos nos diversos níveis estratégicos, tático e operacional.

Ressalta-se que os investimentos justificam-se em função da constatação da escassez de Recursos Orçamentários ao longo dos últimos anos na Pesquisa, Difusão de Tecnologia e RH, mais precisamente voltados para capacitação, orientação e reciclagem de pessoal de apoio e técnico; manutenção e ou aquisição de bens patrimoniais.



#### 4.2.3 Movimentação de Créditos Interna e Externa

OBS – Não há ocorrência para registro neste item

#### 4.2.4 Execução Orçamentária da Despesa

##### 4.2.4.1 Execução da Despesa Com Créditos Originários

##### 4.2.4.1.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

QUADRO A.4.12 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS  
ORIGINÁRIOS

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)</b>				
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
c) Concorrência	0,00	0,00-	0,00	0,00
d) Pregão	12.877.555,39	16.131.445,46	9.502.642,14	8.951.464,31
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2. Contratações Diretas (g+h)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Dispensa	5.427.080,22	5.988.538,85	4.408.811,03	4.903.044,08
h) Inexigibilidade	405.845,00	376.712,41	351.188,20	339.360,57
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
i) Suprimento de Fundos	283.015,72	302.434,96	283.004,34	302.194,56
<b>4. Pagamento de Pessoal (j+k)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
j) Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
k) Diárias	1.220.875,10	1.237.038,12	1.220.875,10	1.237.038,12
<b>5. Outros</b>	<b>3.179.644,60</b>	0,00	<b>3.157.538,70</b>	0,00
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>23.394.016,03</b>	<b>24.036.169,8</b>	<b>23.394.016,03</b>	<b>15.733.101,64</b>

Fonte: SIAFI



#### 4.2.4.1.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários

##### UG 130.010 - DIRET

##### QUADRO A.4.13 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS

Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
<b>1. Despesas de Pessoal</b>								
1º 333000	(*)	20.802.092,25		20.802.092,25	0,00	0,00		20.802.092,25
2º 333100		20.690.974,25		20.690.974,25	0,00	0,00		20.690.974,25
3º 333190		20.690.974,25		20.690.974,25	0,00	0,00		20.690.974,25
Demais elementos do grupo		109.382.315,27		109.382.315,27	0,00	0,00		109.382.315,27
<b>2. Juros e Encargos da Dívida</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>								
33903900 DIRET	9.671.694,51	9.521.406,57	8.496.702,25	8.628.440,96	1.154.992,26	892.965,61	8.309.708,87	8.390.467,84
33903700 DIRET	3.771.511,30	5.189.877,45	3.707.871,34	2.959.383,77	63.639,96	2.230.503,68	3.392.799,97	2.794.038,93



QUADRO A.4.13 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS

Valores em R\$ 1,00

<b>DESPESAS CORRENTES</b>								
33903000 – DIRET	3.528.229,17	2.747.392,61	2.445.170,48	2.547.053,72	1.083.058,69	200.338,89	2.086.451,09	2.529.158,67
Demais elementos do grupo	3.570.892,37	1.270.020,86	3.532.656,02	1.181.940,61	38.236,35	88.080,25	3.502.387,58	1.152.160,81
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1º 449052	1.630.813,38	4.500.288,21	459.796,77	135.564,00	1.171.076,81	4.364.724,21	411.836,90	25.473,00
5. Inversões Financeiras								
6. Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI GERENCIAL/DIRET



#### 4.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

##### 4.2.4.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

OBS – Não houve ocorrência para registro neste item

##### 4.2.4.2.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

QUADRO A.4.15 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO Valores em R\$  
1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
<b>1 – Despesas de Pessoal</b>								
1º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>								
1º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>3 – Outras Despesas Correntes</b>								
1º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
<b>4 – Investimentos</b>								
1º - 449052-35	0,00	75.611,87	0,00	0,00	0,00	75.611,87	75.611,87	0,00
2º - 449052-48	0,00	3.280,00	0,00	0,00	0,00	3.280,00	3.280,00	0,00
3º - 449052-33	0,00	2.957,00	0,00	0,00	0,00	2.957,00	2.957,00	0,00
Demais elementos do grupo								
<b>5 – Inversões Financeiras</b>								
1º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>6 – Amortização da Dívida</b>								
1º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

##### 4.2.4.2.3 Análise crítica

Houve acréscimo nas despesas totais (Custeio e de Outras Despesas) decorrente do ajuste do planejamento orçamentário e estratégico bem como na gestão do exercício 2012.

Quanto às despesas por modalidades de contratação foram realizadas, 55% através de pregão, 23% com dispensa de licitação, 5% com diárias, 1% por suprimento de fundo, 2% com inexigibilidade e 14% com outras despesas.



Na distribuição por elemento de despesas, grande parte dos recursos foram utilizados em custeio na forma de Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica, alcançando o índice de 47%, Serviços de Conservação, com 18% e Material de Consumo, com 17%.

Houve contingenciamento de recursos no início do exercício de 2012 e irregularidade nas liberações ao longo do ano. Parte dos recursos destinados à aquisição de bens permanentes foram liberados nos últimos dias do mês de dezembro, os quais além de não serem suficientes para atender a demanda, teve liberação intempestiva, o que impossibilitou a agilização dos processos de compra. Isso comprometeu a aquisição de parte dos equipamentos, em especial de laboratório.

Alguns eventos prejudicaram o funcionamento de atividades referente à execução orçamentária. A falta de pessoal é um grande gargalo na efetivação de tarefas de natureza técnica e operacional. Considerando a natureza complexa dos produtos envolvidos nos processos de compra, em sua maioria produtos de laboratório, o cumprimento das diversas fases desses processos foi demorado, desde a obtenção da Intenção de Pesquisas de Preço, até o julgamento da Advocacia Geral da União (AGU), para então proceder à licitação. Esse fato prejudicou sensivelmente a agilização dos processos e a obtenção dos produtos e serviços necessários dentro do próprio exercício e implicou em um considerável volume de Restos a Pagar para o exercício seguinte.

Os dados relativos ao grupo despesas de pessoal não foram inseridos em decorrência de ser da competência da Coordenação Geral de Administração de Pessoas do Ministério da Agricultura.



**5 PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.**



---

## 5.1 Reconhecimento de Passivos

---

OBS – Não houve ocorrência para registro neste item.

---

### 5.1.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

---

OBS – Não houve ocorrência para registro neste item.

---

### 5.1.2 Análise Crítica

---

OBS – Não houve ocorrência para registro neste item.

---

## 5.2 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

---

---

### 5.2.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

---

#### UG 130.010 - DIRET

QUADRO A.5.2 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
<b>UG 130.010</b>				
2011	719.006,03	0,00	0,00	719.006,03
2010	570.997,73	1.504,05	546.249,55	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
<b>UG 130.010</b>				
2011	8.086.325,54	0,00	0,00	8.086.325,54
2010	6.224.931,22	218.611,09	5.846.604,02	0,00

Fonte: SIAFI/GERENCIAL e MAPA/CEPLAC

---

### 5.2.2 Análise Crítica

---

As razões para a permanência de RP processados e não processados são decorrentes do atraso na entrega dos materiais pelos fornecedores, que solicitam prorrogação de prazos por não terem os produtos em estoque ou não fornecimento da indústria e em alguns por insolvência de empresas.

Outro fator que contribui para o acúmulo de RP é o não cumprimento das normas pelos fornecedores que participam do sistema de pregão eletrônico, considerando que muitos que estão cadastrados no sistema Compras Net, nem sempre atendem aos aspectos de qualidade dos produtos previsto na lei de licitações. Portanto torna-se necessário que as unidades de cadastramento sejam mais rigorosas por ocasião de inclusão de empresas no Sistema de Cadastro de Compras do Governo Federal, assim como informem as unidades gestoras as empresas que não podem participar de pregões eletrônicos.



O grande impacto relativo ao pagamento de RP no decorrer do exercício é o risco da empresa não entregar o material licitado e atrapalhar o andamento dos projetos e conseqüente perda do recurso financeiro.

O não pagamento de RP por mais de um exercício ocorreu apenas nos casos em que o financeiro dependeu da liberação de recurso para pagamento de emenda parlamentar.

Grande parte do recurso financeiro que ficou inscrito em restos a pagar é originário de emenda parlamentar que sofreu atraso na liberação, por parte do tesouro nacional.



## 5.3 Transferências de Recursos

### 5.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

QUADRO A.5.3 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA									
CNPJ: 00.396.895/0088-86					UG/GESTÃO: 130010				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1	01.100736.00	FUNPAB	5.999.999,92	2.000.000,00	350.341,20	675.666,20	27.12.2010	26.12.2013	1
1	755734/2011	FAPESPA	3.636.000,00	0,00	1.212.000,00	1.818.000,00	23.12.2010	21.12.2013	1

Fonte: DIRET/CEPLAC



### 5.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

QUADRO A.5.3 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA									
CNPJ: 00.396.895/0088-86					UG/GESTÃO: 130010				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1	01.100736.00	FUNPAB	5.999.999,92	2.000.000,00	350.341,20	675.666,20	27.12.2010	26.12.2013	1
1	755734/2011	FAPESPA	3.636.000,00	0,00	1.212.000,00	1.818.000,00	23.12.2010	21.12.2013	1

Fonte: DIRET/CEPLAC



### 5.3.3 Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vincentes no Exercício de 2013 e seguintes

QUADRO A.5.5 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2013 E EXERCÍCIOS SEGUINTE

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:					
CNPJ:			UG/GESTÃO:		
Modalidade	Qtd. de Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Convênio	2	9.635.999,92	2.493.866,20	1.419.099,23	25,88%
Contrato de Repasse					
Termo de Cooperação					
Termo de Compromisso					
Totais	2	9.635.999,92	2.493.866,20	1.419.099,23	25,88%

Fonte: CEPLAC/DIRET

### 5.3.4 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

OBS – Não houve ocorrência para registro neste item.

### 5.3.5 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

OBS – Não houve ocorrência para registro neste item.

### 5.3.6 Análise Crítica

Os recursos previstos no Plano de Trabalho e no cronograma de desembolso encontram-se cumpridos de acordo com a necessidade e demanda que os projetos indicam.

Quanto ao cumprimento das metas estipuladas estão em fase adiantadas com resultados acima do esperado, conforme relatórios emitidos pelos Coordenadores dos Projetos, nos dois convênios firmados.

No que se refere à transferência de recursos vincendos, estes estão previstos em nossa PLOA/LOA 2013.



Por se tratarem de convenio em vigência, as prestações de contas foram feitas parcialmente, estando a sua execução financeira de acordo com metas e subprojetos indicados nos planos de trabalhos (parte integrante ao termo firmado).

No que concerne ao gerenciamento e estruturas de controle para tal, estes vem sendo realizados pelo servidor indicado como fiscal.

## 5.4 Suprimento de Fundos

### 5.4.1 Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos

#### 5.4.1.1 Suprimento de Fundos – Visão Geral

QUADRO A.5.8 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

Valores em R\$  
1,00

Suprimento de Fundos					
Código da UG	Nome da UG	Valores			Total Geral
		Conta Tipo "B"	CPGF		
			Saque	Fatura	
UG – 130010	CEPLAC/DIRET	0,00	3.080,00	8.063,65	11.143,65
UG -130122	CEPLAC/ADM/BA	0,00	1.287,00	12.119,46	15.406,46
UG - 130132	CENEX/SUEBA/CEPLAC	0,00	0,00	61.702,75	61.702,75
UG - 130133	CEPEC/SUEBA/CEPLAC	0,00	16.802,00	79.383,00	95.185,00
UG - 130.127	CEPLAC/GERAM	0,00	0,00	3.717,41	3.717,41
UG – 130.129	CEPLAC/GEREM	0,00	0,00	0,00	0,00
UG – 130.125	CEPLAC/GERES	0,00	0,00	0,00	0,00
UG -130.128	CEPLAC/SUERO	0,00	0,00	0,00	0,00
UG – 130.126	CEPLAC/SUEPA	0,00	0,00	0,00	0,00
UG – 130.008	CEPLAC/CEDUC	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF	0,00	21.169,00	164.986,27	187.155,27



### 5.4.1.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”

QUADRO A.5.9 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS POR UG E POR SUPRIDO (CONTA TIPO “B”)

Valores em R\$ 1,00

Código da UG	130.127				Nome da UG		GERAM/CEPLAC/	
Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Jorge A. Lasmar	022632462-15	001	18.07.2012	3390.30	Despesas Miúdas	986,00		21090.000035/2012-07
Jorge A. Lasmar	022632462-15	002	18.07.2012	3390.39	Despesas Miúdas	225,75		21090.000036/2012-43
Jorge A. Lasmar	022632462-15	003	04.12.2012	3390.30	Despesas Miúdas	2.005,66		21090.000060/2012-82
Jorge A. Lasmar	022632462-15	004	04.12.2012	3390.39	Despesas Miúdas	500,00		21090.000061/2012-27
<b>Total Utilizado pela UG</b>						<b>3.717,41</b>		

### 5.4.1.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

QUADRO A.5.10 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR

Valores em R\$ 1,00

Código da UG 130.122	CEPLAC/ADM/BA		Limite de Utilização da UG		300.000,00	
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total	
			Saque	Fatura		
JOSE T. DE SOUZA FILHO	083.699.685-20	2.200,00	-	609,77	609,77	
MARIE ANNE DO NASCIMENTO	107.244.515-87	7.000,00	977,00	5.947,30	6.924,30	
SEVERINO HELENO DE MELO	647.174.708-00	8.000,00	310,00	7.562,39	7.872,39	
<b>Total Utilizado pela UG</b>			<b>1.287,00</b>	<b>14.119,46</b>	<b>15.406,46</b>	
Código da UG 130.132	CENEX/SUEBA/CEPLAC		Limite de Utilização da UG:			
CLENILDO AZEVEDO CRUZ	125.462.085-00	20.000,00	0,00	16.669,30	16.669,30	
GIDEON TORRES BANDEIRA	368.040.535-91	20.000,00	0,00	13.721,16	13.721,16	
ELIETE ALVES LEMOS	082.610.755-91	20.000,00	0,00	12.500,00	12.500,00	
JAILTON PINTO BORGES	100.335.725-34	20.000,00	0,00	9.083,59	9.083,59	
JOSENILDO DE C. LIMA	078.604.984-72	20.000,00	0,00	8.728,70	8.728,70	
DAMARIS N. S. BARRETO	339.378.505-20	20.000,00	0,00	1.000,00	1.000,00	
<b>Total Utilizado pela UG</b>			<b>0,00</b>	<b>61.702,75</b>	<b>61.702,75</b>	
Código da UG 130.133	CEPEC/SUEBA/CEPLAC		Limite de Utilização da UG			
Alberto Correia Santos	13216473520		0,00	936,77	936,77	
Antonia Maria Pereira	14533260578		13.958,00	34.498,07	48.456,07	
Antonio Almeida Santos	06700780500		0,00	996,12	996,12	
Celso Negrão da Fonseca	10660559372		130,00	1.479,92	1.609,92	



PODER EXECUTIVO  
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



82

Cláudia de Paula Rezende	39615308668		750,00	14.522,00	15.272,00
Edmundo Loyola Santos	12332135553		0,00	209,00	209,00
Gildasio Fernando Barbosa	11421355515		0,00	1.616,73	1.616,73
Joilson Matos Silva	06274994572		0,00	3.074,99	3.074,99
Jorge Raymundo Menezes Ferreira	15889513591		1.900,00	4.926,87	6.826,87
José Antonio de Souza	08303037587		0,00	6.170,00	6.170,00
José Carlos Santos II	76359158868		0,00	1.129,08	1.129,08
José Bispo Santos	12118613504		0,00	691,08	691,08
José Lourival Filho	39555887500		64,00	8.001,83	8.065,83
Silvano Sá Vasconcelos	14294613572		0,00	130,54	130,54
<b>Total Utilizado pela UG</b>			<b>16.802,00</b>	<b>78.383,00</b>	<b>95.185,00</b>
<b>Código da UG</b> 130129	<b>GEREM/CEPLAC</b>		<b>Limite de Utilização da UG</b>		<b>10.000,00</b>
Fernando César Oliveira da Silva	095966905-15	10.000,00	0	2.731,85	2.731,85
Ivan Dias da Rocha	420669807-49	2.000,00	0	967,89	967,89
Lino Pereira	079177911-49	2.000,00	0	1.524,78	1.524,78
<b>Total Utilizado pela UG</b>			<b>0</b>	<b>5.224,52</b>	<b>5.224,52</b>
<b>Código da UG:</b> 130128	<b>SUERO-CEPLAC</b>		<b>Limite de Utilização da UG:</b>		<b>50.000,00</b>
Vanderly Carpina Farias Casara	190906842-04	25.000,00	0	25.000,00	25.000,00
Simião Silva Santos	084982612-87	25.000,00	0	25.000,00	25.000,00
<b>Total Utilizado pela UG</b>					
<b>Código da UG</b> 130.127	<b>GERAM/CEPLAC</b>		<b>Limite de Utilização da UG</b>		<b>30.000,00</b>
<b>Portador</b>	<b>CPF</b>	<b>Valor do Limite Individual</b>	<b>Valor</b>		<b>Total</b>
			<b>Saque</b>	<b>Fatura</b>	
Jorge Afonso Lasmar	022632462-15	30.000,00		3.717,41	3.717,41
<b>Total Utilizado pela UG</b>				3.717,41	3.717,41
<b>Código da UG</b> 130.010	<b>CEPLAC/DIRET</b>		<b>Limite de Utilização da UG</b>		<b>14.000,00</b>
<b>Portador</b>	<b>CPF</b>	<b>Valor do Limite Individual</b>	<b>Valor</b>		<b>Total</b>
			<b>Saque</b>	<b>Fatura</b>	
Lázaro Celeste Souza	353.253.487/87	1.000,00	0,00	96,00	96,00
Lázaro Celeste Souza	353.253.487/87	1.000,00	264,28	0,00	264,28
Napoleão Pereira Motta	454.657.896/20	1.300,00	940,00	218,00	1.158,00
Napoleão Pereira Motta	454.657.896/20	1.700,00	250,00	1.391,26	1.641,26
Napoleão Pereira Motta	454.657.896/20	1.300,00	400,00	891,60	1.291,60
Napoleão Pereira Motta	454.657.896/20	1.700,00	500,00	1.194,67	1.694,67
Napoleão Pereira Motta	454.657.896/20	2.000,00	0,00	1.998,63	1.998,63
Napoleão Pereira Motta	454.657.896/20	1.000,00	710,00	286,50	996,50
Napoleão Pereira Motta	454.657.896/20	1.000,00	0,00	579,20	579,20
Napoleão Pereira Motta	454.657.896/20	2.000,00	280,00	1.503,79	1.783,79
<b>Total Utilizado pela UG</b>			<b>3.344,28</b>	<b>8.159,65</b>	<b>11.503,93</b>
<b>Código da UG</b> 130.031	<b>CEPLAC/SUEPA</b>		<b>Limite de Utilização da UG</b>		<b>100.000,00</b>
<b>Portador</b>	<b>CPF</b>	<b>Valor do Limite Individual</b>	<b>Valor</b>		<b>Total</b>
			<b>Saque</b>	<b>Fatura</b>	
Francisco Zacarias de Souza	01224840291	8.000,00	1915,34	5071,03	6.986,37
Pedro Raimundo Monteiro Alves	05623529291	8.000,00	340,00	1303,00	1.643,00



Benedito Evaldo Baia De Macedo	033751612-04	8.000,00	200,00	2.012,93	2.212,93
Romão Satio Kobayashi	042064282-04	8.000,00	750,00	36,60	788,60
Geraldo Sousa Costa	22718923504	8.000,00	1.459,00	5.701,67	7.160,67
Francisco das Chagas de M Costa	24362956204	8.000,00	2.060,00	5.000,00	7.060,00
<b>Total Utilizado pela UG</b>			6.724,34	19.125,23	25.851,57
<b>Código da UG</b> 130.126	SUEPA	<b>Limite de Utilização da UG</b>		400.000,00	
<b>Portador</b>	<b>CPF</b>	<b>Valor do Limite Individual</b>	<b>Valor</b>		<b>Total</b>
			<b>Saque</b>	<b>Fatura</b>	
Pedro Raimundo Monteiro Alves	056.235.292-91	8.000,00	136,20	666,70	802,90
Lene Baltasar Gomes Logobardi	044.546.932-34	8.000,00	0,00	3.330,00	3.330,00
Mariano Monteiro da Costa	061.702.772-20	8.000,00	4.805,40	8.015,48	12.820,80
José Luiz de Souza Brigido	063.376.512-00	8.000,00	1.780,00	1.425,99	3.205,99
Jardeniro Itaimbe dos A. Pereira	068.976.602-10	8.000,00	5.498,20	4.954,25	10.452,45
Jorge Luiz Campos Campelo	092.482.422-00	8.000,00	0,00	2.297,60	2.297,60
<b>Total Utilizado pela UG</b>			12.219,8	20.690,02	32.909,74
<b>Código da UG</b> 130.035	SUEPA	<b>Limite de Utilização da UG</b>		400.000,00	
<b>Portador</b>	<b>CPF</b>	<b>Valor do Limite Individual</b>	<b>Valor</b>		<b>Total</b>
			<b>Saque</b>	<b>Fatura</b>	
Nilson Nonato Vidal Rossy	038.258.682-49	8.000,00	1.510,00	9.919,02	11.429,02
Pedro Correia dos Santos	026.136.702-15	8.000,00	1.700,00	0,00	1.700,00
José Luis da Silveira	047.728.492-20	8.000,00	590,00	882,54	1.472,54
Laurindo Fernandes Neto	048.521.502-06	8.000,00	639,81	1.681,48	2.321,29
Jasson Luiz P. Moreira	084.348.832/87	8.000,00	1.360,00	2.434,09	3.794,09
Ariston Rosa dos Santos	105.427.605-68	8.000,00	0,00	4.190,40	4.190,40
Laureano Luiz X. dos Santos	155.579.280-49	8.000,00	500,00	600,00	1.100,00
Paulo Henrique F. dos Santos	171.889.462-72	8.000,00	1.000,00	1.600,00	2.600,00
Rubenilton Rosa dos Santos	266.268.962-53	8.000,00	1.800,00	10.049,64	11.849,64
<b>Total Utilizado pela UG</b>			9.099,81	31.357,17	40.456,98
<b>Código da UG</b> 130.036	SUEPA	<b>Limite de Utilização da UG</b>		400.000,00	
<b>Portador</b>	<b>CPF</b>	<b>Valor do Limite Individual</b>	<b>Valor</b>		<b>Total</b>
			<b>Saque</b>	<b>Fatura</b>	
Nilson Nonato Vidal Rossy	038.258.682-49	8.000,00	1.510,00	9.919,02	11.429,02
Pedro Correia dos Santos	026.136.702-15	8.000,00	1.700,00	0,00	1.700,00
José Luis da Silveira	047.728.492-20	8.000,00	590,00	882,54	1.472,54
Laurindo Fernandes Neto	048.521.502-06	8.000,00	639,81	1.681,48	2.321,29
Jasson Luiz P. Moreira	084.348.832/87	8.000,00	1.360,00	2.434,09	3.794,09
Ariston Rosa dos Santos	105.427.605-68	8.000,00	0,00	4.190,40	4.190,40
Laureano Luiz X. dos Santos	155.579.280-49	8.000,00	500,00	600,00	1.100,00
Paulo Henrique F. dos Santos	171.889.462-72	8.000,00	1.000,00	1.600,00	2.600,00
Rubenilton Rosa dos Santos	266.268.962-53	8.000,00	1.800,00	10.049,64	11.849,64
<b>Total Utilizado pela UG</b>			9.099,81	31.357,17	40.456,98

Fonte: UGs identificadas



#### 5.4.1.4 Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão Crédito Corporativo pela UJ

##### UG 130010 - DIRET

QUADRO A.5.11 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B”  
E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA) Valores em R\$ 1,00

Exercícios	Suprimento de Fundos						
	Conta Tipo “B”		Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2012				3.422,58	0,00	7.461,18	10.883,76
2011				1.150,00	0,00	7.781,97	8.931,97
2010				1.020,00		3.651,36	4.671,36

Fonte: CENEX/SUEBA/CEPLAC

##### UG 130132 - CENEX

QUADRO A.5.11 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B”  
E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA) Valores em R\$ 1,00

Exercícios	Suprimento de Fundos						
	Conta Tipo “B”		Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2012					530	61.702,75	61.702,75
2011					366	38.178,35	38.178,35
2010					596	62.742,12	62.742,12

Fonte: CENEX/SUEBA/CEPLAC

##### UG 130133 – CEPEC

Exercícios	Suprimento de Fundos						
	Conta Tipo “B”		Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2012			69	16.802,00	142	79.383,00	95.185,00
2011			68	20.746,15	94	64.765,10	85.511,12
2010			78	21.876,00	99	78.050,75	99.926,75

Fonte: CEPEC/SUEBA/CEPLAC

##### UG – 130128 SUERO

Exercícios	Suprimento de Fundos						
	Conta Tipo “B”		Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2012	0	0	0	0	13	14.605,30	14.605,30
2011	0	0	0	0	07	17.920,97	17.920,97
2010	0	0	0	0	09	13.199,19	13.199,19

Fonte: Setor Financeiro CEPLAC/SUERO



**GERAM**

QUADRO A.5.11 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)

Valores em R\$  
1.00

Exercícios	Suprimento de Fundos						
	Conta Tipo “B”		Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2012					04	3.717,41	3.717,41
2011					04	4.750,15	4.750,15
2010					01	2.996,30	2.996,30

Fonte: GERAM/CEPLAC

**5.4.1.5 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos**

**UG 130010 - DIRET**

QUADRO A.5.12 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO “B” E CPGF)

Situação	Suprimento de Fundos											
	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas												
PC Aguardando Análise												
PC em Análise												
PC não Aprovadas												
PC Aprovadas							02	11.143,65	02	8.931,97	01	4.631,36

Fonte: CENEX/SUEBA/CEPLAC

**UG 130132 - CENEX**

QUADRO A.5.12 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO “B” E CPGF)

Situação	Suprimento de Fundos											
	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas												
PC Aguardando Análise												
PC em Análise												
PC não Aprovadas												
PC Aprovadas							20	61.702,75	15	38.178,35	22	62.742,12

Fonte: CENEX/SUEBA/CEPLAC

**UG 130132 – CEPEC**



Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo "B"						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas												
PC Aguardando Análise												
PC em Análise												
PC não Aprovadas												
PC Aprovadas							65	87.044,64	48	80.797,41	58	109.570,34

Fonte: CEPEC/SUEBA/CEPLAC

### UG 130127 – GERAM

QUADRO A.5.12 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO "B" E CPGF)

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo "B"						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas												
PC Aguardando Análise												
PC em Análise												
PC não Aprovadas												
PC Aprovadas							04	3.717,41	04	4.750,15	01	2.996,30

Fonte: GERAM

### UG 130128 – SUERO

QUADRO A.5.12 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO "B" E CPGF)

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo "B"						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PC Aguardando Análise	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PC em Análise	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PC não Aprovadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PC Aprovadas	0	0	0	0	0	0	05	14.605,30	07	17.920,97	09	13.199,19

Fonte: Setor Financeiro CEPLAC/SUERO



---

#### **5.4.1.6 Análise Crítica**

---

Os valores oriundos de suprimento de fundo do tipo Cartão Corporativo, foram utilizados para atender despesas de pequeno vulto e de urgência nas diversas unidades da CEPLAC, enquanto que o suprimento com conta tipo B foi utilizada apenas no Estado do Amazonas, em decorrência da dificuldade de encontrar fornecedores com disponibilidade do uso de cartão.

Todos os suprimentos tiveram suas contas aprovadas e constantemente os supridos são orientados para atender as exigências normativas de utilização do cartão.

O uso do instrumento não ocorreu em todas as unidades gestoras.

---

### **5.5 Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ**

---

OBS – Não há ocorrência para registro neste item.

---

#### **5.5.1 Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ**

---

OBS – Não há ocorrência para registro neste item.

---

#### **5.5.2 Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida**

---

OBS – Não há ocorrência para registro neste item.

---

#### **5.5.3 Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica e Física**

---

OBS – Não há ocorrência para registro neste item.

---

#### **5.5.4 Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária - Pessoas Físicas e Jurídica**

---

OBS – Não há ocorrência para registro neste item.

---

#### **5.5.5 Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária**

---

OBS – Não há ocorrência para registro neste item.

---

#### **5.5.6 Prestações de Contas de Renúncia de Receitas**

---

OBS – Não há ocorrência para registro neste item.



---

### **5.5.7 Comunicações à RFB**

---

OBS – Não há ocorrência para registro neste item.

---

### **5.5.8 Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas**

---

OBS – Não há ocorrência para registro neste item.

---

### **5.5.9 Declaração de Situação de Beneficiários de Renúncia Fiscal**

---

OBS – Não há ocorrência para registro neste item.

---

### **5.5.10 Fiscalizações Realizadas pela RFB**

---

OBS – Não há ocorrência para registro neste item.

---

## **5.6 Gestão de Precatórios**

---

OBS – Não há ocorrência para registro neste item.

---

---

### **5.6.1 Requisições e Precatórios da Administração Direta**

---

OBS – Não há ocorrência para registro neste item.

---

### **5.6.2 Requisições e Precatórios da Administração Indireta**

---

OBS – Não há ocorrência para registro neste item.

---

### **5.6.3 Análise Crítica**

---

OBS – Não há ocorrência para registro neste item.



**6 PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.**



## 6.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

### 6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>				
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)				
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1981	1981	-	86
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	15	15	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	3	3	1	-
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>				
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	11	11	-	-
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	2010	2010	1	86

Fonte: SEAPE/DIAO/SUEBA/CEPLAC

#### 6.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	
1.2. Exercício de Função de Confiança	
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>3</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	3
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>38</b>
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	2
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	36
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	
<b>4. Licença Remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>37</b>
4.1. Doença em Pessoa da Família	37
4.2. Capacitação	
<b>5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>16</b>
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	2



QUADRO A.6.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
5.2. Serviço Militar	
5.3. Atividade Política	7
5.4. Interesses Particulares	7
5.5. Mandato Classista	
<b>6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	
<b>7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>94</b>

Fonte: SEAPE/DIAO/SUEBA/CEPLAC

## 6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

QUADRO A.6.3 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	<b>37</b>	<b>37</b>	-	-
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior				
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	23	23	-	-
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	1	1	-	-
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	1	1	-	-
1.2.4. Sem Vínculo	11	11	-	-
1.2.5. Aposentados	1	1	-	-
<b>2. Funções Gratificadas</b>	<b>62</b>	<b>62</b>	<b>2</b>	<b>2</b>
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	62	62	2	2
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas				
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>99</b>	<b>99</b>	<b>2</b>	<b>2</b>

Fonte: SEAPE/DIAO/SUEBA/CEPLAC

### 6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

QUADRO A.6.4 – QUANTIDADE DE SER. DA UJ POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>186</b>	<b>1201</b>	<b>540</b>
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos					
1.2. Servidores de Carreira	3	4	186	1201	540
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>9</b>	<b>41</b>	<b>20</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	3	3	3	4
2.3. Funções Gratificadas	2	-	6	38	16
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>195</b>	<b>1242</b>	<b>560</b>

Fonte: SEAPE/DIAO/SUEBA/CEPLAC



### 6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

QUADRO A.6.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provedimento de Cargo Efetivo</b>		<b>3</b>	<b>423</b>	<b>138</b>	<b>883</b>	<b>363</b>	<b>56</b>	<b>52</b>	<b>16</b>
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos									
1.2. Servidores de Carreira	-	3	423	138	883	363	56	52	16
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
<b>2. Provedimento de Cargo em Comissão</b>			<b>13</b>	<b>1</b>	<b>47</b>	<b>21</b>	<b>4</b>		
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	4	9	1	-	-
2.3. Funções Gratificadas	-	-	13	1	43	12	3	-	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	-	<b>3</b>	<b>426</b>	<b>139</b>	<b>930</b>	<b>384</b>	<b>60</b>	<b>52</b>	<b>16</b>

Fonte: SEAPE/DIAO/SUEBA/CEPLAC



### 6.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.6 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previden- ciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Membros de Poder e Agentes Políticos</b>											
Exercícios	2012										
	2011										
	2010										
<b>Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão</b>											
Exercícios	2012	161.545.446,70	1.571.859,74	11.532.576,60	11.999.101,89	6.905.558,72	9.068.053,99	0,00	101.867,73	1.325.168,77	204.049.634,14
	2011	62.268.250,50	0,00	58.243.553,13	6.546.838,62	6.844.212,53	2.525.436,00	989.125,76	263.668,98	1.084.893,19	138.765.978,71
	2010	58.569.861,29	0,00	54.585.494,01	4.597.617,71	7.076.956,41	1.650.191,00	1.036.562,76	55.343,15	591.120,43	128.163.146,76
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>											
Exercícios	2012										
	2011										
	2010										
<b>Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença</b>											
Exercícios	2012	1.055.584,27	57.962,64	76.577,38	79.282,17	0,00	55.074,96	0,00	0,00	8.915,88	1.333.397,30
	2011	644.435,14	0,00	149.777,09	27.516,36	25.617,30	28.198,48	4.235,72	0,00	742,99	880.523,08
	2010	907.295,27	0,00	146.487,83	21.759,54	35.089,99	25.145,59	9.543,14	0,00	0,00	1.145.321,36
<b>Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>											
Exercícios	2012										



QUADRO A.6.6 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Membros de Poder e Agentes Políticos</b>											
	<b>2011</b>										
	<b>2010</b>										
<b>Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>											
<b>Exercícios</b>	<b>2012</b>	5.778.932,43	152.770,80	439.199,09	359.460,60	87.552,00	215.571,16	0,00	0,00	50.393,28	7.083.879,36
	<b>2011</b>	3.386.206,35	700.374,89	3.300.212,31	265.003,82	152.842,30	59.175,98	55.025,55	47.375,85	234.611,92	8.200.828,97
	<b>2010</b>	3.368.405,44	726.531,36	3.323.573,10	243.314,31	162.643,46	55.471,72	57.557,30	0,00	130.598,90	8.068.095,59
<b>Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas</b>											
<b>Exercícios</b>	<b>2012</b>	4.308.998,78	63.507,60	314.712,40	321.123,24	227.064,00	289.789,12	0,00	0,00	26.967,96	5.552.163,10
	<b>2011</b>	13.281.446,99	2.628.330,72	5.053.879,48	687.183,25	1.369.173,52	431.939,27	190.880,17	4.000,00	62.191,86	23.709.025,26
	<b>2010</b>	13.281.446,99	2.628.330,72	5.053.879,48	687.183,25	1.369.173,52	431.939,27	190.880,17	4.000,00	62.191,86	23.709.025,26

Fonte: SEAPE/DIAO/SUEBA/CEPLAC



## 6.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

### 6.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

QUADRO A.6.7 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
<b>1. Integral</b>	45	
1.1 Voluntária	43	
1.2 Compulsória		
1.3 Invalidez Permanente	2	
1.4 Outras		
<b>2. Proporcional</b>		
2.1 Voluntária		
2.2 Compulsória		
2.3 Invalidez Permanente		
2.4 Outras		
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>45</b>	

Fonte: DGP/CGAF/DIRET/CEPLAC

### 6.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.8 - INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
<b>1. Aposentado</b>		
1.1. Integral	427	41
1.2. Proporcional	580	00
<b>2. Em Atividade</b>		
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>1.007</b>	<b>41</b>

Fonte: SEAPE/DIAO/SUEBA/CEPLAC



---

### 6.1.5 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

---

Comentários sobre os temas contidos nas alíneas:

- a) A existência de controles internos com a finalidade de detectar possível acumulação vedada de cargos, funções e empregos públicos

O principal mecanismo de controle de presença do servidor é a folha de frequência que indica a permanência dele na sua Unidade de Lotação. Além disso, o Sistema de Administração de Recursos Humanos - SIAPE tem sofrido constantes análises pelos Órgãos de Controle Externo, a exemplo da CGU, que através de Trilhas de Auditoria tem detectado supostas inconsistências, que são tempestivamente elucidadas à luz da legislação vigente ou corrigidas, se confirmadas as não conformidades apontadas.

Quanto aos controles de eficiência, contamos apenas com a avaliação institucional que repercute diretamente nas gratificações auferidas pelo servidor, que dela participa ativamente e é confirmada por sua chefia imediata.

Apesar da fragilidade de mecanismos específicos para o necessário de controle visando corrigir possíveis distorções, neste exercício não identificamos em nossos quadros, servidores que acumulem cargos, funções ou empregos públicos indevidamente, caso contrário, o rito processual seria automaticamente aberto pela autoridade competente, visando apurar responsabilidades a aplicar as penalidades legais.

- b) Tipos de controle implementados e periodicidade de revisão

O mecanismo utilizado é o controle da frequência do servidor, com periodicidade mensal e revisão feita por instâncias superiores, quando necessário. Em algumas unidades já é adotado o sistema de ponto eletrônico.

- c) A propriedade dos controles implementados em termos de utilidade e eficiência;

Em função da fragilidade acima comentada, está em processo de implantação a extensão do controle de frequência por meio digital para todas as unidades, com utilidade que vai desde a verificação diária da presença até a informação online de todos os dados necessários ao lançamento na folha de pagamento.

- d) A existência e o quantitativo de servidores que acumulem cargos, funções ou empregos públicos indevidamente no quadro de pessoal da unidade jurisdicionada.

Os casos detectados no passado estão em processo de verificação. Na atualidade não há incidência.



## 6.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Não houve ocorrência para registro neste item.

## 6.1.7 Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação

### 6.1.7.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

QUADRO A.6.9 – ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão				
Concessão de aposentadoria	123	73	37	53
Concessão de pensão civil	38	47	15	47
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório				
<b>Totais</b>	<b>161</b>	<b>120</b>	<b>52</b>	<b>100</b>

Fonte: DGP/CGAF/DIRET/CEPLAC

QUADRO A.6.10 – ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Desligamento				
Cancelamento de concessão	3		3	
Cancelamento de desligamento				
<b>Totais</b>	<b>3</b>		<b>3</b>	

Fonte: DGP/CGAF/DIRET/CEPLAC



QUADRO A.6.11 – REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2012			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
<b>Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Admissão				
Concessão de aposentadoria			37	
Concessão de pensão civil			15	
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório				
<b>Total</b>			<b>52</b>	
<b>Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Desligamento				
Cancelamento de concessão	1	2		
Cancelamento de desligamento				
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>2</b>		
Fonte: DGP/CGAF/DIRET/CEPLAC				

### 6.1.7.2 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico

OBS – Não há ocorrência para registro neste item.

### 6.1.7.3 Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos

QUADRO A.6.13 – ATUAÇÃO DO OCI SOBRE OS ATOS SUBMETIDOS A REGISTRO

Tipos de Atos	Quantidade de atos com diligência pelo OCI		Quantidade de atos com parecer negativo do OCI	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão				
Concessão de aposentadoria		1		
Concessão de pensão civil				
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório				
<b>Totais</b>		<b>1</b>		
Fonte: DIRET/CEPLAC				



---

### 6.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

---

- Absenteísmo

É observado baixo índice de falta do servidor ao serviço, sem grande impacto nos registros de freqüência da CEPLAC.

- Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais

Três servidores se envolveram com acidente em serviço no ano de 2012, número aparentemente pequeno em relação ao total de pessoas atualmente ativas, porém comparado ao ano de 2011, quando foi registrada ocorrência de nove acidentes, representa uma redução de 66,66%, o que vem sendo acompanhado pelo Serviço Social, com o cuidado necessário em decorrência da idade média do servidor.

O Serviço Social agrupou no ano de 2012 cento e quarenta casos relativos a problemas de saúde do servidor, incluindo-se aí as doenças ocupacionais. Também registrou o acompanhamento de dezenove casos psiquiátricos e vinte e um casos de dependência química.

- Rotatividade (*turnover*)

Essa situação é agravada, pela natureza da atividade do órgão, a redução ocorrida no contingente de nível superior, que abriga pesquisadores e extensionistas, que saiu de 858 profissionais em 1988, para 217 atualmente, correspondendo a uma perda acumulada de 74,71% desse segmento funcional. No seu conjunto, pessoal altamente qualificado, doutores, mestres e especialistas. Para que seja possível gerar conhecimentos básicos e desenvolver tecnologias demandadas pelas atividades estabelecidas no PRODECAU é imperativo um esforço na recomposição das equipes técnicas, para que haja possibilidade de concretização do que prevê o Planejamento Estratégico.

- Educação Continuada

Em conjunto com área específica do MAPA, estudos vêm sendo efetuados de forma a implantar um sistema que atenda a demanda da instituição.

O programa de Educação Continuada da CEPLAC tem sido fortemente impactado negativamente por limitação orçamentária imposta pelo MAPA.

- Disciplina;

Com fulcro na legislação em vigor e atendendo aos requerimentos das unidades jurisdicionadas, foram abertos 5 processos de sindicância e 9 processos administrativos disciplinares, com a finalidade de apurar responsabilidades por infração à Lei ou dano ao patrimônio

- Aposentadoria versus reposição do quadro.

Em decorrência da elevada idade média do quadro de servidores da CEPLAC, agravado com o fato que desde o ano de 1987 não há reposição daqueles que



aposentam ou falecem, a relação servidores ativos/servidores aposentados é menor que 1, sendo que a cada ano este número tende a se tornar menor.

---

## 6.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

---

---

### 6.2.1 Composição do Quadro de Estagiários

---

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>Nível superior</b>					
<input type="checkbox"/> Área Fim	91	87	99	84	18.876,00
<input type="checkbox"/> Área Meio	14	15	14	12	26.136,00
<b>Nível Médio</b>					
<input type="checkbox"/> Área Fim	02	02	05	05	2.261,00
<input type="checkbox"/> Área Meio	13	14	13	12	19.380,00
<input type="checkbox"/>	<b>120</b>	<b>118</b>	<b>131</b>	<b>113</b>	<b>66.653,00</b>

Fonte: SEDRH/DIAO/SUEBA/CEPLAC

---

### 6.2.2 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

---

OBS – Não há ocorrência para registro neste item.

---

### 6.2.3 Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público

---

OBS – Não há ocorrência para registro neste item.

---

### 6.2.4 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

---

OBS – Não há ocorrência para registro neste item.



## 6.2.5 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.17 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA													
UG/Gestão:130122						CNPJ:00.396.895/0082-90							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	32/2009	01383525/0001-16	15/11/2009	15/11/2013	X	X					P
2009	L	O	49/2009	01383525/0001-16	25/01/2010	26/01/2014	X	X					P
UG/Gestão: 130128						CNPJ:00.396.895/0089-67							
2009	L	O	49/2009	01383525/0001-16	25/01/2010	26/01/2014	X	X					P
UG/Gestão: 130128-CEPLAC/ADM/RO						CNPJ: 00.396.895/0089-67							
2012	L	O	CEPLAC/SUERO nº 002/2012	10.927.661/0001-10	18/01/2012	17/01/2013	07	07					A
2010	L	O	CEPLAC/SUERO nº 016/2010	84.580.141/0001-1	09/09/2010	08/09/2013	02	02					
2010	V	O	CEPLAC/SUERO nº 020/2010	10.570.899/00014-31	12/12/2010	11/12/2012	08	08					É
2012	V	E	CEPLAC/SUERO nº 013/2012	12.159.225/0001-74	17/12/2012	16/06/2013	08	08					A
UG/Gestão: 130125 - GERES						CNPJ: 00.396.895/0078-04							
2011	V	O	05/2011	08.944.765/0001-91	30/11/2011	30/11/2012	04	04	-	-	-	-	P
UG/Gestão:130133 / 00001						CNPJ: 00.396.895/0080-29							
2009	L	O	49/2009	LÍDER RECURSOS HUMANOS LTDA	25.01.2010	20.12.2013	01	01					P
UG/Gestão: 130127						CNPJ: 00.396.895/0085-33							



QUADRO A.6.17 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

2008	L	O	007/2008	06032743/0001-20	26/12/08	25/12/12	04	04	01	01					P
UG/Gestão: 130126 SUEPA					CNPJ:00.396.895/0082-90										
2012	V	O	005/2012	RIOMAR	01/08/2012	31/07/2013									A
UG/Gestão: 130126 SUEPA					CNPJ:										
2009	L	O	015/2009	STAR	09/10/09	09/10/2013									A
<b>Fonte:</b> UGs identificadas															



## 6.2.6 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

QUADRO A.6.18 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: ADM/BA													
UG/Gestão:130122						CNPJ:00396895/0080-29							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	9	O	11/2010	07.015.165/0001-86	07/06/2010	06/06/2013	X	X					P
Ug/Gestão: 130132 -00396895/0081-00													
2010	9	O	11/2010	07.015.165/0001-86	07/06/2010	06/06/2013	X	X					P
Nome: CEPEC/SUEBA/CEPLAC													
UG/Gestão: 130133 / 00001						CNPJ: 00.396.895/0080-29							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	11	O	35/2009	07.770.857/0001-30	30.11.09	30.11.13	37	37					P
2009	11	O	36/2009	07.015.165/0001-86	30.11.09	30.11.13	14	14					P
Nome: CEPLAC/SUERO													
UG/Gestão: 130128 – CEPLAC/ADM/RO						CNPJ: 00.396.895/00089-67							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.



QUADRO A.6.18 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

				(CNPJ)			F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	12	O	028/2009	07.047.898/0001-00	14/09/2009	14/09/2013	18	22					P
2009	5	O	028/2009	07.047.898/0001-00	14/09/2009	14/09/2013			01	01			P
2009	11	O	028/2009	07.047.898/0001-00	14/09/2009	14/09/2013	01	01					P
2012	13	O	028/2009	84.580.141/0001-10	23/02/2012	22/02/2013	04	04					A
<b>Nome: GERES</b>													
<b>UG/Gestão:130.125</b>													
<b>Informações sobre os Contratos</b>													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
					P	C	P	C	P	C	P	C	
2010	12	O	02/2010	07.213.314/0001-11	30/04/2010	30/04/2011	11	11	-	-	-	-	P
<b>Nome: GERAM</b>													
<b>UG/Gestão:130.127</b>													
<b>Informações sobre os Contratos</b>													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
					P	C	P	C	P	C	P	C	
2012	12	O	004/12	06032743/0001-20	03.12.12	02.12.13	08	08					A
<b>Nome: SUEPA</b>													
<b>UG/Gestão:130.126</b>													
<b>Informações sobre os Contratos</b>													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
					P	C	P	C	P	C	P	C	
2012	3	O	002/2012	02589131/0001-81	01/03/2012	28/02/2014		3					P

Fonte: UGs identificadas.



## 6.2.7 Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO A.6.19 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>1. Nível superior</b>					
1.1 Área Fim	91	87	99	84	18.876,00
1.2 Área Meio	14	15	14	12	26.136,00
<b>2. Nível Médio</b>					
2.1 Área Fim	02	02	05	05	2.261,00
2.2 Área Meio	13	14	13	12	19.380,00
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>120</b>	<b>118</b>	<b>131</b>	<b>113</b>	<b>66.653,00</b>

Fonte: SEDRH/DIAO/SUEBA/CEPLAC



PODER EXECUTIVO  
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



106

**7 PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.**



---

## 7.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

---

### Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

- Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;
  - ✓ **Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008**
  - ✓ **Instrução Normativa nº 03, de 15 de maio de 2008**
- Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;
  - ✓ As atividades desenvolvidas pelas unidades que compõem a estrutura da CEPLAC estão diretamente relacionadas com os serviços de Assistência Técnica, Extensão Rural e de Pesquisa, tendo como público beneficiário agricultores familiares, mini, pequenos, médios e grandes produtores rurais, associados ou não, estabelecidos em 111 municípios que compreendem a área de atuação da CEPLAC nos Estados da Bahia, Espírito Santo, Pará, Amazonas e Mato Grosso. Para efetivação desses serviços, faz-se necessário uma frota de veículos na quantidade adequada e em plenas condições de funcionamento, para deslocamentos dos profissionais, visando atender a um potencial de 60.000 produtores, com atividades na cultura do cacau e outros cultivos diversificados.
  - ✓ Também atende a 122 projetos de pesquisa. Registre-se que ações de pesquisas são desenvolvidas em Estações Experimentais, localizadas fora do eixo urbano; que é feita a condução de experimentos em propriedades agrícolas, que faz a avaliação clones e progênies nessas propriedades, distribuídas nas regiões produtoras, visando à resistência à vassoura de bruxa, a melhoria da qualidade e aumento da produção de cacau.
  - ✓ Destaque-se o projeto Previsão da Safra do Cacau, atividade que tem como fim prever a produção de cacau; sua metodologia consiste em colher dados por amostragem em todas as regiões.
  - ✓ Outro aspecto é a existência de estações meteorológicas distribuídas nas regiões onde atua a CEPLAC, as quais demandam manutenção periódica.
  - ✓ A possibilidade de oferecer conforto e segurança aos servidores da CEPLAC, aliado à existência de profissional (motorista) no seu quadro foram os vetores que motivaram a decisão por frota própria. Para isso conta com veículos de transporte coletivo próprio, que também contribui para diminuir o custo do serviço oferecido.
- Quantidade de veículos em uso ou sob a responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;



CONSOLIDAÇÃO DOS DADOS DAS UGs: DIRET, SUERO, GERES, GERAM e SUEBA

Grupo	Utilização		Qtde	Média km ou Hora trator	OBS	Idade média da frota, por grupo
IV – Veículos de serviços comuns	No transporte de pessoal a serviço	Pessoal	295	82.103		7
		Coletivo	29	188.794		9
	No transporte de carga e realização de atividades específicas	Carga leve	25	63.179		11
		Carga pesada	17	32.209		19
		Tratores	25	1.131		24



### UG SUEPA

Grupo	Utilização	Qtde	Média km ou Hora trator	Observação	Idade média da frota, por grupo		
IV – veículos de serviços comuns	No transporte de pessoal a serviço	Pessoal	05	13Km/L	Fiat, Uno	Ano, 2007 à Gasolina	06 anos
		Pessoal	03	07Km/Lt	Jeep Toyota Bandeirante	Ano, 1997 à Diesel	16 anos
		Pessoal	03	10Km/Lt	Jeep Jimny Suzuki	Ano, 2010 à Gasolina	03 anos
		Pessoal	01	15Km/Lt	Motocicleta Dafra	Ano, 2011 à Gasolina	02 anos
		Pessoal	01	15Km/Lt	Motocicleta XR200	Ano, 1997 à Gasolina	16 anos
		Pessoal	02	15Km/Lt	Motocicleta XLR	Ano, 1997 à Gasolina	16 anos
		Pessoal	02	15Km/Lt	Motocicleta	Ano, 2009 à Gasolina	04 anos
		Pessoal	04	15Km/Lt	Motocicleta Bross	Ano, 2011 à Gasolina	02 anos
		Coletivo	01	10Km/Lt	Van Peugeot	Ano, 2011 à Diesel.	02 anos
	No transporte de carga e realização de atividades específicas	Carga leve	07	09Km/Lt	Caminhonete Ford Ranger	04, Ano 2010 e 03 Ano, 2012 - Diesel.	02 anos e 01 ano
		Carga Leve	02	07Km/Lt	Caminhonete, Carroceria Toyota Bandeirante	Ano, 1997 à Diesel	16 anos
		Carga pesada	-	-	-	-	-
		Tratores	-	-	-	-	-



- Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;
  - ✓ Respondido no quadro contido na letra “c” acima.
- Idade média da frota, por grupo de veículos;
  - ✓ Respondido no quadro contido na letra “c” acima.
- Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros).

UNIDADE	CUSTO
DIRET	28.353,88
SUEBA	910.361,22
SUEPA	657.608,30
SUERO	278.246,40
GERES	75.706,45
GEREM (*)	0,00
GERAM	126.505,02
TOTAIS	2.076.781,27

(\*) Valor não informado.

- Plano de substituição da frota
  - ✓ Elaborado com base na Anexo IV - Plano Anual de Aquisição de Veículos – PAAV - Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008.
- Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;
  - ✓ Em função do menor custo, considerando que no quadro de servidores há profissionais do cargo de motorista profissional.
- Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.
  - ✓ SISTRANSPORTES- Sistema de Gestão de Transportes, desenvolvido por profissionais da CEPLAC.

### **Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas contratada de terceiros**

OBS - Não há ocorrência para registro neste item.



## 7.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

### 7.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO A.7.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	UF 1 BAHIA	00	00
	AIQUARA	01	01
	ARATAÇA	02	02
	BARRA DO ROCHA	01	01
	BARRO PRETO	02	02
	BELMONTE	01	01
	BUERAREMA	01	01
	CAMACAN	00	02
	CAMAMU	01	01
	CANAVIEIRAS	02	02
	EUNÁPOLIS	01	00
	FLORESTA AZUL	01	01
	GANDÚ	02	02
	GONGOGI	01	01
	IAMARAJÚ	01	01
	IBICARAÍ	01	01
	IBIRAPITANGA	01	01
	IBIRAPUÃ	01	01
	IBIRATAIA	01	01
	ILHÉUS	01	01
	ILHÉUS	01	01
	ITABELA	01	01
	ITAGIBÁ	01	01
	ITAJUIPE	01	01
	ITAJUIPE	01	01
	ITAMARI	02	02
	ITANHÉM	01	01
	ITORORÓ	01	01
	ITUBERÁ	01	01
	JITAÚNA	01	00
	JUSSARI	01	01
	LAJE	01	01
	MARAÚ	01	01
MASCOTE	01	01	
MEDEIROS NETO	01	01	
MUTUIPE	01	01	
PAU BRASIL	02	02	
PORTO SEGURO	01	01	
SALVADOR	01	01	
SANTA LUZIA	01	01	



QUADRO A.7.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
	SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ	01	01
	TAPEROÁ	01	01
	TEIXEIRA DE FREITAS	01	01
	TEOLÂNDIA	01	01
	UBAITABA	01	00
	UBATÃ	01	00
	UNA	02	02
	URUÇUCA	01	01
	VALENÇA	02	04
	<b>UF 2 MATO GROSSO</b>	<b>00</b>	<b>00</b>
	ALTA FLORESTA	04	04
	ARIQUEMES	02	02
	BURITIS	01	01
	CACAULÂNDIA	01	01
	CACOAL	02	02
	CAMPO NOVO DE RONDÔNIA	01	01
	COLORADO DO OESTE	01	01
	JARU	01	01
	JI PARANÁ	01	01
	MACHADINHO DO OESTE	01	01
	MIRANTE DA SERRA	01	01
	OURO PRETO DO OESTE	02	02
	PARANAÍTA	03	03
	PORTO VELHO	01	01
	RONDÔNIA	16	17
	URUPÁ	01	02
	<b>UF 3 ESPÍRITO SANTO</b>	<b>00</b>	<b>00</b>
	LINHARES	02	02
	<b>UF 4 RONDÔNIA</b>	<b>00</b>	<b>00</b>
	ARIQUEMES	02	02
	BURITIS	01	01
	CACAULÂNDIA	01	01
	CACOAL	02	02
	CAMPO NOVO DE RONDÔNIA	01	01
	COLORADO DO OESTE	01	01
	JARU	01	01
	JI PARANÁ	01	01
	MACHADINHO DO OESTE	01	01
	MIRANTE DA SERRA	01	01
	OURO PRETO DO OESTE	02	02
	PORTO VELHO	01	01
	URUPÁ	01	02
	<b>UF AMAZONAS</b>	<b>00</b>	<b>00</b>
	ITACOATIARA	01	01
	MANAUS	01	01
	<b>UF - PARÁ</b>	<b>84</b>	<b>84</b>



QUADRO A.7.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
	ACARÁ	01	01
	ALENQUER	01	01
	ALTAMIRA	04	04
	ANANINDEUA	01	01
	BELÉM	01	01
	BENEVIDES	01	01
	BRASIL NOVO	03	03
	CAMETÁ	02	02
	CASTANHAL	01	01
	ITAITUBA	04	04
	MEDICILÂNDIA	39	39
	NOVO REPARTIMENTO	01	01
	PRAINHA	01	01
	RURÓPOLIS	04	04
	SANTA IZABEL	01	01
	TOMÉ-AÇU	11	11
	TRAIRÃO	01	01
	TUCUMÃ	01	01
	URUARÁ	06	06
	UF – MARANHÃO	00	00
	SANTA INES	01	01
Subtotal Brasil		283	286
EXTERIOR	Não há ocorrência para registro	00	00
Subtotal Exterior		00	00
Total (Brasil + Exterior)		283	286

Fonte: DIRET/CEPLAC

## 7.2.2 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

QUADRO A.7.2 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	UF 1 Pará	01	01
	São Felix do Xingu	01	01
Subtotal Brasil		01	01
EXTERIOR	PAÍS 1	00	00
Subtotal Exterior		00	00
Total (Brasil + Exterior)		01	01

Fonte: SUEPA/CEPLAC



### 7.2.3 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ

QUADRO A.7.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
130.122	3393.00003.500-4	07	4	1.869.163,06	Não houve	0,00	0,00	0,00
130.122	3573.00164.500-9	21	4	18.448.971,92	Não houve	0,00	0,00	0,00
130.122	3715.00011.500-1	10	5	653.917,15	Não houve	0,00	0,00	0,00
130.122	3849.00461.500-0	15	4	1.249.448,00	Não houve	0,00	0,00	0,00
130.122	357300164.500-9	21	4	0,00	0101.2000	18.448.971,92	0,00	730.128,21
130.125	5663 00036.500-2	15	3	0,00	01/11/2001	183.279,36	0,00	0,00
130.125	5660 00037.500-8	15	3	0,00	01/01/2000	1.129.911,54	0,00	5.216,60
130.127	025500695.500-2	15	3	0,00	28.07.2005	44.398.844,16	0,00	0,00
130.127	024100033.500-2	15	3	0,00	28.07.2005	210.117,39	0,00	0,00
130.128	0003.00252.500-8	11	3	0,00	31/07/2012	2.188.321,84	0,00	17.909,00
130.128	0004.00005.500-2	11	3	0,00	31/07/2012	187.915,45	0,00	0,00
130.128	0005.00052.500-7	11	3	0,00	31/07/2012	237.022,88	0,00	0,00
130.128	0007.00065.500-4	11	3	0,00	31/07/2012	524.219,71	0,00	0,00
130.128	0007.00080.500-6	11	5	0,00	31/07/2012	624.621,75	0,00	0,00
130.128	0009.00033.500-6	11	3	0,00	31/07/2012	370.918,54	0,00	0,00



QUADRO A.7.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
130.128	0009.00058.500-2	11	3	0,00	31/07/2012	448.114,54	0,00	375,00
130.128	0015.00034.500-6	11	4	0,00	31/07/2012	436.349,90	0,00	0,00
130.128	0023.00058.500-8	11	4	0,00	31/07/2012	146.099,20	0,00	0,00
130.128	0039.00054.500-2	11	3	0,00	31/07/2012	164.622,84	0,00	0,00
130.128	0677.00002.500-0	11	5	0,00	31/07/2012	96.155,80	0,00	0,00
130.128	0679.00002.500-6	11	4	0,00	31/07/2012	164.954,85	0,00	0,00
130.128	0697.00002.500-4	11	3	0,00	31/07/2012	182.616,68	0,00	1.620,00
130.128	0977.00055.500-8	11	5	0,00	31/07/2012	169.468,33	0,00	0,00
130.128	0017.00056.500-2	11	5	0,00	31/07/2012	230.597,22	0,00	0,00
130.128	0017.00057.500-8	11	5	0,00	31/07/2012	2.841.894,41	0,00	10.381,00
130.129	8987.00037.500-0	05	5	0,00	20/04/2010	232.064,38	0,00	0,00
130.129	8987 00043.500-3	21	4	0,00	26/05/2009	416.924,27	0,00	0,00
130.129	8987 00044.500-9	21	3	0,00	06/11/2011	402.590,91	0,00	0,00
130.129	8987 00119.500-6	05	4	0,00	28/05/2009	241.368,00	0,00	0,00
130.129	9885 00006.500-4	05	4	0,00	16/01/2006	84.364,76	0,00	0,00
130.129	9885 00007.500-0	05	4	0,00	16/01/2006	103.633,23	0,00	0,00
130.129	9885 00008.500-5	05	4	0,00	16/01/2006	64.907,19	0,00	0,00
130.132	3073.00003.500-0	11	3	0,00	07/07/2010	138.234,78	0,00	0,00



QUADRO A.7.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
130.132	3073.00004.500-6	11	4	199.318,07	07/07/10	427.979,97	0,00	0,00
130.132	3117.00014.500-6	13	4	398.002,32	23/04/10	1.228.429,40	0,00	0,00
130.132	3311.00002.500-4	11	4	38.194,08	18/08/10	100.612,59	0,00	0,00
130.132	3361.00002.500-0	11	4	53.751,56	18/08/10	135.481,75	0,00	0,00
130.132	3365.00003.500-9	11	4	159.287,52	09/11/10	164.983,90	0,00	0,00
130.132	3365.00004.500-4	11	4	27.070,44	09/11/10	106.202,00	0,00	0,00
130.132	3415.00005.500-0	11	4	75.836,00	08/12/10	343.960,44	0,00	0,00
130.132	3519.00002.500-2	11	4	43.014,76	09/11/10	105.113,48	0,00	0,00
130.132	3523.00043.500-4	11	4	293.973,76	24/07/10	872.361,21	0,00	0,00
130.132	3523.00044.500-0	11	6	191.410,24	24/07/10	277.776,06	0,00	0,00
130.132	3529.00002.500-0	11	4	4.967,63	18/08/10	24.441,52	0,00	0,00
130.132	3541.00004.500-0	11	4	138.233,95	09/11/10	314.650,02	0,00	0,00
130.132	3555.00003.500-4	11	4	37.013,58	30/04/10	379.174,03	0,00	0,00
130.132	3557.00002.500-5	11	6	14.690,61	16/10/10	63.771,30	0,00	0,00
130.132	3559.00002.500-1	11	4	73.563,22	18/09/10	172.722,16	0,00	0,00
130.132	3573.00165.500-4	11	4	4.608.541,40	16/04/10	8.607.224,02	0,00	0,00
130.132	3605.00002.500-9	11	4	185.531,89	18/08/10	375.201,45	0,00	0,00



QUADRO A.7.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
130.132	3611.00003.500-9	11	4	138.884,24	09/11/10	267.649,15	0,00	0,00
130.132	3613.00011.500-9	4	4	49.213,02	-	0,00	0,00	0,00
130.132	3615.00003.500-1	11	6	20.600,94	25/08/10	44.028,06	0,00	0,00
130.132	3615.00004.500-7	11	3	105.207,30	25/08/10	244.873,05	0,00	0,00
130.132	3621.00003.500-6	11	4	71.248,60	16/10/10	178.363,30	0,00	0,00
130.132	3643.00003.500-7	11	3	2.458,96	10/11/10	11.200,00	0,00	0,00
130.132	3647.00005.500-0	11	4	157.524,75	09/11/10	411.659,46	0,00	0,00
130.132	3667.00002.500-9	13	4	70.847,20	18/08/10	338.517,05	0,00	0,00
130.132	3677.00002.500-6	11	4	43.640,10	02/12/10	143.497,79	0,00	0,00
130.132	3719.00002.500-5	11	6	171.128,78	07/07/10	231.888,14	0,00	0,00
130.132	3723.00004.500-4	11	4	68.687,66	13/10/10	193.172,25	0,00	0,00
130.132	3749.00002.500-7	11	4	70.859,11	02/12/10	435.917,25	0,00	0,00
130.132	3779.00003.500-4	05	6	89.631,08	05/07/10	43.534,25	0,00	0,00
130.132	3779.00004.500-0	11	4	83.895,75	05/07/10	179.072,65	0,00	0,00
130.132	3923.00003.500-1	11	4	79.799,05	02/12/10	158.821,10	0,00	0,00
130.132	3931.00002.500-7	11	4	90.072,00	07/12/10	488.349,13	0,00	0,00
130.132	3943.00002.500-0	13	4	161.362,24	27/04/10	708.537,72	0,00	0,00



QUADRO A.7.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
130.132	3945.00003.500-2	13	4	74.421,85	27/04/10	536.346,45	0,00	0,00
130.132	3953.00005.500-4	11	4	101.502,20	23/04/10	331.740,05	0,00	0,00
130.132	3957.00011.500-0	05	6	175.581,09	02/12/10	158.373,09	0,00	0,00
130.132	3957.00012.500-5	11	4	186.681,90	02/12/10	820.759,31	0,00	0,00
130.132	3987.00002.500-2	11	4	155.517,40	-	0,00	0,00	0,00
130.132	3993.00009.500-5	11	4	335.883,80	13/10/10	1.788.282,63	0,00	0,00
130.133	394900017.500-1	21	4	0,00	01.01.2000	4.378,17	0,00	0,00
130.133	394900016.500-6	21	4	0,00	01.01.2000	1.506.576,21	0,00	119.533,14
130.133	388900002.500-2	21	4	0,00	01.01.2000	1.058.342,42	0,00	121.882,37
130.133	380700023.500-2	21	4	0,00	01.01.2000	1.284.001,78	0,00	7.213,28
130.133	361100004.500-4	21	4	0,00	01.01.2000	622.099,61	0,00	3.800,00
130.133	342500013.500-0	21	4	0,00	01.01.2000	452.432,51	0,00	0,00
130.133	342500012.500-5	21	4	0,00	01.01.2000	239.200,00	0,00	0,00
130.133	336700011.500-9	21	4	0,00	01.01.2000	1.123.021,70	0,00	3.250,00
130.133	327900002.500-7	21	4	0,00	01.01.2000	1.490.197,45	0,00	220.500,52
130.133	326900002.500-7	21	4	0,00	01.01.2000	306.104,51	0,00	0,00



PODER EXECUTIVO  
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



119

**8 PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.**



## 8.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

QUADRO A.8.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	
Quesitos a serem avaliados	
<b>1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:</b>	
<input type="checkbox"/>	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
<input checked="" type="checkbox"/>	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
<input type="checkbox"/>	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
<input type="checkbox"/>	Designou formalmente um comitê de TI para <b>auxiliá-la nas decisões</b> relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
<input type="checkbox"/>	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
<b>2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:</b>	
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
<input type="checkbox"/>	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
<input type="checkbox"/>	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
<input type="checkbox"/>	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
<b>3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:</b>	
<input type="checkbox"/>	Auditoria de governança de TI.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de sistemas de informação.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de segurança da informação.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de contratos de TI.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de dados.
<input type="checkbox"/>	Outra(s). Qual(is)? _____
<input type="checkbox"/>	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
<b>4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congêneres:</b>	
<input checked="" type="checkbox"/>	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
<input type="checkbox"/>	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
<input type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
<input type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
<input type="checkbox"/>	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.



QUADRO A.8.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	
Quesitos a serem avaliados	
<input type="checkbox"/>	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
<input type="checkbox"/>	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
<input type="checkbox"/>	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
<input type="checkbox"/>	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
<input type="checkbox"/>	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
<input type="checkbox"/>	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI:
<b>5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:</b>	
<input checked="" type="checkbox"/>	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
<input checked="" type="checkbox"/>	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
<input type="checkbox"/>	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
<b>6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:</b>	
<input type="checkbox"/>	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
<input type="checkbox"/>	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
<input type="checkbox"/>	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
<input type="checkbox"/>	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
<b>7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre</b>	
<input type="checkbox"/>	(3) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
<input type="checkbox"/>	(3) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
<input type="checkbox"/>	(3) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
<input type="checkbox"/>	(3) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
<input type="checkbox"/>	(1) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
<input type="checkbox"/>	(1) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
<b>8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)</b>	
<input type="checkbox"/>	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
<input type="checkbox"/>	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
<input type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<b>9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?</b>	
<input type="checkbox"/>	Entre 1 e 40%.
<input type="checkbox"/>	Entre 41 e 60%.
<input type="checkbox"/>	Acima de 60%.
<input checked="" type="checkbox"/>	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
<b>Comentários</b>	
<b>Questão 1</b>	
<u>Plano Estratégico</u> – em 2012 a CEPLAC desenvolveu o Plano de Gestão Estratégica no qual consta o “ <i>Projeto BA-41 - Plano Diretor de Tecnologia de Informação</i> ” que está em fase de início de desenvolvimento.	
<u>Comitê de TI</u> – em 2012 foi iniciado processo para criação do Comitê de TI, cujo processo encontra-se na Secretaria Executiva do MAPA.	
<b>Questão 4</b>	
<u>PDTI</u> – a CEPLAC está em fase de contratação de consultoria externa para elaboração de PDTI, em consonância com o “ <i>Projeto BA-41 - Plano Diretor de Tecnologia de Informação</i> ” do Plano de Gestão Estratégica da Instituição.	



QUADRO A.8.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

**Quesitos a serem avaliados**

**Questão 7**

Contratação para Desenvolvimento de Software – todo software em uso foi desenvolvido internamente, exceto sistemas proprietários como Antivírus, Sistemas Operacionais e Pacotes de Escritório (Planilhas de Cálculo e Editores de Texto).

**Fonte:** DIRET/CEPLAC

## 8.2 Análise Crítica

Com a finalidade de suprir as necessidades e carência acima identificadas, projeto para criação do Comitê Gestor de Informática foi apresentado à Secretaria Executiva do MAPA, onde está até a presente data. Desse passo será possível definir grupo que conduzirá diagnóstico que norteará as decisões acerca da elaboração do PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação.

A partir daí serão criados sistemas de gerenciamento das ações de responsabilidade da CEPLAC, que substituirão os atuais e oferecerão condições dos gestores acompanharem e controlarem as atividades das diversas unidades nos seis Estados.

**Fonte:** SEPRO/SUEBA/CEPLAC



PODER EXECUTIVO  
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



123

**9 PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.**



## 9.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

QUADRO A.9.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <ul style="list-style-type: none"><li>Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?</li></ul>			X		
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis). Os produtos catalogados pelo MPOG, já remetem a uma especificação com aplicabilidade da sustentabilidade em alguns casos.				X	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <ul style="list-style-type: none"><li>Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?</li></ul>			X		
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <ul style="list-style-type: none"><li>Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? Economia de água e energia, ainda não mensurada, em função da inexistência de ferramenta.</li></ul>				X	
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <ul style="list-style-type: none"><li>Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?</li></ul>			X		
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <ul style="list-style-type: none"><li>Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?</li></ul>					X
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <ul style="list-style-type: none"><li>Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? Não em decorrência de exigência legal.</li></ul>			X		
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.				X	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					X



Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.		X			
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? Orientação para que a empresa de limpeza e manutenção utilize energia e água apenas o necessário, inclusive não desligando todos os aparelhos e lâmpadas após o serviço.	X				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	X				
Considerações Gerais: A partir de definições de rotina para a gestão de compras serão implementadas ações voltadas a promover gestão de processos licitatórios voltados para a sustentabilidade.					

Fonte: NUMAP/DIAO/SUEBA

## 9.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

QUADRO A.9.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Valores em R\$ 1,00

Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
Não há ocorrência.						
Recurso Consumido UG 130010	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	311	292	272	3.421,00	2.920,00	2.448,00
Água	5077	5849	6538	80.010,52	58.535,90	45.350,41
Energia Elétrica	(*)	(*)	(*)	105.421,09	111.309,42	99.039,98
			<b>Total</b>	190.864,61	174.776,32	148.848,39
Não há ocorrência.						
Recurso Consumido UG 130122	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	2300	3513	2750	12.195,00	13.701,48	12.537,50
Água	30	41	40,6	12.585,00	17.649,25	20.337,80
Energia Elétrica	(*)	(*)	(*)	958.336,90	883.892,62	846.313,33
			<b>Total</b>	983.116,90	915.243,35	879.188,63
Recurso Consumido UG 130132	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	905	1.144	1.265	8.491,44	12.143,32	12.756,80
Água	8.524	8.695	7.480	134.971,88	108.700,33	116.028,51
Energia Elétrica	278.812	460.792	452.490	301.538,01	308.249,63	298.539,70



			Total	445.001,33	429.093,48	427.325,01
Recurso Consumido UG 130133	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	600	485	1.650	5.034,00	4.069,15	17.588,00
Água	438	973	893	3.754,93	8.337,56	7.651,61
Energia Elétrica	245.923	218.745	221.976	129.995,07	115.628,84	117.336,70
			<b>Total</b>	138.784,00	128.035,55	142.576,31
Recurso Consumido 130.129	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	76	58	45	904,00	609,00	315,00
Água	233.28	222.25	121.90	982,15	864,58	448,60
Energia Elétrica	53.528,86	51.604.56	44.795.43	22.396,21	22.526,94	17.292,38
			<b>Total</b>	24.282,36	24.000,52	18.055,98
Recurso Consumido UG 130128	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	474	572	1.255	5.982,82	5.161,82	13.397,38
Água	1.750	1.222	1.510	23.415,33	15.118,34	19.718,00
Energia Elétrica	30.5576,00	310.517,00	325.983,00	143.864,51	130.944,81	133.490,68
			<b>Total</b>	173.262,66	151.224,97	166.606,06
Recurso Consumido UG 130.125	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	60	55	55	600,00	550,00	550,00
Água	2.746	3.330	4.000	5.272,95	6.160,10	6.995,81
Energia Elétrica	91.430	77.200	84.150	44.798,91	37.797,18	42.072,35
			<b>Total</b>	50.671,86	44.507,28	49.068,16
Recurso Consumido 130.127	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	90	80	75	1.080,00	880,00	787,50
Água	(*)	100	120	(*)	716,00	840,00
Energia Elétrica	4245	12.787	17.213	1.431,83	4.125,57	6.443,71
			<b>Total</b>	2.511,83	5.721,57	8.071,21
Recurso Consumido 130.126	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	(*)	(*)	(*)	1.487,92	1.659,97	8.043,72
Água	(*)	(*)	(*)	6.135,00	6.000,00	6.000,00
Energia Elétrica	(*)	(*)	(*)	338.408,29	317.252,69	333.992,00
			<b>Total</b>	346.031,21	324.912,66	348.035,72
Recurso Consumido 130134	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010



Papel	(*)	(*)	(*)	6.009,23	4.154,80	7.166,77
Água	(*)	(*)	(*)	448,00	929,95	536,56
Energia Elétrica	(*)	(*)	(*)	0,00	0,00	0,00
			<b>Total</b>	6.457,23	5.084,75	7.703,33
<b>Recurso Consumido UG 130.135</b>	<b>Quantidade</b>			<b>Valor</b>		
	<b>Exercícios</b>					
	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Papel	(*)	(*)	(*)	0,00	1.599,60	2.596,86
Água	(*)	(*)	(*)	209,95	210,45	308,30
Energia Elétrica	(*)	(*)	(*)	0,00	0,00	0,00
			<b>Total</b>	209,95	1.840,05	2.905,16
<b>Recurso Consumido UG 130.129</b>	<b>Quantidade</b>			<b>Valor</b>		
	<b>Exercícios</b>					
	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Papel	76	58	45	904,00	609,00	315,00
Água	233.28	222.25	121.90	982,15	864,58	448,60
Energia Elétrica	53.528,86	51.604.56	44.795.43	22.396,21	22.526,94	17.292,38
			<b>Total</b>	24.282,36	24.000,52	18.055,98

Fonte:UGS CEPLAC

(\*) Dado não informado pela unidade.



PODER EXECUTIVO  
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



128

**10 PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.**



## 10.1 Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício

OBS – Não houve ocorrência para registro neste item.

### 10.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

OBS – Não houve ocorrência para registro neste item

### 10.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

OBS – Não houve ocorrência para registro neste item

## 10.1.3 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira			18
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	201203408	1.1.1.1	Ofício 2.440/2012/DRAGR/DR/SFC/CGU-PR
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Superintendência de Desenvolvimento Regional no Estado da Bahia			3754
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Estudar meios de viabilizar o rateio das despesas com digitalização de documentos, uma vez que o sistema de arquivamento abrange todas as regionais da CEPLAC			
Providências Adotadas			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria da CEPLAC			18
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
A UG-130122 já é a unidade responsável pelo Arquivo Central do órgão, quanto ao rateio das despesas não é necessário, visto que as mesas já fazem parte da programação orçamentária da Ceplac			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Nenhuma ação a ser implementada			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Nada a acrescentar			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	201203408	1.1.1.2	Ofício



Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira			18
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
			2.440/2012/DRAGR/DR/SFC/CGU-PR
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Superintendência de Desenvolvimento Regional no Estado da Bahia			3754
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Efetuar reavaliação de bens e apresentar à Associação dos Funcionários da Ceplac, para que a mesma opte pelos custos da retirada dos bens ou de ressarcimento dos mesmos. Neste último caso, efetuar a baixa dos mesmos do patrimônio da unidade.			
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>			
Superintendência de Desenvolvimento Regional no Estado da Bahia			3754
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Conforme Termo de Transferência Interna número 0225/2008, de 26/12/2008 os bens já foram devolvidos para o Núcleo de materiais da CEPLAC.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Nenhuma ação a ser implementada			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Nada a acrescentar			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
03	201203408	1.1.1.1 – Constatação 18	Ofício 2.440/2012/DRAGR/DR/SFC/CGU-PR
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Superintendência de Desenvolvimento Regional no Estado da Bahia			3754
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Realizar estudo da real necessidade de vigilância armada em seus estabelecimentos e caso conclua se a mesma imprescindível deverá promover a terceirização de tais serviços, desfazendo-se de todo o armamento e utensílios correspondentes, de acordo com os procedimentos previstos na Lei 10.826 de 22 de dezembro de 2003 e na MP 419 de 31 de janeiro de 2008; segundo ao mesmo tempo em que executa aquelas medidas, a auditoria recomenda que seja feito o levantamento do efetivo de vigilantes armados, submetendo à apreciação jurídica para avaliação das medidas a serem adotadas.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Superintendência de Desenvolvimento Regional no Estado da Bahia			3754
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
As recomendações foram atendidas e o processo de licitação encontra-se em andamento			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Não há elementos para estes resultados			



Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira			18
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Nada a acrescentar			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
04	201203408	1.1.1.1	Ofício 2.440/2012/DRAGR/DR/SFC/CGU-PR
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Coordenação Geral de Gestão Estratégica			52.660
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Implementar sistema de comunicação interna, atentando para o compartilhamento das informações consideradas sensíveis, bem como adotar medidas para sanar deficiências dos controles administrativos, sobretudo no acompanhamento e monitoramento do órgão de controle.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Coordenação Geral de Gestão Estratégica			52.660
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Foi estabelecido o dia 10 de cada mês para que as unidades informem os dados para a CGGE que tem até o dia 15 para a consolidação das informações.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Apesar do prazo estabelecido, foi sempre necessário a participação constante dos servidores da CGGE para o fechamento dos sistemas gerenciais			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Na implantação do novo regimento da Ceplac e efetiva execução do Plano de Gestão Estratégica da Ceplac, será estabelecido um novo sistema de comunicação interna			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
05	201203408	1.1.1.1 Constatação (18)	Ofício 2.440/2012/DRAGR/DR/SFC/CGU-PR
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira			18
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Apresentar o Plano de Providências Permanente com as providências adotadas pela CEPLAC visando atender as recomendações contidas na Nota Técnica nº 160/DRAGR/DR/SFC/CGU-PR, de 21 de janeiro de 2011.			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira			18
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Na Portaria 835, de 17/10/2012 foi nomeada comissão para acompanhamento das providências adotadas pela Ceplac.			



Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira			18
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Foi enviado à CGU/PR um relatório atualizado em 22 de janeiro 2013. Ofício 06/2013/CGAF/DIRET/CEPLAC.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Foi identificado que a troca de gestores em consequência de mudanças de diretoria da Ceplac, provoca descontinuidades de ações corretivas ou providências necessárias.			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
06	201203408	1.1.2.1 Constatação (14)	Ofício 2.440/2012/DRAGR/DR/SFC/CGU-PR
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira			18
<b>Descrição da Recomendação</b>			
A unidade deverá adotar providências para obter cópias das Declarações de Bens e Rendas ou autorizações para acesso eletrônicos às declarações			
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Superintendência Regional da Bahia e Espírito Santo			3754
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
A DGP/CEPLAC expediu memorando circular para todas as superintendências e gerências orientando neste sentido.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Atendido. Foi enviado à CGU/PR um relatório atualizado em 22 de janeiro 2013			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Resultado final será avaliado no decorrer do ano de 2013.			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
07	201203408	1.1.2.3 Constatação (30)	Ofício 2.440/2012/DRAGR/DR/SFC/CGU-PR
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira			18
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Designar formalmente e por exercício, um servidor ou equipe de servidores para elaboração do Relatório Gestor e organização do Processo de Contas, quando for o caso.			
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira			18
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Memorando Circular nº 582/2012/CGAF/DIRET encaminhado às Superintendências e Gerências solicitando a indicação de servidor para compor equipe multidisciplinar resultando na Portaria DIRET/CEPLAC 08/2013			



Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira			18
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Atendido.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
A designação da comissão propiciou direcionamento de ações e responsabilidades para cada um dos envolvidos.			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
08	201203408	1.1.3.1 Constatação (11)	Ofício 2.440/2012/DRAGR/DR/SFC/CGU-PR
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira			18
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Reavaliar os controles administrativos e elaboração de normas internas definindo as rotinas de registro e controles de Restos a Pagar, evitando a inscrição se forma automática sem uma análise criteriosa.			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira			18
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
A SNT criou rotina de procedimentos para inscrições em Restos a Pagar a partir de 2012/2013, coma as transações no SIAFI: ATURNERP, CONRNERP, REGINDRP e CONINDRP, sob a responsabilidade do ordenador de despesas de cada UG.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Rotina foi obedecida.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Não houve dificuldade, entende-se que diante da ação da STN, foi uma providência necessária a nível de todas as unidades do Governo Federal.			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
09	201203408	1.1.4.1 Constatação (3)	Ofício 2.440/2012/DRAGR/DR/SFC/CGU-PR
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira			18
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Adotar mecanismos de controle interno (tipo check list) para revisão de lançamentos efetivados no SIAPE e apresentar providências quando ao registro de servidores cedidos que não registraram o valor da remuneração do outro órgão no SIAPE.			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira			18



Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira			18
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
A revisão dos lançamentos no SIAPE é realizada através da transação ADCOLOG, implantado a partir de 01/09/2012 e todos os servidores cedidos e citados pelo relatório de auditoria foram cedidos com ônus para a CEPLAC			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Rotina Implantada.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Nada a acrescentar			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
10	201203408	1.1.5.1 Constatação (7)	Ofício 2.440/2012/DRAGR/DR/SFC/CGU-PR
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira			18
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Proceder reformulação da estrutura, disseminando o conhecimento aos responsáveis pela área de licitação e contratos sobre a obrigatoriedade de manter o SIASG atualizado.			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira			18
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Foi realizado treinamento a servidores das administração, habilitando-os para operação do SIASG			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Atendido. Devido à data de início dos contratos vigentes, todos em andamento há mais de um ano e conforme regras do SIASG não foi possível atualização das informações pertinentes.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Apesar de diversas tentativas do servidor responsável, mesmo com a ajuda de servidores do MAPA, não foi encontrada solução para lançamentos dos contratos antigos. A unidade tomará providências para atender os procedimentos nos novos contratos.			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
11	201203408	2.1.1.1 Constatação (10)	Ofício 2.440/2012/DRAGR/DR/SFC/CGU-PR
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira			18
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Reavaliar os imóveis localizados em Buerarema, Ilhéus e Salvador e atualizar o sistema SPIUnet.			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Superintendência de Desenvolvimento Regional no Estado da Bahia			3754



<b>Unidade Jurisdicionada</b>				
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>	
Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira			18	
<b>Recomendações do OCI</b>				
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>				
<b>Síntese da Providência Adotada</b>				
Não foi realizada avaliação em decorrência de falta de ferramenta.				
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>				
Prejudicado em função do item anterior.				
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>				
A inexistência da ferramenta para o fim deixa o gestor impossibilitado de avaliar os bens.				
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>	
12	201203408	3.1.1.1 Constatação (7)	Ofício 2.440/2012/DRAGR/DR/SFC/CGU-PR	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>	
Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira			18	
<b>Descrição da Recomendação</b>				
Solicitar apresentação de controle de entrega de Declaração de Bens e Rendas aos órgãos que possuem servidores cedidos pela CEPLAC.				
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>				<b>Código SIORG</b>
Superintendência de Desenvolvimento Regional no Estado da Bahia				3754
<b>Síntese da Providência Adotada</b>				
Solicitação realizada				
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>				
Pronto atendimento				
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>				
Nada a acrescentar				
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>	
13	201203408	4.1.1.1 Constatação (18)	Ofício 2.440/2012/DRAGR/DR/SFC/CGU-PR	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>	
Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira			18	
<b>Descrição da Recomendação</b>				
Contratação de empresa por preço superior ao de licitantes desclassificados sem suporte documental, aplicação de sanções a empresas que venceram e não cumpriram cláusulas do Edital sem apresentar fundamento plausível				
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>				<b>Código SIORG</b>
Superintendência de Desenvolvimento Regional no Estado da Bahia				3754
<b>Síntese da Providência Adotada</b>				
A partir das recomendações da CGU, ações saneadoras foram realizadas visando corrigir impropriedades identificadas.				



Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira			18
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Saneamento dos processos de aquisição e quando de toda a documentação pertinente.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Todas as providências possíveis foram realizadas.			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
14	201203408	4.1.1.1 Constatação (18)	Ofício 2.440/2012/DRAGR/DR/SFC/CGU-PR
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira			18
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Planejar licitações para evitar fracionamento de despesas por meio de dispensa de licitação.			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Superintendência de Desenvolvimento Regional no Estado da Bahia			3754
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Os setores de compras das três unidades da Sede Regional da Bahia passarão a planejar suas compras de forma conjunta objetivando evitar o fracionamento de despesas, até a que haja a centralização das UG's em um único ambiente, definitivamente. Relatório conclusivo sobre a unificação das UG's da Bahia foi anexado ao relatório enviado a CGU em 22 de janeiro de 2012. Ofício 06/2013/CGAF/DIRET/CEPLAC.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Evitar o fracionamento de despesa na superintendência da Bahia			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Atendida. Nenhuma dificuldade encontrada.			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
15	201203408	4.2.1.1 – Constatação 5	Ofício 2.440/2012/DRAGR/DR/SFC/CGU-PR
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Superintendência de Desenvolvimento Regional no Estado Da Bahia			3754
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Proceder descrição precisa dos serviços/produtos a serem contratados.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Superintendência de Desenvolvimento Regional no Estado Da Bahia			3754
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
O gestor apresentou justificativas e assumiu compromisso de sanar as deficiências na instrução dos processos. A partir desta recomendações, ações saneadoras foram iniciadas, visando corrigir as impropriedades identificadas.			



Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira			18
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Processos melhores documentados			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Atendida. Nada a acrescentar			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
16	201203408	6.1.1.1 – Constatação 9	Ofício 2.440/2012/DRAGR/DR/SFC/CGU-PR
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Superintendência de Desenvolvimento Regional no Estado da Bahia			3754
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Fazer gestão à Superintendência do Patrimônio da União na Bahia – SPU/BA visando regularizar a situação dos imóveis na Unidade para que seja possível mantê-los atualizados no sistema SPIUnet avaliando-os a cada dois anos, conforme determina a legislação.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Superintendência de Desenvolvimento Regional no Estado da Bahia			3754
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Os 63 imóveis sob a responsabilidade da unidade, foram reavaliados em 2010/2011 e os processos encaminhados a SPU/BA para atualização do SPIUnet. 22 imóveis foram transferidos para a SPU UG 170.083 em atendimento à solicitação daquele órgão. Dos 22 transferidos 04 imóveis, já atualizados retornaram ao acerto da UG 130132.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Atendida. Procedimentos estão sendo realizados de forma continuada.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
No caso específico do imóvel citado no RIP 3957.00013.500-0, verificou-se que o valor não corresponde quando é acessado no sistema SPIUnet, porém ao acessarmos o RIP de utilização 3957.000007-8, o valor encontra-se em conformidade com o SIAFI.			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
17	201203408	8.1.1.1 – Constatação 4	Ofício 2.440/2012/DRAGR/DR/SFC/CGU-PR
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Superintendência de Desenvolvimento Regional no Estado da Bahia			3754
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Amparar os processos de dispensa e inexigibilidade de licitação com pareceres dos setores técnicos e jurídicos, quando couber.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>



Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira			18
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
Superintendência de Desenvolvimento Regional no Estado da Bahia			3754
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
As recomendações foram atendidas.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Processos com a documentação devida.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Nada a acrescentar			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
18	201203408	8.1.1.1 – Constatação 4	Ofício 2.440/2012/DRAGR/DR/SFC/CGU-PR
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Superintendência de Desenvolvimento Regional no Estado da Bahia			3754
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Abster-se de utilizar processos de dispensa como artifício para manutenção de créditos orçamentários, buscando os meios legais existentes para tal fim.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Superintendência de Desenvolvimento Regional no Estado da Bahia			3754
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
As recomendações foram atendidas e as unidades não utilizarão emissão de empenhos sem a devida concretização dos processos.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Utilização de meios legais para manutenção de créditos orçamentários.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Nada a acrescentar			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
19	201203408	9.1.1.1 – Constatação 14	Ofício 2.440/2012/DRAGR/DR/SFC/CGU-PR
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Superintendência de Desenvolvimento Regional no Estado da Bahia			3754
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Que as aquisições por meio de cartão de pagamento que não se enquadrem nas atividades finalísticas das unidades, sejam realizadas em estabelecimentos atípicos e/ou ocorram em finais de semana na cidade da sede da unidade apresente justificativas anexas na prestação de contas.			



Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira			18
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Superintendência de Desenvolvimento Regional no Estado da Bahia			3754
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Adotaremos providências para que as compras com cartão de pagamento conforme citado na recomendação, tenham suas justificativas anexadas a prestação de contas.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Providência implantada			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Nada a acrescentar			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
20	201203408	9.1.1.1 – Constatação 14	Ofício 2.440/2012/DRAGR/DR/SFC/CGU-PR
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Superintendência de Desenvolvimento Regional no Estado da Bahia			3754
<b>Descrição da Recomendação</b>			
A reposição de valores gastos no fim de semana com aquisição de cartuchos para impressora.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Superintendência de Desenvolvimento Regional no Estado da Bahia			3754
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Não cabe reposição dos valores mencionados, considerando o seguinte: a) não houve dolo ou desvio de finalidade; b) o fato ocorrido foi esporádico, não sendo rotina desta unidade; c) os materiais foram atendidos para atender a Reunião de Avaliação dos projetos de pesquisa desenvolvidos pelo Centro de Pesquisas do Cacau, conforme <b>Ordem de Serviço CEPEC/CEPLAC, nº 18/2011.</b>			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Os supridos foram devidamente informados para não mais efetuarem compras nos finais de semana, com exceção dos servidores do cargo de motoristas quando em viagem a serviço do órgão. Foi emitido Memorando 338, de 06/09/2012 – CEPEC.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Atendida. Nada a acrescentar.			



### 10.1.4 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

QUADRO A.10.4 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira			18
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
04	201203408	1.1.1.1	Ofício 2.440/2012/DRAGR/DR/SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Coordenação Geral de Gestão Estratégica/DIRET			52.660
Descrição da Recomendação			
Implementar sistema de comunicação interna, atentando para o compartilhamento das informações consideradas sensíveis, bem como adotar medidas para sanar deficiências dos controles administrativos, sobretudo no acompanhamento e monitoramento do órgão de controle.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação Geral de Gestão Estratégica/DIRET			3457
Justificativa para o seu não Cumprimento			
A necessidade de ouvir todas as partes interessadas e a localização das unidades em cinco Estados foi determinante para que o prazo inicialmente definido não fosse cumprido.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A capilaridade das unidades e o envolvimento das partes interessadas no processo foi fator limitante para que o instrumento fosse concluído em menor tempo.			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira			18
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	201203408	2.1.1.1 Constatação (10)	Ofício 2.440/2012/DRAGR/DR/SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira			18
Descrição da Recomendação			
Reavaliar os imóveis localizados em Buerarema, Ilhéus e Salvador e atualizar o sistema SPIUnet.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Superintendência Regional da CEPLAC no Estado da Bahia			3457



<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>
Falta de ferramenta específica.
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>
A falta de PDTI foi decisiva para o não cumprimento da determinação.

---

---

## 10.2 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

---

---

OBS – Não há ocorrência para registro neste item.

---

---

## 10.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei n° 8.730/93

---

---



### 10.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

QUADRO A.10.5 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR.

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
<b>Autoridades</b> (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
<b>Cargos Eletivos</b>	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
<b>Funções Comissionadas</b> (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	45	22	67
	Entregaram a DBR	24	09	33
	Não cumpriram a obrigação	21	13	34

Fonte: SEPRO/SUEBA



---

### 1.1.1.1. Análise Crítica

---

- Providências adotadas pela UJ em relação às pessoas que não cumpriram a obrigação de entregar a DBR;
  - ✓ Foram disponibilizados formulários na intranet para que todos os servidores tivessem acesso aos mesmos. Concomitantemente foram expedidas correspondências para todas as Superintendências e Gerências, solicitando que a exigência legal fosse cumprida.
- Identificação da unidade interna (departamento, gerência, etc.) incumbida de gerenciar a recepção das DBR;
  - ✓ Divisão de Administração e Apoio Operacional da Superintendência de Desenvolvimento Regional no Estado da Bahia - UG 130.122, que detêm arquivos e demais informações de pessoas na CEPLAC.
- Existência ou não de sistema informatizado para esse gerenciamento;
  - ✓ Sim.
- Forma de recepção das DBR: se em papel ou se há sistemática de autorização eletrônica da autoridade ou servidor para acesso às informações constantes da base de dados da Receita Federal do Brasil, e como esse acesso se dá;
  - ✓ Para controle das entregas dos formulários foi desenvolvido um aplicativo no banco de dados access atualmente sob a responsabilidade da SEAP/DIAO/SUEBA/CEPALC, por meio do qual é controlada a entrega.
  - ✓ A autorização é formalizada em papel e arquivado no dossiê do servidor e lançado os dados em aplicativo digital específico.
- Realização ou não de algum tipo de análise, pela a UJ, das DBR com o intuito de identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida;
  - ✓ Não há registro de tal rotina.
- Forma de guarda das DBR diante da necessidade de preservação do sigilo fiscal das informações
  - ✓ É guardado no dossiê do servidor, que por sua vez fica em ambiente fechado.

---

## 10.4 Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

---

---

### 10.4.1 Modelo da Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

---



QUADRO A.10.6 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

**DECLARAÇÃO**

Eu, Antonio Siqueira Assreuy, CPF nº 102.062.641/00, **(Coordenador Geral de Administração e Finanças)**, exercido na **(130010 – CEPLAC/DIRET)** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 pelas Unidades Gestoras: 130008, 130122, 130132, 130133, 130126, 130031, 130134, 130135, 130136, 130128, 137043, 130125, 130129 estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores. Nas Unidades Gestoras 130010 e 130127 está em fase de implantação.

Brasília, 26 de março de 2013.

Antonio Siqueira Assreuy

102.062.641/00

Coordenador-Geral de Administração e Finanças

Ceplac-Diret



PODER EXECUTIVO  
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



145

**11 PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.**



## 11.1 Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

OBS – Esta ocorrência é de responsabilidade da Coordenação de Contabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

### 11.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos

Não há ferramenta disponibilizada pelo governo federal para atender o que solicita este item.

## 11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
<b>Denominação completa (UJ):</b>		<b>Código da UG:</b>	
Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira		130010	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBCT 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>a) 104 SALDOS ALONGADOS CONTAS TRANST. AT. PERMAN</li><li>b) 458 FALTA DE RECLASSIFICAÇÃO DESPESA SUPRIM. FUNDO</li><li>c) FALTA/ RESTRIÇÃO CONFORM. REGISTROS GESTÃO</li></ul> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local</b>	Brasília, DF	<b>Data</b>	31 de dezembro de 2012
<b>Contador Responsável</b>	Alberto Jeronimo Pereira	<b>CRC n.º</b>	006624/T-8 GO

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
<b>Denominação completa (UJ):</b>	<b>Código da UG:</b>
Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira	130031
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos</p>	



pela Lei n.º 4.320 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBCT 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

<b>Local</b>	Brasília, DF	<b>Data</b>	31 DE DEZEMBRO DE 2012
<b>Contador Responsável</b>	Alberto Jeronimo Pereira	<b>CRC n.º</b>	006624/T-8 GO

#### DECLARAÇÃO DO CONTADOR

<b>Denominação completa (UJ):</b>	<b>Código da UG:</b>
COMISSÃO EXEC. DO PLANO DA LAV. CACAUEIRA/ BA	1300122

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBCT 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

<b>Local</b>	Brasília, DF	<b>Data</b>	31 DE DEZEMBRO DE 2012
<b>Contador Responsável</b>	Alberto Jeronimo Pereira	<b>CRC n.º</b>	006624/T-8 GO

#### DECLARAÇÃO DO CONTADOR

<b>Denominação completa (UJ):</b>	<b>Código da UG:</b>
Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira	1300125

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBCT 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

<b>Local</b>	Brasília, DF	<b>Data</b>	31 DE DEZEMBRO DE 2012
<b>Contador Responsável</b>	Alberto Jeronimo Pereira	<b>CRC n.º</b>	006624/T-8 GO



DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
<b>Denominação completa (UJ):</b>		<b>Código da UG:</b>	
Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira		1300126	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBCT 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local</b>	Brasília, DF	<b>Data</b>	31 DE DEZEMBRO DE 2012
<b>Contador Responsável</b>	Alberto Jeronimo Pereira	<b>CRC n.º</b>	006624/T-8 GO

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
<b>Denominação completa (UJ):</b>		<b>Código da UG:</b>	
Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira		1300127	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBCT 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local</b>	Brasília, DF	<b>Data</b>	31 DE DEZEMBRO DE 2012
<b>Contador Responsável</b>	Alberto Jeronimo Pereira	<b>CRC n.º</b>	006624/T-8 GO



DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
<b>Denominação completa (UJ):</b>		<b>Código da UG:</b>	
Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira		1300128	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBCT 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local</b>	Brasília, DF	<b>Data</b>	31 DE DEZEMBRO DE 2012
<b>Contador Responsável</b>	Alberto Jeronimo Pereira	<b>CRC n.º</b>	006624/T-8 GO

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
<b>Denominação completa (UJ):</b>		<b>Código da UG:</b>	
Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira		1300129	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBCT 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>d) 458 FALTA DE RECLASSIFICAÇÃO DESPESA SUPRIM. FUNDO e) 951 FALTA/ RESTRIÇÃO CONFORM. REGISTROS-GESTÃO</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local</b>	Brasília, DF	<b>Data</b>	31 de dezembro de 2012
<b>Contador Responsável</b>	Alberto Jeronimo Pereira	<b>CRC n.º</b>	006624/T-8 GO



DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
<b>Denominação completa (UJ):</b>		<b>Código da UG:</b>	
Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira		1300132	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBCT 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>f) 104 SALDOS ALONGADOS CONTAS TRANST. AT. PERMAN. g) 470 DESPESA SEM AMPARO LEGAL</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local</b>	Brasília, DF	<b>Data</b>	31 de dezembro de 2012
<b>Contador Responsável</b>	Alberto Jeronimo Pereira	<b>CRC n.º</b>	006624/T-8 GO

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
<b>Denominação completa (UJ):</b>		<b>Código da UG:</b>	
Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira		1300133	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBCT 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>h) 465 FALTA COMPROVAÇÃO E PREST. CONTAS SUPR. FUNDOS</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local</b>	Brasília, DF	<b>Data</b>	31 de dezembro de 2012
<b>Contador Responsável</b>	Alberto Jeronimo Pereira	<b>CRC n.º</b>	006624/T-8 GO



DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
<b>Denominação completa (UJ):</b>		<b>Código da UG:</b>	
Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira		1300134	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBCT 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local</b>	Brasília, DF	<b>Data</b>	31 DE DEZEMBRO DE 2012
<b>Contador Responsável</b>	Alberto Jeronimo Pereira	<b>CRC n.º</b>	006624/T-8 GO

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
<b>Denominação completa (UJ):</b>		<b>Código da UG:</b>	
Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira		1300135	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBCT 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>i) 101 FALTA E/OU ATRASO DE REMESSA DO RMB j) 951 FALTA/RESTRICÇÃO CONFORM. REGISTROS-GESTÃO</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local</b>	Brasília, DF	<b>Data</b>	31 de dezembro de 2012
<b>Contador Responsável</b>	Alberto Jeronimo Pereira	<b>CRC n.º</b>	006624/T-8 GO



DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
<b>Denominação completa (UJ):</b>		<b>Código da UG:</b>	
Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira		1300136	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBCT 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>k) 458 FALTA DE RECLASSIFICAÇÃO DESPESA SUPRIM. FUNDO l) 465 FALTA COMPROVAÇÃO E PREST. CONTAS SUPR. FUNDOS</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local</b>	Brasília, DF	<b>Data</b>	31 de dezembro de 2012
<b>Contador Responsável</b>	Alberto Jeronimo Pereira	<b>CRC nº</b>	006624/T-8 GO

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
<b>Denominação completa (UJ):</b>		<b>Código da UG:</b>	
FUNDO GERAL DO CACAU		137003	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBCT 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>m) 951 FALTA/RESTRICÇÃO CONFORM. REGISTROS-GESTÃO</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local</b>	Brasília, DF	<b>Data</b>	31 de dezembro de 2012
<b>Contador Responsável</b>	Alberto Jeronimo Pereira	<b>CRC nº</b>	006624/T-8 GO



<b>DECLARAÇÃO DO CONTADOR</b>			
<b>Denominação completa (UJ):</b>		<b>Código da UG:</b>	
CEPLAC/ ARIQUEMES /RO		137043	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBCT 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>n) 951 FALTA/RESTRICÇÃO CONFORM. REGISTROS-GESTÃO</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local</b>	Brasília, DF	<b>Data</b>	31 de dezembro de 2012
<b>Contador Responsável</b>	Alberto Jeronimo Pereira	<b>CRC nº</b>	006624/T-8 GO

### 11.2.1 Declaração Plena

<b>DECLARAÇÃO DO CONTADOR</b>			
<b>Denominação completa (UJ):</b>		<b>Código da UG:</b>	
Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira		130031	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBCT 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local</b>	Brasília, DF	<b>Data</b>	31 DE DEZEMBRO DE 2012
<b>Contador Responsável</b>	Alberto Jeronimo Pereira	<b>CRC nº</b>	006624/T-8 GO



### 11.2.2 Declaração com Ressalva

QUADRO A.11.2 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
<b>Denominação completa (UJ):</b>		<b>Código da UG:</b>	
Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira		130010	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBCT 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>o) 104 SALDOS A LONGOS PRAZOS CONTAS TRANST. AT. PERMAN</li><li>p) 458 FALTA DE RECLASSIFICAÇÃO DESPESA SUPRIM. FUNDO</li><li>q) FALTA/ RESTRIÇÃO CONFORM. REGISTROS GESTÃO</li></ul> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local</b>	Brasília, DF	<b>Data</b>	31 de dezembro de 2012
<b>Contador Responsável</b>	Alberto Jeronimo Pereira	<b>CRC n.º</b>	006624/T-8 GO

### 11.3 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008

OBS – Não há ocorrência para registro neste item

### 11.4 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976

OBS – Não há ocorrência para registro neste item



---

---

## **11.5 Composição Acionária das Empresas Estatais**

---

---

OBS – Não há ocorrência para registro neste item

---

### **11.5.1 Composição Acionária do Capital Social como Investida**

---

---

OBS – Não há ocorrência para registro neste item

---

### **11.5.2 Composição Acionária da UJ como Investidora**

---

---

OBS – Não há ocorrência para registro neste item

---

---

## **11.6 Parecer da Auditoria Independente**

---

---

OBS – Não há ocorrência para registro neste item



**12 PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.**



---

## 12.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ

---

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

São significativos os resultados finalísticos reconhecidamente entregues à sociedade pela CEPLAC/MAPA. Tais resultados propiciaram, por exemplo, a efetiva redução da importação de cacau, em prol da balança comercial brasileira. Mais impactante ainda são os ganhos diretamente alcançados pelos produtores rurais oriundos das ações da CEPLAC, como a redução de danos à níveis econômicos que possibilitam a inicialmente inimaginável convivência com a praga conhecida como “vassoura de bruxas” e a recuperação da produção e da produtividade da cacauicultura nacional, após a sua introdução em 1989. São resultados obtidos através de décadas de pesquisas biotecnológicas, de programas de melhoramento genéticos e da difusão entre os produtores das regiões cacaueiras, de um grande portifolium de soluções tecnológicas agronômicas e florestais.

Há, no entanto, efetivas oportunidades de melhorias institucionais e dos seus instrumentos de gestão da CEPLAC/MAPA, especialmente em seus aspectos organizacionais, funcionais, institucionais e tecnológicos que podem gerar impactos positivos na governabilidade da CEPLAC, com previsíveis retornos ainda maiores para o público usuário destes serviços, especialmente os produtores rurais formados por médios e pequenos agricultores das regiões cacaueiras.

Tais melhorias institucionais necessitam compor um novo modelo de governança capaz de abranger todas as unidades do Órgão em seu modelo descentralizado, especialmente nos seis estados de atendimento ao público, em prol da adequada gestão de seus riscos institucionais e da garantia de plena conformidade às normas e padrões adotados na administração pública. A exemplo disto, a evolução das atribuições regimentais aparece como uma necessidade para a melhor coordenação das unidades descentralizadas da CEPLAC/MAPA, em prol da eficácia de suas ações.

Apesar dos esforços envidados para a efetivação de concurso público para a CEPLAC/MAPA não há ainda perspectiva de sua priorização e êxito. A redução dos quadros de pessoal administrativos e técnicos da CEPLAC constitui, no entanto, o seu principal ponto crítico de atenção. Após 26 (vinte e seis) anos sem concurso, a falta de sucessão já provoca interrupções de projetos técnicos estratégicos para o desenvolvimento rural sustentável das regiões cacaueiras, com especial impacto nas áreas de assistência técnica e de pesquisas agropecuárias. Além disto, a falta de sucessão de quadros no Órgão tem provocado também, e de modo geral, sérias dificuldades gerenciais e administrativas, com inevitáveis repercussões na gestão orçamentária, financeira e do efetivo cumprimento da função social do Órgão.

Heliton José Rocha  
Diretor Geral



# ANEXO

# RELATÓRIO AGREGADO

# UG 137.003



# MAPA – **CEPLAC** - DIRET

RELATÓRIO DE GESTÃO

**AGREGADO - UG - 137.003**

EXERCÍCIO

**2012**

BRASÍLIA – DF

MARÇO/2013



## SUMÁRIO

MAPA - <b>CEPLAC</b> - DIRET .....	159
RELATÓRIO DE GESTÃO .....	159
AGREGADO - UG - 137.003 .....	159
EXERCÍCIO .....	159
<b>2012</b>	<b>159</b>
BRASÍLIA - DF .....	159
MARÇO/2013.....	159
PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012 – CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO .....	161
1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.....	162
1.2 APRESENTAÇÃO .....	165
1.3 ROL DE RESPONSÁVEIS .....	166
QUADRO A.11.2 – DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	167



## **PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012 – CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO**



**1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.**



QUADRO A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO – RELATÓRIO DE GESTÃO AGREGADO

<b>Poder e Órgão de Vinculação</b>			
<b>Poder:</b> Executivo			
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA			<b>Código SIORG:</b> 26
<b>Identificação da Unidade Jurisdicionada agregadora</b>			
<b>Denominação completa:</b> COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA			
<b>Denominação abreviada:</b> CEPLAC			
<b>Código SIORG:</b> 18	<b>Código na LOA:</b> 22101.20	<b>Código SIAFI:</b> 137003	
<b>Situação:</b> ativa (Recebeu recursos no Exercício de 2012, oriundos de receitas próprias e repassou à conta Única do TN)			
<b>Natureza Jurídica:</b> Fundo			
<b>Principal Atividade:</b> 84.11-6/00 – Administração Pública em Geral – Administração, Pesquisa, Extensão Rural e Educação.			<b>Código CNAE:</b> 72.10-0; 74.90-1; 85.42-2
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(061) 3966-3250	(061) 3966-3269	FAX (061) 3966-3282
<b>Endereço Eletrônico:</b> <a href="mailto:diret@ceplac.gov.br">diret@ceplac.gov.br</a>			
<b>Página na Internet:</b> <a href="http://www.ceplac.gov.br">http://www.ceplac.gov.br</a>			
<b>Endereço Postal:</b> Rua G – Setor Sudoeste – Campus do INMET / MAPA – CEP 70.680-900 - Cruzeiro – Brasília – D. Federal.			
<b>Identificação das Unidades Jurisdicionadas agregadas</b>			
<b>Número de Ordem:</b> 01			
<b>Denominação completa:</b> FUNDO GERAL DO CACAU			
<b>Denominação abreviada:</b> FUNGECAU / CEPLAC			
<b>Código SIORG:</b> 18	<b>Código na LOA:</b> 22101.20	<b>Código SIAFI:</b> 137003	
<b>Situação:</b> ativa			
<b>Natureza Jurídica:</b> Fundo			
<b>Principal Atividade:</b> 84.11-6/00 – Administração Pública em Geral – Administração, Pesquisa, Extensão Rural e Educação.			<b>Código CNAE:</b> 72.10-0; 74.90-1; 85.42-2
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(061) 3966-3250	(061) 3966-3269	FAX (061) 3966-3282
<b>E-mail:</b> <a href="mailto:diret@ceplac.gov.br">diret@ceplac.gov.br</a>			
<b>Página na Internet:</b> <a href="http://www.ceplac.gov.br">http://www.ceplac.gov.br</a>			
<b>Endereço Postal:</b> Rua G – Setor Sudoeste – Campus do INMET / MAPA – CEP 70.680-900 - Cruzeiro – Brasília – D. Federal.			
<b>Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas</b>			
<b>Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas</b> O Decreto nº 86.179, de 6 de julho de 1981, ratificado pelo Decreto Legislativo nº 66, de 18 de dezembro de 1990, instituiu o Fundo Especial de natureza contábil na Comissão Executiva no Plano da Lavoura Cacaueira-CEPLAC, sob a denominação de <b>Fundo Geral do Cacau – FUNGECAU</b> . Este Fundo tem como objetivo prover recursos para o desenvolvimento da cacaucultura nacional e de suas regiões produtoras, de acordo com os objetivos contidos no Decreto nº 73.960, de 18 de abril de 1974. Centraliza, também, recursos para os efeitos de incorporação à contabilidade do Ministério da Agricultura e para os lançamentos da contabilidade analítica da CEPLAC.			
<b>Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas</b> A Comissão Executiva do Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueira – CEPLAC foi instituída pelo Decreto nº 40.987, de 20 de fevereiro de 1957, vinculada ao Ministério da Fazenda, com o objetivo específico de restabelecer o equilíbrio financeiro da lavoura. É um Órgão específico e singular de pesquisa tecnológica em agricultura, assistência técnica e extensão rural vinculada à estrutura organizacional do MAPA, conforme Decreto nº 7.127, de 04/03/2010.			



<b>Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas</b>	
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
130010	CEPLAC / DIRET
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
130122	CEPLAC / BA
130132	CEPLAC / BA
130133	CEPLAC / BA
130126	CEPLAC /PA
130031	CEPLAC /PA
130134	CEPLAC /PA
130135	CEPLAC /PA
130136	CEPLAC /PA
130125	CEPLAC /ES
130127	CEPLAC /AM
130128	CEPLAC /RO
130129	CEPLAC / MT
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
130010	0001



13

## 14 1.2 APRESENTAÇÃO

O presente documento tem por objetivo demonstrar as arrecadações de recursos provenientes da fonte 150 relativo a produção Vegetal, Animal e Derivados, Taxas de Ocupação, Serviços Administrativos, Alienações de Veículos e de Outros Bens Moveis das unidades vinculadas ao 137003 Fundo Geral do Cacau e à agregadora 130010 CEPLAC DIRET no exercício de 2012 conforme quadro discriminado abaixo.

UNIDADE	Taxa de Ocupação de Terrenos	Taxa de Ocupação de Imóvel	Produção Vegetal	Produção Animal e Derivados	Serviços Administrativos	Serv.Cons, Ass Téc. An Proj/Aplic. Livres	Alienação de Outros Bens Móveis	Serviços de Estudos e Pesquisas	TOTAL
137003	18.676,38	33.730,16	446.908,10	98.886,68	3.830,04	17.710,42	171.790,00	63.661,50	<b>855.193,28</b>
<b>TOTAL</b>	18.676,38	33.730,16	446.908,10	98.886,68	3.830,04	17.710,42	171.790,00	63.661,50	<b>855.193,28</b>



### 15 1.3 ROL DE RESPONSÁVEIS

<b>Unidade Gestora :</b>	137003 - FUNDO GERAL DO CACAU	<b>Gestão</b>	1						
<b>Natureza da Responsabilidade:</b>	001 Dirigente Máximo UA (UJ) Consolidada ou Agregada								
<b>Agente:</b>	Jay Wallace da Silva e Mota	CPF	109.788.952-15						
<b>Endereço:</b>	SCES TRECHO 4 LOTE 1/B								
<b>Município</b>	Brasilia	<b>CEP</b>	71000-000	<b>UF</b>	Distrito Federal	<b>Telefone</b>	3966 6250	<b>FAX</b>	39663282
<b>Cargo ou Função</b>	Diretor								
<b>Designação</b>	<b>Documento</b>	<b>Exoneração</b>	<b>Documento</b>	<b>Período de Gestão</b>					
07/jul/2008	Port/478/2008	05/11/2012	Portaria 875/2012	07/07/2008	05/11/2012				
<b>Unidade Gestora :</b>	137003 - FUNDO GERAL DO CACAU	<b>Gestão</b>	1						
<b>Natureza da Responsabilidade:</b>	Dirigente Maximo substituto								
<b>Agente:</b>	Edmir Celestino de Almeida Ferraz	CPF	060.243.865-91						
<b>Endereço:</b>	SHN Qd 04 Bloco A - Asa Norte								
<b>Município</b>	Brasilia	<b>CEP</b>	71000-000	<b>UF</b>	Distrito Federal	<b>Telefone</b>	3966-3154	<b>FAX</b>	39663282
<b>Cargo ou Função</b>	Diretor Adjunto								
<b>Designação</b>	<b>Documento</b>	<b>Exoneração</b>	<b>Documento</b>	<b>Período de Gestão</b>					
21/out/08	Port/272/2008		SEM VIGÊNCIA						
<b>Unidade Gestora :</b>	137003 - FUNDO GERAL DO CACAU	<b>Gestão</b>	1						
<b>Natureza da Responsabilidade:</b>	001 Dirigente Máximo (UJ) Consolidada ou Agregada								
<b>Agente:</b>	Helinton José Rocha	CPF	: 045.448.438-04						
<b>Endereço:</b>	SMPW Qd 26, Conjunto 7, Lote 10, Casa H . CEP: 71745-607								
<b>Município</b>	Brasilia	<b>CEP</b>	71745-607	<b>UF</b>	Distrito Federal	<b>Telefone</b>	9967-1781	<b>FAX</b>	39663282
<b>Cargo ou Função</b>	Diretor								
<b>Designação</b>	<b>Documento</b>	<b>Exoneração</b>	<b>Documento</b>	<b>Período de Gestão</b>					
05/11/2012	Port 876/2012		SEM VIGÊNCIA						
<b>Unidade Gestora :</b>	137003 - FUNDO GERAL DO CACAU	<b>Gestão</b>	1						
<b>Natureza da Responsabilidade:</b>	103 Ordenador de Despesas p/Delegação e Competencia								
<b>Agente:</b>	Frederico Braga Barreto	CPF	096.821.045-72						
<b>Endereço:</b>	QI 25 lote 04, Ap 313 Guara II								
<b>Município</b>	Brasilia	<b>CEP</b>	71060-250	<b>UF</b>	Distrito Federal	<b>Telefone</b>	33421875	<b>FAX</b>	39663282
<b>Cargo ou Função</b>	Ordenador de Despesas								
<b>Designação</b>	<b>Documento</b>	<b>Exoneração</b>	<b>Documento</b>	<b>Período de Gestão</b>					
3/jan/08	Port./001								



**16 QUADRO A.11.2 – DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.**

<b>DECLARAÇÃO DO CONTADOR</b>			
<b>Denominação completa (UJ):</b>		<b>Código da UG:</b>	
FUNDO GERAL DO CACAU		137003	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBCT 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>r) 951 FALTA/RESTRICÇÃO CONFORM. REGISTROS-GESTÃO</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local</b>	Brasília, DF	<b>Data</b>	31 de dezembro de 2012
<b>Contador Responsável</b>	Alberto Jeronimo Pereira	<b>CRC nº</b>	006624/T-8 GO